



ESTADOS UNIDOS

DIARIO DO CONGRESSO NACIONA

SEÇÃO II

ANO XVII -- N.º 191

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 1962

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

Sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, atendendo ao que lhe foi solicitado pela Mesa da Câmara dos Deputados, resolve tornar sem efeito a convocação da sessão conjunta que devia realizar-se hoje, às 21 horas e 30 minutos.

Para a apreciação da Ordem do Dia anunciada para essa sessão conoca outra, a realizar-se no d.a 5 de di tembro próximo, à mesma hora, no Plenário da Câmara dos Deputados.

Senado Federal, 29 de novembro de 1962. - Ruy Palmeira, Vice-P.csidente, no exercício da Presidência.

, MESA

Presidente - Moura Andrade

Vice-Presidente - Rui Palmeira -UDN.

Primeiro-Secretário - Argemiro de

Figuriredo - PTB. Segundo-Secretário - Gilberto Ma

vinho - PSD.

Terceiro-Secretário - Mourão Vici-PA - UDN.

Quarto-Secretário - Novaes Filho

Primeiro-Suplente - Mathias Olymplo -- PTB. Segundo-Suplente - Guido Mondin

PSD.

Terceiro-Suplente -Joaquim Pa cente - UDN.

LIDERIS E VICE-LIDERES

DA MAIDREA

LÍDER

Filinto Müller (PSD)

VICE-LIDERES

Lina Tengcira (PIB). Nogueira da Gama (PTB) Lobão da Silveira (PSD). Victorino Freire (PSD). Jefferson de Aguiar (PSD). Guido Mondin (PSD). Jorge & synard (PSP). Saulo Ramos (PIB).

DA MINCRIA João Villasboas (UDN).

DOS PARTIDOS

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO

Lider

Benedito Valladares.

VICE-LIBERES

Gaspar Veloso. Victorino Freire.

> DA UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

> > LÍMER

Daniel Krieger.

FEDERAL: SENADO

VICE-LID. RE

Afonso Arinos. Afrânio Lages. Padre Calazans.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Liner

Barros Carvalho.

VICE-LIBER Fausto Cobrat.

Arlindo Rourigues. Nelson Maculan.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Liber

Mem de Sál.

VICE-LIDER

Alovsio de Carvalho.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

LIDER

Jorge Maynard.

VICE-LIDERED Miguel Couto.

DO PARTIDO FRABALEISTA NACIONAL

L DER

Lino de Mattos.

ATEITLABART CTRAILS VOM OD RUNGVLUR

LÍDED

Paulo Fender.

DO PARTIDO REPUBLICANO

LIDER

Mendonça Clark. Alô Guimarães

REPRESENTAÇÃO PARTIDARIA PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO

Paulo Coelho - Amazonas.

Lopão da Silveira - Para.

Victorino Freire - Maranhão.

Sebasua, Archer – Maranhão, Eugênio Barros – Maranhão,

Menezes Pimentel - Ceará.

Ruy Carneiro — Paraiba. Jarbas Maranhão — Pernambuco. Silvestre Péricles — Alagoas.

Ary Vianna — Espirito Santo. Jeiferson Aguiar — Espirito Santo

Gilberto Marinho - Guanabara. Paulo Fernandes — Ric de Jineiro Moura Andrada — São Paulo. Gaspar Veloso — Parana.

15

Aio Guimaraes - Parana. Guido Mondin - Rio Grande do

17 Sul.

18 Benedito Valladares - Minas Osrais.

Filinto Muller - Mate Grosso Juscelino Kulitschak (Licerciado Em exercicio o Sr. José Feliciano) 1 Goiás.

Podre Ludovice -- Goiés.

UNIAS SELECTRATION NACIONAL

Mourão Vieira- Amazonas

Mourao Vietra— Amazonas.
Zacarias de Assurção — Pará.
Joaquim Parente — Piaul.
Fernandes Fávora Ceará.
Leginaldo Fernandes — Elo.
Sergio Marinho — Fic Grande do I Lino de Matos — São Paulo.

Norte.

João Arruda - Farafba.

Atranio Lages — Airguas. Rui Palmeira — Alagoas.

Heribaido Vienu - Sargina Ovidio Teixeira - Baina.

Del Caro — Espirito Santo. Afonso Arinos — (Licenciado Em exercício o supiente Venancio Igrojasi - Guanabara.

Padre Calazans — São Paulo. Irineu Bornhausen — Santa Ca-

16 Daniel Krieger - Rio Grande do Sul.

17 Milton Campos - Minas Gerais.

João Vilasboas — Mato Grosso. Lopes da Costa — Mato Grosso. 19

Coimbra Bueno - Goiás.

PARTIDO TRABALHISTE BRASILEIRO

Vivaldo Lima - Amazonas.

Mathias Olimpio — Piaul. Fausto Cabral — Ceará. Argemiro de Figuetredo - Paraf 4

Barros Carvalho — Pernambuco. Lourival Fontes — Sergipe. Lima Teixera — Bahia.

Lima Teixeira — Bania.
Catado de Castro — Guanabara.
Arlindo Rodrigues — Rio.
Miguel Couto — Rio de Janeiro.
Nelson Maculao — Parana.
Saulo Ramos — Santa Catarina.
Nogueira da Gama — Minas Ge-

Licenciado o Sr. Leônidas Mello - (Piaui). Em exercicio o Suplente, Sr.

Mendonça Ciark (PR).

PARTIDO LIBERTADOR

Novaes Filho - Pernambuco. Alotsio de Carvaino — Buhla. Mem de Sé — Rio Grande Co Sul 3

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

MOVIMENTO TRABALBISTA

ROCAVOREL I Paulo Fender - Poré.

PARTIDO REPUBLICANO

1 Mendonça Clark - Piaui.

SEM LEGENDA Dix-Huit Rosado - Rio Grande do

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão Diretora

Moura Andrece - Presidente Argemiro de Figuciacio Gilberto Marinho Mourão Vieira Novaes Filho

Mathias Olympic Guide Meridib Joaquim Parente (9) Ru' Palmeira

Comissão de Constituição e Justica

PSD - Jefferson de Aguiai - Pre sidente Milton Campos - Vice UDN Presidinte

PSD - Sylvestre Péricles PSD - Ruy Carneiro PSD - Lobal da Silveira UUN - Hermaido Vietra ULN - Atonso Arinos

UDN - Afrânic Lages PIB - Louriva: Fontes PTB - Nogueira da Gama
PL - Aloysic de Carvaihc (11)

SUPLENTES

PSD - 1 Ary Vianna PSD - 1 Aly Vialina PSD - 2 Benedicto Valindares PSD - 3 Gaspar Vellusi

PSD - 4 Menezes Pimentel UDN - 1 João Villasboas UDN - 2 Daniel Krieger UDN - 3 Sérgio Marinho

UDN - 4 Lones da Costa PTB - 1 Barros Carvaiho PTB - 2 Lima feixeira PL - 1 Mem de Sá

Reuniões Quartas-teiras às 16 boras Secretario: Jose Soares de Offiveira

Comissão de Economía

-SD - Gaspar Velloso - Presidente PTB - Fausto Cabrai - Vice-Preidente. UDN - Sergic Marinho.

UDN — Fernandes l'ávora ... UDN — Del Caro UDN - João Arruda
PSD - Aló Guimarães
PTB - Nogueira da Gama (y)
PSD - Paulo Fender

STPLENTES

PSD - 1 Eugênio Barros

PSD - 1 Eugenio Sarros
PSD - 2 Sebastião Archer
PSD - 3 Alò Guimarães
UDN - 2 Ovidio Teixeira
UDN - 1 Irineu Bornhausen
UDN - 3 Zacarias Assumpção

UDN - 4 Sérgio Marinha PTB - 1 Lima Feixeira PTB - 2 Saulo Ramos

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas Secretário: José Soares de Oliveira

Comissão de Agricultura

PTB - Nelson Maculan - Presidente PSD - Eugênio Barros - Vice Presidente

residente
PSD - Alò Guimarães
PSD - Paulo Fernandes
UDN - Lopes da Costa
UDN - Ovidio Teixeira
PTB - Fausto Cabrai (7)

SUPLENTES

PSD - Pedro Ludovica PSD - Jefferson de Aguiai

PSD — Jenerson de Agua.
PSD — Sebastião Archer
UDN — Del Caro
UDN — Irineu Bornhausen
PTB — Caiado de Castro.
PTB — Lima Teixeira

Reuniões: Quintas-feiras, às 10 ho-Secretário: José Aristides de Moraes

Comissão de Educação • Cultura

rSD - Senador Menezes Pimentel -Presidente.

Senador Mem de Sa — Vice-

Presidente.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL ALEERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Impressa Nacional

RRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES			FUNCIONARIOS			
Capital e Interior			Capital e Interior			
Semestre	Cr\$	50,00	Semestre Cr\$	89,00		
Ano	Cr\$	96,00	Ano Gr\$	76,00		
Exterior			Exterior			
Ano	Cr\$	136,00	Ano Cr\$	108,00		

- Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos deem preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

- Os suplementes às edições dos órgãos oficiais serão formecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

- O custo do número atrasado será acresoido de Cr\$ 0,10 o por exercicio decorrido, cobrar se-ão mais Cr\$ 0,50.

SENADORÉS

PSD — Jarbas Marannão PTB — Saulo Ramos PTB — Arlindo Rodrigues UDN — Reginaldo Fernandes UDN — Padre Calazans

SUPLENTES

Senadores

PSD - Lobão da Silveira PSD — Alô Guimarães
UDN — Lino de Matos (PTN)
PTB — Caiado de Castro
PTB — Lima Teixeira
PL — Aloysio de Carvalho

Reuniões às quarta-feiras às 16.00 horas. — Secretário: Cia Brügger.

Comissão de Finanças

UDN - Daniel Krieger - Presidente PSD - Ary Vianna - Vice-Presidente

PSD - Eugênio Barros PSD - Paulo Coelho PSD - Gaspar Velloso

PSD - Lobão da Silveira PSD - Victorino Freire UDN - Irineu Bornhausen

UDN - Fernandes Távora PTN - Lino de Mattos UDN - Lopes da Costa

PTB - Nogueira da Gama PTB - Barros Carvalho PTB - Saulo Ramos

- Dix-Huit Rosado PL - Mem de Sá (17)

SUPLENTES

Silvestre Péricles PSD - Ruy Carnelro PSD - Jorbas Maranhão PSD - Menezes Pimentel PSD - Pedro Ludovico PSD - Filinto Miller

UDN — Colmbra Bueno UDN — Zacharlas de Assumpção

UDN - João Arruda

UDN - Milton Campos UDN - João Villasbôas - Dei Caro UDN

PTB - Fausto Cabral

PTB — Vivaldo Lima
PTB — Arlindo Rodrigues
PTB — Caiado de Castro

PTB _ Lima Telxeira PL _ Aloysio de Carvalho

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 ho-

Secretário - Renato de Almeida Chermont.

Comissão de Legislação Social

Senador Lima Teixeira - PTB. Vice-Presidente:

Senador Ruy Carneiro - PSD. Membros

Senadores:

Lobão da Silveira — PSD Menezes Pimentei — PSD Afonso Arinos — UDN Afrânio Lages — UDN Lopes da Costa — UDN,
Vivaldo Lima — PTP.
Arlindo Rodrigues — PTB.
Suplentes:

Sebastião Archer - PSD, Sil estre Péricles — PSD. Eugênio Barros — PSD. Dix-Huit Rosado — UDN
Padre Calazans — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Barros Carvalho — PTB
Lourival Fontes — PTB
Nelson Maculan — PTB

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 ho-

Secretário: Cid Brügger.

Comissão de Serviço Público Civil

Presidente: PL.

Senador Aloysio de Carvalno Senador Aloysio de Carvamo Vice-Presidente: PSD. Senador Jarbas Maranhão Senador Silvestre Péricles — PSD. Senador Padre Calazans — UDN. Senador Colmbra Bueno — UDN. Senador Caiado de Castro - PTB. Senador Fausto Cabral - PTB. SUPLENTES: PSD. Senador Ruy Carneiro — PSD. Senador Benedicto Valladares

PSD. Senador Sérgio Marinho — UDN. Senador Reginaldo Fernandes UDN.

Senador Nelson Maculan — PTB.
Senador Lourival Fontes — PTB.
Senador Mem de Sá — PL.
Secretario: Ronaldo Ferreira Dias —
Oficial Legislativo — PL-8.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 ho-

Comissão de Relações Exteriore:

PTB - Vivaldo Lima - Presidente

UDN - João Villasbôas - Vice Presidente.

UDN - Afrânio Lages. UDN - Heribaido Vieira. PSD - Benedicto Valladares PSD - Gaspar Velloso PSD - Filinto Müller

PTB - Lourival Fontes
PL - Aloysio de Carvalho (*)

SUPLENTES .

UDN - Milton Campos UDN - João Arruda UDN - Sérgie Marinho PSD — Menezes Pimentel
PSD — Jefferson de Aguiar
PSD — Alo Guimarães
PTB — Nogueira da Gama
PTB — Barros Carvalho
PL — Mem de Sá

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 ho-

Secretario: J. B. Castejon Branco.

Comissão de Redação

Sèrgio Marinho — Presidente (UDN), Ary Vianna — Vice-Presidente (PSD), Alò Guimaraes (PSD) Affonso Arinos (UDN) Lourival Fontes (PTB) Padre Calazans (UDN)
Herbaido Vieira (UDN)
Caiado de Castro (PTB)
Lobão da Silveira (PSD)

Secretário - Sara Abraão - Oficial Legislativo.

Comissão de Segurança Nacional

UDN — Zacarias Assumpção — Pre∢

PSD — Jefferson de Agular PSD — Silvestre Péricles UDN — Sérgio Marinho PTB — Caiado de Castro PTB — Arlindo Rodrigues (7)

SUPLENTES

PSD . – Jarbas Maranhão – Vio**c** Presidente.

PSD - Ruy Carneiro

PSD — Kuy Carneiro
PSD — Jorge Maynard
PSD — Victorino Freire
UDN — João Arruda
UDN — Afrânio Lages
PTB — Saulo Ramos
PTB — Nelson Maculan

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 ho

ras. Secretário: Julieta Ribeiro dos San-

ATAS DAS COMISSÕES

Comissão de Constituição e Justica

/ 28º REUNIÃO, REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 1962

As 16,30 horas, sob a presidência do Senhor Senador Jefferson de Aguiar, Presidente, presentes os Senhores Senadores Heribaldo Vieira, Lourival Fontes, Ary Vianna, João Villasbôas e Menezes Pimentel, reune-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer com causa fustificada os Senhores Senadores Afonso Arinos, Silvestre Péricles, Ruy Carneiro, Lobão da Silveira, Milton Campos, Afrânio Lages, Nogueira da Gama e Mem de Sa.

E' dispensada a leitura da ata da reunizo anterior, e, em seguida, apro-

Inicialmente o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Sena-dor Heribaldo Vicira que emite os se-

guintes pareceres:

— rela aprovação, com substitutivo

o Projeto de Resolução número 29, de
1962, que dispõe sôbre a aposentadoria
dos funcionários do Senado, que par-

ticiparam de operações de guerra;
— pela apresentação de Projeto de
Resolução ao Ofício número 370-C de 1 1962, do Senhor Presidente do Supre-Tribunal Federal, encaminhando cópias autenticadas do acórdão e no-tas tacuigráficas, que declara incons-titucional a Lei número 8 de 12 do fevereiro de 1959, promulgada pela Assembléia Legislativa do Estado do Pa-

- solicitando juntada dos textos re-ferentes as leis número 18.847, de 11 de julho de 1945 e 40.704, de 31 de de julko de 1945, e 40.704, de 31 de dezembro de 1956, sôbre Ofídio nú-mero 370-A de 14 de junho de 1961, do Senhor Ministro do Supremo Tribunal Federal encaminhando cópias autenticadas dos acórdãos e notas taquigráficas, que declara inconstitucional o Recurso Extraordinário número

nal o Recurso Extracrdinário número 38.699 do Distrito Federal (Decretos 18.847 e 40.704);
— pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo número 14, de 1962, que aprova a Convenção relativa às carteiras de identidade dos marítimos, concluida em Genebra, em 1958;
— pela rejeição do Projeto de Lei do Senado número 49, de 1962, que declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Escola Médica (ABEM), com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Submetidos os pareceres à discussão e votação, são aprovados, tendo o Senhor Senador Lourival Pontes, vo-

sao e volação, são aprovados, tendo o Senhor Senador Lourival Fontes, vo-tado contráriemente, quanto ao Pro-jeto de Resolução número 29, de 1962, que dispõe sôbre a aposentadoria dos funcionários do Senado que participaram de operações de guerra

Em seguida, o Senhor Presidente concede i palavra ao Senhor Senador Lourival Fontes, que relata as seguin-

tes proposições:

 pela rejeição, ao Projeto de Lei do Senado número 25, de 1962, que dispõe sõbre a concessão do abatimen-to nas passagens aéreas adquiridas para Brasilia por advogados a serviço profisisonal perante os Tribunais ali sediados, e dá outras providências.

— pela rejeição, ao Projeto de Lei do Senado número 32, de 1962, que dispõe sôbre o plano de obras federais a ser executado no Distrito Federal e no Estado de Goiás.

Sem restrições, são os pareceres aprovados.

Dando prosseguimento, o Senhor Se-nador Jefferson de Aguiar, convida o Senhor Senador Lourival Fontes à as-sumir a presidência, de conformidade com o § 5º do art. 81. do Regimento Interno, com o objetivo de emitir os seguintes pareceres:

rio Nacional a ligação entre a Enseada d eBotafogo e a Lagoa Rodrigo de Freitas, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara;

— pela aprovação do Requerimento número 480, de 1962, nos têrmos dos artigos 64 e 107, do Regimento Inter-no, seja constituída uma Comissão Especial, de sete membros, para proceder à revisão do Projeto de Lei da Câma-ra nº 28, de 1958, que define, regula e ra nº 28, de 1998, que derine, reguia e atualiza a proteção ao direito do autor e sôbre a matéria emitir parecer, no prazo de 90 días;

— pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 1962, que reestrutura a Universidade do Pará e dá

outras providências;

 pela aprovação, do Projeto de Lei
 do Senado nº 50, de 1962, que decia ra de utilidade pública a Maternida de do "Povo", de Belém, Capital do Estado do Pará.

Submetidos os pareceres à discussão votação, sem restrições, são aprova-

Reassumindo a presidência, o Se-nhor Senador Jefferson de Aguiar, anuncia haver encerrada a matéria dependente de aprovação e processa a seguinte distribuição:

Ao Senhor Senador Nogueira da Gama o Projeto de Lei do Senado nº 55, de 1962, que altera a redação do arti-go 116, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943;

ao Senhor Senador Ruy Carneiro, o Projeto de Lei do Senado nº 56, de 1962, que acrescenta parágrafo ao artigo 173, do Código Civil;

- ao Senhor Senador Milton Campos, o Projeto de Lei do Senado nú-mero 54, de 1962, que dá nova redação aos artigos 358 e 1.605, do Código Ci-

ao Senhor Senador Heribaldo Vieira, o Projeto de Lei do Senado nú-mero 53, de 1962, que cria uma zona franca na cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, e dá outras providên-

ao Senhor Senador Silvestre Péricles, o Projeto de Resolução nº 11, de 1962, que cria a Comissão Parla-mentar de Inquérito.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, da qual eu, José Soares de Oliveira Filho, Secretário, lavro a presente ata, que ,uma aprovada, será assinada pelo Sen será assinada pelo Senhor Presidente.

298 REUNIÃO, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 1962

As 15,30 horas, sob a presidencia do Senhor Senador Jefferson de Aguiar, Presidente, presentes os Senhores Se-Presidente, presentes os Senhores Senadores Lourival Fontes, Milton Campos, Heribaldo Vieira, Mem de Sá, Ruy Carneiro, Ary Vianna e Silvestre Péricles, reune-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer com causa justificada os Senhores Senadores Afonso Arinos, Lobão da Silveira, Afrânio Lages e Nogueira da Gama.

Iniciando os trabalhos o Senhor

Iniciando os trabalhos o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Heribaldo Vieira, que emite os seguintes pareceres:

— pela aprovação, do Projeto de Lei da Câmara número 118, de 1962, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, destinado a atender as despesas com a realização da XV. Congresso Latino Americana de do IV Congresso Latino Americano de Psicanálise; e

- favoràvelmente ao Requerimento número 258, de 1962, em que José Car-los Fontes, servidor "pro-labore", so-licita licença para tratamento de

saúde: Submetidos os pareceres à discussão e votação, sem restrições são apro-

vados. Prosseguindo, o Senhor Senador Mil-

põe sobre o Plano de Assistência ao bilitação de motorisia amador e dá ou-Funcionário e sua famina, a que se referem os artigos 161 e 256, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, na parte que diz respeito à pro-gidência:

Sem restrições, são es pareceres aprovados.

Finalmente, o Senhor Senador Silvidéncia

concluindo in projeto de resolução o Ofício numero 370, P, do Senhor Ministro do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópias auten-ticadas dos acórdãos e notas taquigráficas, que declaram inconstitucio-nal o artigo 100, parágrafo único, da Estadual número 1961, de Per-

nambuco;
— pela aprovação, ao Projeto de Lei
da Câmara número 15, de 1962, que
altera a redação dos artigos 330 e 334

altera a redação dos artigos 330 e 334 da Lei número 1.136, de 20 de janeiro de 1911 (Código de vencimentos e Vantagens dos Militares);
— favorável ao Projeto de Lei do Senado número 39, de 1962, que dispõe sobre o direito de reforma, a pedido, de Oficiais das Fórças Armadas integrantes do magistério mili-

pela aprovação do substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara número ... 132, de 1962, que dispõe sobre a extir-pação de órgãos ou tecido de pessoas falecidas: e

- pela constitucionalidade, ao Pro jeto de Lei do Senado número 26, de 1961, que transforma a Fundação feto Brasil Central, em órgão de Adminis-tração Federal.

Sem restrições, são o aprovados pela Comissão. são os pareceres

Em seguida, o Senhor Senador Lou-rival Fontes emite os seguintes pareceres:

— pela aprovação, do Projeto de Lei do Senado número 55, de 1962, que altera a redação do artigo 116, da Consolidação das Leis do Trabalho, apro-vada pelo Decreto-Lei número 5.452, de 1º de maio de 1943;

de 1º de maio de 1943;
— favoravelmente, ao Projeto de Lei
do Senado número 42, de 1962, que
dispõe sôbre o monopolio estatal da
pesquisa, lavra, comércio, produção, industrialização e distribuição do car-vão nacional e dá outras providên-

- concluíndo por projeto de reso-lução o Oficio número 370 P (e) de 14 de junho de 1961, do Senhor Pre-sidente do Supremo Tribunal Federal encaminhando cópias autenticadas do Acórdão referente à Representação número 416, do Estado do Paraná (Inconstitucionalidade da Lei número 3, de 18-2-1959); e

— pela aprovação, ao Projeto de Lei do Senado número 35, de 1960, que restringe o exercício do magistério do ensino médio aos licenciados dentro

da finalidade de cada curso. Submetido: os pareceres à discussão e votação, sem restrições são apro-

Prosseguindo, o Senhor Sénador Ruy Carneiro relata as seguintes propo-

— pela aprovação, ao Projeto de Lei do Senado número 56, de 1962, que acrescenta parágrafo ao artigo 173, do Código Civil:

— pelo arquivamento, ao Officio PG-SN, de 13 de agosto de 1962, do Se-nhor Governador do Estado da Guanabara, protestando contra o procedi-mento do Senhor Ministro da Justi-ça, submetendo à censura prévia pro-nunciamentos de natureza política através do rádio e da televisão;

— pela aprovação, ao Projeto de Lei da Câmara número 138, de 1962, que dá denominação de "Brito Pereira" ao edifício em que funciona o Departa-mento de Imprensa Nacional, nesta

pela aprovação, ao Projeto de Lei
 da Câmara número 115, de 1962, que
 dispõe sôbre a carreira do Ministério
 Público do Distrito Federal e dá ou-

tras providências; e — pela rejeição ao Projeto de Lei

Finalmente, o Senhor Senador Silvestre Péricles, relata favoràveimente o Projeto de Lei da Câmara número 44, de 1962, que isenta das prescrições da Lei número 4.090, de 10 de julho de 1962, as instituições de caráter beneficente, cultural e assistencial.

Sem restricões é o parecer aprova-

Nada mais havendo que tratar ensoares de Oliveira Filho, Secretário. lavro a presente ata, que uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor

30° REUNIAO REALIZADA EN DE NOVEMBRO DE 1962 EV 28

As 17 horas, sob a presidência do Senhor Senador Jefferson de Aguiar, Presidente, presentes os Senhores Senadores Lourival Fontes, Mem de Sá, Ruy Carneiro, Menezes Pimentel, He-ribaldo Vieira e Silvestre Péricles reune-se a Comissão de Constituição e

Deixam de comparecer com sua justificada os Senhores Senadores Afon-so Arinos, Milton Campos, Nogueira da Gama, Lobão da Silveira e Afrânio Lages.

E' dispensada a leitura da ata da reunião anterior, e, em seguida aprovada.

Inicialmente, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Sena-dor Heribaldo Vieira, que emite pa-recer no sentido de ser aprovado a to-dos os funcionários interinos, exce-

dos os funcionários interinos, excedentes ou não o preceituado na Resolvaão número 19 de 1962.

Sibmetido à discussão, usam da palavra os Senhores Senadores Mem de Sá, Menezes Pimentel, Silvestre Péricles e Ruy Carneiro.

Em votação é o parecer aprovado, com vota remedia do Sanhor Senador.

com voto vencido do Senhor Senador Mem de Sá.

Ainda o Senhor Senador Heribaldo Vieira, relata pela aprovação o Pro-jeto de Lei do Senado número 119, de 1962, que permite ao pessoal das polícias estaduais acumular cargo de mag stério com outro técnico ou científico, e dá outras providências.
Submetido a discussão e votação, é

o parecer rejeitado pela Comisão, ten-do o Senhor Presidente designado o Senhor Senador Lourival Fontes para relatar o vencido.

Eir seguida, o Senhor Senador Mem de Sá emite os seguintes pareceres:

pela constitucionalidade e discidade ao Projeto de Lei do Senado número 48, de 1962, que altera dis-posições do Decreto-lei número 7.036, de 10-11-1944;

de 10-11-1944;

— pela aprovação, com emendas, do substitutivo apresentado pelo Senhor Senador Jefferson de Aguiar, no exercicio da liderança da maioria, ao Projeto de Lei da Câmara número 97, de 1958, que cria no Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas (DNOCS) os 6º e 7º Distritos e o quadro próprio do Pessoal altera o de dro próprio do Pessoal, altera o de extranumerários-mensalistas, e dá outras providências.
Submetidos os pareceres à discussão

e votação, sem restrições, são aprova-

dos.

Usa da palavra o Senhor Senador Silvestre Péricles, que emite parecer pela refeição do Projeto de Decreto Legislativo número 1 de 1957, que manda registrar no Tribunal de Contas da União o têrmo de cooperação celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Território Federal de Rondônia.

Sem restrições, é o parecer aprovado.

vado.

Prosseguindo, o Senhor Senador Jer-— pela norovação, ao Projeto de Lei ton Campos lê os seguintes pareceres: — pela rejeição ao Projeto de Lei ferson de Aguiar convida o Senhor do Senado nº 41 de 1962, que inclui na — favorável, ao Projeto de Lei do do Senado número 33, de 1962, que Senador Silvestre Péricles para assumi a presidência de conformidade. ferson de Aguiar convida o Senhor Senador Silvestre Péricles para assu-

m rastrições, é o parecer apro- ca como

Por Provide principale a mutifila de-pendinto de aprovação o Senhor Pre-sancia a como a contra dificultação:

A3. Sendar Senador Muton Campos:

Projeto do Revolução número 33, Co 1015, que cría Co fondo Paris actival de Inquérico para equiral Triudo el in-trativo principo da Pavana (Ap. 3010 Senador Paulo Fonder).

As Senhar Seneder Lourinal Foules:

Proseto de Docreto Legislativo nú-mero 23, de 1932, que mantém ato deneratório do Tribunal de Contas a registro do contrato celebrado entre Divisão de Orçamento do Ministério da Filucação e Culaura e a Sociedade Pereira Júnior — Cereais S. A., para fornecimento de alimentação.

To Senhor Sension Louvitul Fonles:

Requerimento número 610, de 1982, de Sebastião Veiza, Oficial Lgis ativo FL-7, que solicita à Comissão Diretora, reconsideracio do despacho pro-ferido no reque imento número 253,

Ao Senhor Senador Ruy Carneiro:

Requirimento número 658 de 1822, de antón o Járo Piras, Redator Piras, recorrendo do ato da Comisão Director 20012 commem de tempo de Serviço prestado ao Ministério da Maniche. rinhe.

Nada mais harando que tratar, encerra-se a reunian, da qual eu, Joné Soares de Oliveira Filho, Secretário, levro a percente ata, que uma vez auroveda será assineda pelo Senhor Presidente.

Comiscãe de Serviço Público Civil.

ATA DA 188 REUNTAO, REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 1062

A lista de presença acusa o compa-recipiento de la Cis. Sanadores. Ha-rembro de mil novecentos e sercenta, vendo número legal, está aberta a ses-e dois, às devesseis horas na sala das Comissões do Canado Federal, presen-tes es Senhor s Sonadores. Alorei tes es Senhores Sonscores, Alorcio de Curvalho, Presidente, Jachas Mora-nião, Vice-Presidente, Silvasire Páricles, e Sérgio Marinho, Suplembe, ra-uno-se a Comissão de Derrigo Público Civil.

Deixam de comparador os Sanho-res Sanadores, Rodra Calenaus, Coim-bra Burno, Carado de Castro e Fausto Cabral.

· E' dispensata a leitura da Ata da reunico anterior.

Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Jarbes Maranhie, Relator do Projeto de Lei do Senado, mumero 15, de 1362, que Proibe a re-moção do servidor público civil ou au-

tárquico, da União.

Em discussão, a Comissão aprovou, por unanimidade, o Projeto, na conformidade da conclusão do Relator, utilizadas pelos métodos tradicionais
por maioria de votos, contra o voto de assistência.

Terridade da conclusão do Relator, utilizadas pelos métodos tradicionais
Central Aloysio do Miranda Mendes,
do mesmo Senhor Relator, aprovou as
do mesmo Senhor Relator, aprovou as
mais recentemente, a América do Sul pulação e portanto o empobrecimen-

mente.

Weda riais foverdo a trotar, ence re-ce a reunião, da quel eu, Tenaldo Ferreira Dias, Secretário, lavro a p.esenie Ata, que uda vez aprovada, será assim da pelo Senhor Presidente.

ATA DA 177º SESSIO DA 4º AC AVITALISMENT DA SESSIO LEMENTALISMENT DA SESSION DE LEMENTA 49 LEGISLATURA

(Extraordinária)

PRESIDENCIA DO SR. NOVAES OHITT

As 10 heres e 30 minutes acham-se presentes os Srs. Senadores:

Paulo Coelho - Paulo Fender-Zacharias de Assunição — Victorino Freire — Sebartião Archer — Eugênio Ecrros — Leonijas Meilo — Hathias Olympio — Joaquim Perente — Fausto Caoral - Fernantes Tavo a - Menecarat — Fernantes Tabola — Menezes Pimentel — Dix-Hurt Rosado —
Argemiro de Figre redo — Ruy Carneiro — Novaes Filho — Jarbas Maranhão — Barros-Carvalho — Ruy
Palmeira — Silvesire Pericles — Lourival Fontes — Jorge Magnard — Hezibaldo Vierra — Origina Terreira ribaldo Vierra — Ovidio Teixeira — Lima Teixeira — Aloysio de Carvelhe – Ary Vianna – Jefferson de Aguier – Arlindo Rodrigues – Gilberto Ma - Artinao Rearigues - Greeno Me-rinho - Benedito Valazares - Lino de Mattos - Folkie Catazans - Fe-dro Ludovido - Filmio Müller - Ald Gumarães — Saus Lamos — Irine Bornhousen — Doutel Krieger — Uem de Sá — Guido Mondin (43).

oer, premining:

O Sr. 20 Secretirio papasde à leitura da sta ua seesto enterior. que, posta em dischala, é, sem debaie, aprovada.

O SR. PLICEDENTE:

Não há, sôbre a meza, expediente

para leitura. (Pausa).
O Sr. Seneder Caroas Maranhão enviou à Mrsa discurso, a fim de ser publicado, na forma do disposto no art. 201, § 2º do Regimento Interno.
S. Exa será atundido.

E O SECUINTE O DISCURSO DO SR. JARBAS MARANHÃO:

E' já vitoriosa a idéia de que os problemas sociais tais como se nos auresentam no memento atual — não mais podem ser tratades com o emprêgo de medidas empiricas como as

Im service, e Senher Preside e di mess de contrate e novas formas de e princia au Sinder Central de correção des desajustementes individirantes, fractor de Frijeto de Lei ducis e contitos. Os recursos da ciência Cância utimo de 1800, que de técnica, reunidos a um melhor conhecimento do ser humano e da notro que de sociedade, persibilitarem e decenvelvimento e aperfeiçamentação da fermadidade.

Perfe parterante do Ministério de da notro que de sociedade, persibilitarem o decenvelvimento e aperfeiçamentação de fermadidade e mento des métodos essistenciais e têmento de conficial o trocal de senhor Rolemante. mento dos métodos assistenciais até ent.o autiliados e, mais ainda, possibilitaram a descoberta de refetados nevos e macessos meis adequados.

A assistência tradicional, empirica,

muitas vêzes improvisium, oraș gar a urna assistência científica, ramuitas vezes improvisada, cadeu lu-& cne¹, técnica, mas nem por isco menos hungna, hoje consagrada pelo nome de Serviço Social.

Da mesma forma, os agentes dêse trabalho stelal em novos moldes sen-tiram necessidade de adquirir as coallecimentos e experiência requeridos pera o exercício das suas atividades. "amadores", por assim dizer, foram paulatinamente — na medida mesma em que se desenvolvia a nova forma de assistência — transforman-do-se em verdadeiros técnicos na sua especialidade. E assim surgiu uma nova categoria de profissionais — os Assistentas Sociais. Para a sua preparação, foram criados os primeiros centros de formação especializada — as Escolas de Serviço Social — com programas próprios, cuidadosamente eleborados a fim de responderem às exigências do trabalho para o qual formam seus alunos, Multiplicaramse essas Escolas de acôrdo com as necessidades des diferentes meios, passando a constituir mais um tipo de instituição de ensino especializado, com regulamentação prépria e que se sempre integrando os quadros das Universidades.

O Sr. Senedor Arlindo Fodrigues enviou à Mesa d'scurso a fim de ser publicado, na forma do disposto no art. 201, § 2º, do Regimento Interno.

S. Fxa. será atendido.

E' o seguinte o discurso do Senhor Arlindo Regrigues:

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

E' do conhecimento de todos e a impansa, tem velculedo à saciende, os hot cintes des localidades situadas entre Sonta Rita de Sacuthaja e Barra do Pirel esto em situação antitia, pre icemente isolados do resto co pris. Phietia, como comuni-ceção entre aquelas dijas cidades, um ramal fericadrio.

Eva picecrio, sabonos, mes nas eir-quant neiss cra útil.

O ex-Pre-idente Jánio Quadros quando governo determinou sua su-pressão, tornando catastrófica a sipressão, tornando extratrófica a si-uação dequela zona. A lavoura e a pecuária perderam a única possibilidade para o escoamento da produção. O leite apodiece nos vasilhames, ou então é despejado nos rios, por falta

emas e despejado nos rios, por ratea de transporte.
Poder-se-ia, admitir, Senhor Presidente, uma série de medidas economicas, más nunca pudessem elas atingir a atividade e o progresso de determinada zona.

com o periger o pode A de o de percerto a o Cenhor Secalar Silves | encontror o caminho que levars a periger de percerto de contro de competa e ideal | periger de percerto de contro de competa e ideal | periger de percerto de contro de competa e ideal | periger de contro de contro de competa e ideal | periger de contro de co

reformas de base e reforma agráfia, se em pleno ano de 1632, os podéres públicos su mostrom surces aos che-mores dos homens do campo. O Se-nhor Presidente João Goulert conta com a simpatia dos habitantes da região prejudicada.

E' como porla-voz daquele povo lanco do alto desta tribuna meu apélo vermente e conficinte em favor de uma qualquer preditincia urgentissima, seja ela qual tor, mas que venha resciver o problema em foco.

O SR. PRESIDENCE:

Vão ser lidos dois requerimentos de

São lidos os seguintes requerimentes:

Requerimento nº 723; de 1962

Nos têrmos do art. 330, letra "c", Nos termos do art. 330, tetra c , do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 1982, que retifica, sem ônus, a Lei nº 3.682, de 7 de dezemoro de 1959, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para

ta e lixa a Hesgesa da Chiao para o exercício de 1960. Salá das Sessões, em 29 de novembro de 1962. — Jefferson de Aguiar, Líder da Maioria em exercício.

Requerimento nº 729, de 1962

Nos têrmos do art. 330, letra "c", do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1831, que revoga o Decreto Legislativo nº 13, de 6 de outubro de 1958, que aprovou o Acôrdo de Resgate assinado em 1956, entre os governos do Brasil e da França.

Sala das Sessões, em 29 de novem-bro de 1962. — Jefjerson de Aguiár, Lider da Majoria em serviço.

O SR. PRESIDENTE:

Os requerimentos que acabam tie ser lido serão votados depois da Or-dem do Dia.

Continua a hora do espediente.

Tem a palayra o nobre Senador Victorino Freire.

O SE. VECTORING CONTLE: ..

(Como líder da lac'sra) — (Não foi revisio pelo cravor) — Sr. Presidente e Srs. Sénedores, peli a palavra para deixer transpito nos Ancis desta Casa, o ciscumo proferido em nome das Fórges Armadas, pelo General Aloysio de Miranda Mendes, producir melo cultos de Trán. um dos Oficiais mais cultos do Exér-cito, no cemitério de São João Batista, por ocasião das rememorações do mas. sacre, por comunistas, de oficiais do 3º Regimento de Infantaria, na Escola de Aviação e em Nasal.

Merece ésse pronunciamento figurar nos Anais desta Casa para que a Na-ção brasileira jamais se esqueça daquêle dia trágico, em que o Brasil e as Fôrças Armadas se cobriram de giória

na repressão do Movimento Comunista. Eis, Sr. Presidente, as palevras do

foto nomeratus e rapro - fo da Voldido | Ja Pisjo, Veisser - , refutada:

#Frmo, Sr. Pall SIDATING DA

There has him too Ministrot to the and the second of the s

1777 13 (GC. 7,772) . 663 (GOMG)(G)

7 7 CV3 C in sitt strap 1. 6 1 7 2 107 10 0 1 5 5 217 407 C 17

Continue and mortals mortals from the all Courses of mortals nated to the asset mortals nated to the analysis of the course of the course of the course of the asset mortals of the asset of

te natural.

l'Iodavia, diante dêste singelo cenotifio curvam se agora mudos e cheios de contrição todos os poderes desta Terra, atônitos e adtal. ados.

Il polque éstes mortais não nerroram nem éste monumento, entivocamente ali colecado, é um tárnulo, uma vez que foi votado, recentemente, ao eterno esquecimento e sôbre êle devendo pesar pripátuo silâncio, nada meis devenia de representar ...

CAIDOS NO CAMPO LA HOMRA

Plas, mous Senhores, "tudo o Tras, meus Schhorcs, "tudo o que marte precipita se dentro da própria vida; e tudo o que marce ten a mesma idade drauto que more, porque as criaturas participam do Ser divino e, por conscruinte, somes uma parcela do Infinito e com éle ne; confundi-

Nele não pode haver passado nom futuro, espero nem tempo; nele, por anio, naria pode cair no etc. no esquecimento, porque nale sómente há uma dimensão — dimensão que vai muito além de nos in pobre imagineção — chamada de Consciência Divina, Juiz etcino e imporcial de todos os nocios atos. nectios atos.

Nem tudo é pois, matéria bruta com suas fórças cegas e evolutivas desencadeando contradições como périidamente progam os inmitgos do gênero humano.

Foi na Consciência Universal que estes mortals ressurgiram e é pare la que ressurgiram e to que mortan no intemerato cum-primento de suas obligações mo-

No nosso pensamento seus corpos aindo estão intactos, porque os corpos dos heróis, caidos no cambo de homa, nunca são atacaics pele cadeverira e, muito menos, pala prenha, destilada por ume doutrina de bárbacos, que precura infilirar se no mundo inteiro por máo de um nocasido. do inteiro por melo de um pac-to de iniculdades.

De falo. Acreditamos que êtes não morreram, como morrem os vulgares. Para nos êles se eter-nizaram, se imortalizaram de nizatam, se imortalizaram de acôrdo com nossas medidas hu-manas, isto é, de acôrdo com a Glór a que, na terra é o único padr lo capaz de medir tanta grandeza.

CLM MARITA OLM

MICO FIT RAM MID

NUMBER HOUSE CHANGE FROM THE STATE OF T

Aqui estão nos meus braços mão só a própria imagem do hor-— copo também, não resta la, os protomértires cuma dúvida, os protomírtires cuma ideologia feroz, cujos adeptos ucam, como meios de coavicazo, precisamenta, o ócio, a excreso, precisamenta, o ócio, a excreso, a subversão, a subversão, a subversão, a entotrom a inquierção rea al. o assa cuto, a mentire, a trajora o incitamento de greves, e angação de Deus e da próprio práctia!

37 NÃO SE REPUTIRA

Integrados nos regiões lumino-sas, onde não há incomosciveis neri incompreer treis, sacroi êles — não obetane essa imensa in-gratidão humana — que reu sa-crificio não fei em vão, em que pesem as nuvens sombrirs que se acumulam no Oriento o crocitar dos abutros, o recougar das icans e o rugir das penteras ocultas nos escuros labi-intes do atel cao sel-vagem, da mentira e de cínica hi-pocrisia.

Também — mercê de Deus! — o abjeto espetáculo de 27 de novembro de 1935, nas suas torpes intenções e nos seus negros desirmos de transformação violenta des intituidades en contra de seritarios de transformação violenta. das instituições pelo simples direi. to da força, nunca mais se repeti-rá nesta terra, debaixo deste ceu, iluminado pela Cruz divina.

Esta é não só a firme determinação de vott de nacional como o imbelárel parposi o das Fórças Armadas, que me convocaram pora esta pública evilência — como sea in separa fazar e la confissão, que muito me da nacional. Nota elte con tenta no é, pois, vireté aqui para fela muito mal de quem quer que seja e, muito mal de quem quer que seja e, muito mans, de nacios com ous tambanos relações com ous tambanos relações diploraficas e comercias.

Não estou tambim ai il imbui-do co intento de denegrir, des-compor ou ultrajar formes de governos ou seus regimes políticos por mais crrados e execrados que éles nos possam parecer. Eles apenas não nos convêm.

* 打印 なか (*), お.か: July Hill Hand Care Te equi me ecto, time and

For equi me solo, these no models in the color of the col les frita en fritan a culturo republica em para douja dondes sov

Su pida, há tempor, na sua forma alual, em villule de cuno e ado de buro e ado de burolada miluria na masa do povo, en a deportaniza do na clamba mato e aus fiza do na electiva entro e que na nanças, certo cars na reoriemia, certo estado de concerção general ralizada, certa introduca na obseido inão equitadiva o diena dos selínicas e des intera, en las per provocar um insidico estado do dicionicame in quel entra o provocar um insidicho estedo de deconteniene (prelimina e conteniene), prelimina e protoca, isto é, as rationa es protoca, isto é, as rationa es neuropillos, es introduces enclais e os abusos de la la serie protoca para ele, ours o procasa libor e o da milhor de que o conteniene en da milhor de que o conteniene en caracterista para con classifications en caracterista en conteniene en conten ror, que ela pressa implante,

. SCBERANIA DO POVO

Para ela o Di lo e a Jali-

Para cle o Di clo e a Jailoro são ouimeros, com inscrimes dos homens, que mán autocam refeitades visto et uo — actio mundo — só entrem a triba e e matéria, que a roma a triba e e matéria, que a roma a triba e e matéria, que a roma contro contro movimente movimente para realizar lances e infermials commitantes sem finalidade um ideal.

Para nos precuvernos contro esta sórdido materialismo evolucionados aos princípios e diaris, que las princípios do Tadiria, que abunha e esta princípio do Tadiria do Homen, a Perolucão do Tadiria do Homen, a Perolucão do Tadiria do Homen, a las por esta esta abunha e as presentas, as intonticas sociais, a legislação a bitrática

m b — 88 b expension, as diver-ticas sociais, a legislet do cibitrá-ria e a ganância.

A bessoa humana seus i ai nor si só um mundo e não deve in-clinar-se senão dion e do Cria-dor. E só nor iso dio se do Cria-dor. E só nor iso dio se do condera haver discours and tra-nos: a soberenta his de resouvar inteleamente no tous, e le s'exam-ce por seus rem sent intra le litt-mamente életics, encarres a los de fazer a lei e de pomocion es ge-formas que se lizarem necessarias.

rias.

O povo não é, pols uma classes nem dues e, mento menos, uma faceão política ou um grupo de felizardos a se umalidarem de tudo. O povo soberemo é a conselhor no procad, uma grandeza objetiva e real, que se exprime nos individuos e pelos

individue, una recilière elle par el comme de la comme del la comme de la comme del comme del comme de la comme de the control of the co

Comprised Conditions 33. In O. 19. Property of the Condition of the Condit

Et tout des

neight ignis e may for in a source source con a supre sio (1) in a con a supre sio (1) in in a formation of the same of the start of the start (1) in a supre sio (1) in a formation of the start (1) in a supre sio (1) in the con a supre sio d a fine main de a confine a do in a point of the main de a confine a do in a point of the same supre sion de a fine main de a confine a do in a point of the same supre sion a supre sion a supre sion a fine main de a confine a do in a point of the same supre sion a di 41 ...

A concernão demostático e liherel de inveldedo, 150 eno la
à desimulidade feu la la o ena codementa e incongruente la la
codementa e aneconfidados e a viso
pessoel, "não comporte la mire de
temente — diz o cator da Ciadode flive — a promersa de frazer te la os nomens igui mer o
ricos, iqualmente inituante o
ricos, iqualmente inituante,
i unimente horrados e i puel note sévios. Ao contactão, o ena ria
de fa lo profeste é cua, rela da
sinueldados eutranocas covidas is
provio at via e am arivitádos dotim sea rialidas, as superioridade inadmenta vedendo e de relo
sempre se manifestar".

Fila não precentra a estáplica

Fig. não precisira a destiplia a terminida de molorado nam que trua se disumento a him citado, nivolendo-a non beino, pio pior ou anispendo a metida e considerios como de metida o alfondo de considerios como de metida de considerios como de considerios considerios como de considerios como de considerios c sero materialismo urtental,

Os homens impais - de ac Os homens imais — de comba do com essa concepção — tra-bém no sobreun a pladique or la consciencia escluentia e lorga para a formação dama veril dora ventada a sobre nacional, interesta por têdes as correntes de opírio.

NEM EIPOT ACAO NE I OADI: LUS

Fire homens serial involutions and figure affects the figures of the model of the contract the contra

cla germelia.

E' por isso que a cálula eccen-E' por isso que a caula ecoria-cial — a hase por ca lo putto-co moderno, em timo da qual tudo; es reformas liberala e do profundidade se instific; m — não é, em absoluto, o Estado nodo-roderosa puelupar pos ele seia e, ginda manas, o e tado monocráfico, despótico e brutal. E' o indivíduo que, por si só e como cidadão, é uma singularissima unidade vivente, completa e perfeita, cuja valorização hoje mais do que nunca, se impõe porque, cada vez mais, éle se nos apresenta como um maravilhoso universo, que sonda os infinitamente grandes e pequenos universos e se confunde com os extremos inferiores de seu corpo com o pó em que se transformará um dia e com os fulgores de seu génio com o primeiro dos arquétipos.

E se impõe porque não sòmente os homens são iguais mas tambem são bons, quando não são deformados por instituições polí-ticas mal concebidas ou conduzidos por maus e falsos pastores, que os levam ao cometimento das mais negras traições, dos mais bárbaros crimes e das mais torpes vilanias.

GOVERNO DEMOCRATICO

Destarte, jamais poderá haver conflitos ou lutas de clas-ses num mundo que tenha, de fato, recebido a genuina reve-lação democrática a qual passando por sobre todos os precon-ceitas e, até, por cima de tôdas as fronteiras, faz com que haja, não ódio, escravidão nem maldade mas, sim, um trabalho comum
— febril e fecundo — de aproximação e de aperfeiçoamento a ser realizado no domínio dos espíritos, para o maior bem do homem e para a maior glória da civilização.

E o advento do autêntico go-verno democrático, aqui instaura-do pela figura inolvidável do General Benjamin Constant, govêr-no cuja tarefa essencial é fazer a vida boa — o povo feliz — ze-lando pelo bem comum e a segurança, nacional, garantindo o direito de todos os cidadãos sem distinção, porque todos tem os também "per evidente — consoante reza a Constituição dum dos mais livres povos da terra — que mais livres povos da certa — que cos homens foram dotados por Deus de certos direitos inalienáveis dentre os quais sobressaem a vida, a liberdade, a propriedade e a busca da felicidade".

NÃO HÁ OPÇÃO

E nós não renunciaremos a ne-nhum dêsses direitos, conquistados a duras penas e que nos foram legados por nossos antepassados.

O govêrno democrático é, pois, o govêrno de muitos sob o centrêle de todos, ao contrário do governo monocrático que é o go-verno de um contra todos -- o govêrno da violência e da tirania - que sufoca a razão, a liberdade, o direito, e a justica, procurando por todos os meios destruir não só as corporações humanas mas também o próprio indivíduo, no que êle tem de mais sagrado, atacando-o na sua esséncia, abalando-lhe a consciência e corrempendo seus senti-mentos, seus conhecimentos e até

sua própria fé. Entre estes dois mundos não há opção possível. No entanto, não podemos saber exatamente o rumo que todos os outros poderão tomar.

Mas no que nos diz respeito — a nos brasileiros e das Fôr-ças Armadas — não há nenhuma dúvida nem a mínima hesi-tácăc: Suplicamos apenas a Deus Onipotente ou que nos dê a Liberdade ou, então, prefesiremos

mil vêzes a morte, seguindo a lição e repetindo o exemplo, que este monumento mudo nobre e superiormente nos inspira".

Congratulo-me com o eminente sol-dado pela advertência que faz à Nação brasileira ao evocar o heroísmo dos nossos irmãos que morreram, uns no cumprimento de dever e outros, ador-mecidos, massacrados pelos próprios companheiros. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Fernandes Távora.

O SR. FERNANDES TAVORA:

(Lê o seguinte discurso) - Senhor Presidente, Srs. Senadores, quando transitava por esta Casa, no ano passado, o projeto de prorrogção da Lei do Inquilinato, apresentei ao mesmo, uma emenda que foi honrada com pareceres favoráveis de tôdas as comis-sões, e unânime aprovação do Senado.

A Câmara, porém, desaprovou tôdasla que eu, atendendo as reiteradas so-licitações de pobres locadores, preju-dicados, tentei a amparar os seus di-

reitos posteragados.

Recebendo novas e comoventes solicitações no mesmo sentido, resolví alguns dias depois, apresentar o projeto que tomou o número 21, e que tanta e tão injustificada celeuma vem levantando, na Câmara dos Deputados e até na imprensa.

Sou, assim, levado a pronunciar al-gumas palavras, para esclarecimento dos que agem de boa-fé, pois, aos que me atiram insultos e calúnias, não de-

vo a menor consideração. Na justificação do aludido projeto, declarei que não julgava izento de falhas, que aos mais competentes competia corrigir.

Conformado com as emendas que lhe foram aditadas nas Comissões e no plenário, embora modificassem o meu pensamento, calado, dei-lhes o meu

A Câmara, porém, com êle não cou-cordando, e para evitar que, emenda-do, voltasse ao Senado, que provavelmente manterio o seu julgamento, resolveu desenterrar o projeto do Senador Afrânio Lages que manda pror-rogar a Lei do Inquilinato, com algumas emendas que não agradam a cer-to grupo de Deputados, razão pela qual fôra engavetado. Meu projeto, segundo prometem os seus impugnadores, pas-saria a valer em 64 ou 65. Não fui ouvido sôbre o assunto; e,

continuando a pensar da mesma forma, em relação a correta formulação do projeto e sua inteira conveniência

prefiro nada dizer sóbre o incerto e dúbio destano que lhe reservaram.

Já declarei, por mais de uma vez, que nunca fui estranho aos verdadeiros interêsses do povo, quer quando exerci funções executivas quer como mandatário de meus coestaduanos, ua Assembléia Legislativa do Ceará, na Câmara e no Senado Federais.

So, algumas vêzes, a tais interêsses, ou pseudo-interêsses, me opuz, foi tãosòmente, por julgá-los contrários ao bem do país. Certo de que ao formupem do país. Certo de que ao formu-lar o projeto em aprêço, não pratique apenas um ato de caridade; mas, so-bretucio, de justiça e de civismo, ten-tando restituir a milhares de concida-dãos aflitos, seu direito imprescriptivel, que uma lei inequitativa e cruel lhes

havia extorquido. Pensani de modo diverso os que, sem a menor autoridade, se arrogam o monopólio da defesa do povo, que apenas iludem e exploram. Assim agem alardeando justica e patriotismo, como se fôsse lícito e equitativo defender o que se proclama ser o interêsse de uma classe, contra aquilo que é também indiscutivelmente, o direito de tôdas as outras.

Julga a Câmara haver contentado o por , prorrogando, mais uma vez, a lei do seu agrado. Não tentrei desfazer o

seu engano. A responsabilidade é dela

e não minha.
Tranquila está minha consciência na certeza de que cumpri, com sinceridade, um elementar dever de justiça. e de humanidade, procurando restituir a milhares de meus compatriotas, uma diminuta fração do direito que lhe ar-rebatou êsse Demagógico Subterfúgio Legal que se chama Lei do Inquilina-to. (Muito bem! Muito bem!).

O'SR, PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos.

Continua a hora do Expediente.

O SR. PAULO FENDER:

Senhor Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palayra o nobte Senador Paulo Fender,

O SR. PAULO FENDER:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, ocupo a tribuna para transcrever, em nossos Anais, um re-latório de autoria do Ministro Roberto Assunção de Araújo, apresentado à XVII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, relatório que honra a cultura científica do País, por isso que está vazado, em mui judiciosos argumentos. Aliás, não era de se esperar cutro trabalho da inteligência e da qualidade de grande diplomata e até de sociólogo do Ministro Roberto As-sunção de Araújo, notável expressão do Itamarati e da diplomacia brasileira.

Diz o Ministro, em sua intervenção de 6 de novembro de 1982 naquele sodalício:

XVII sessão da Assembléla Ge-

Comissão Politica Especial

Item 30 da agenda: Relatório do Comité científico das Nucces Unidas para estudar os cefitos das radiações atômicas.

Intervenção do Ministro Roberto Assumpção de Araújo.

Em 6 de novembro de 1962,

Senhor Presidente.

Gostaria, em primeira lugar, de cumprimentar o Comité Cientifico das Naçoes Unidas para estudar os efeitos das radiações atômicas, cujo relatório, entregue ao compressão políticas estados de compressão políticas de compressão políticas estados de compressão políticas estados de compressão políticas de compressão polo exame da Comissão política especial é de iterêsse considerável. No momento em que, apesar do clamor mundial e contràriamente às resoluções da Assembléia Ge al, as potências nucleares continuam a poluir a biosfera com detritos/radicativos, é particularmente impo-tante ressaltar os efeitos nocivos

das radiações atômicas.

O relatório inicial do Co.nitê,
publicado em 1958 (documento A-3.838), já punha em relêvo os perigos da contaminação radioativa. De acordo com suas conclusões: a) as radiações, por mais fracas que sejam, podem provocer efeites nocivos, genéticos e talvez mesmo somáticos; b) a população mun-dial inteira está mais ou menos sujeita tánto às radiações naturois como às que resultam das precipitações radioativas; c) os danes assim provocados podem não se manifestar imediatamente; d) um au-mento mesmo lento da radioatividade ambiente, provocado por ensaios de engenhos nucleares que por qualquer outra causa, poderia, one com o tempo, causar dano apreciavel a grande nº de sêres hu-manos, antes que se possa determinar, antes que se possa letter duanto, pera primeria vez ha insidentiar, com certeza, se este dano ria da teratologia, apareceu na Itáé devido à radiação; e) a conta- lla uma criança sem olhos.

minação radioativa do meio, rella uma criança sem olhos.

Não havia globos oculares formado sultante da explosão de armas nuna criança recém-nascida. Então é de

cleares, contribui para aumentar cada vez mais os níveis de radiação no mudo, o que acarreta riscos novos e em grande parte desco-nhecidos para as populações pre-sentes e futuras. O Comité con-clui que "tôdas as medidas visando a reduzir ao mínimo a radiação das populações humanas contribuirão para salvaguardar a saúde do homem. Estas medidas devem consistir (...) em pôr têmo à contaminação do meio, causada pelas explosões de armas nuclea-

Infelizmente, Senhor Presidente, as potências nucleares não levaram absolutamente em conta estas graves advertências. Sem dúvida, a moratória observada pelos Estados Unidos, União So-viética e Grã-Bretanha, de no-vembro de 1958 a setembro de 1961 — embora não aceita pela França interrompeu a contaminação radioativa. Desde o ano passado, entretanto, 'os ensaios de engenhos nucleares têm aumentado cada vez mais, com uma frequên-cia e uma potência sempre mais impressionates. As potências nucleares preferiram sacrificar exigências — talvez ilusórias sacrificar às sua própria segurança, a saúde úas populações atuais e futuras, sem pensar na opinião pública do mundo inteiro.

Preocupada com tal situação, a Assembleia Geral das Nações Uni-das, ao longo de-sua última sessão, adotou uma resolução (1.629 XVI) que declarava, entre outra**s** coisas, que a preocupação com o futuro da humanidade, hem como os princípios fudamentais do cireito internacional, impunham a todos os Estados uma responsabilidade -quanto acs atos que, ao mesmo tempo que aumentam os níveis da precipitação radioativa, poderiam ter conseqüências piológicas nefastas para as gerações atuais e futuras. A mesma resolução solicitava aos Estados membros, às instituições especializadas e à Agência Internacional de Energla Atômica que colaborassem c m o Comitê científico no sentido de prosseguir e de aperfeiçoar os estudos relativos às precipitações radioativas.

O nôvo relatório científico (A-5.216) científico (A-5.216) traduz os progressos alcançades no conneci-

progressos alcançados no connecimento dos efeitos das radiaçõis,
embora muito ainda reste a fazer,
especialmente no que diz respeito
aos efeitos a longo prazo.

Quais são as conclusões e senciais do Comitê científico? Permito-me, em vita de sua importância, citá-los textualmente:

1) "Está claramente estabelecido que a radiação, mesmo em foses
muito inferiores às que produzem
efeitos agudos, pode, às vêzes, gerar uma grande variedade de rar uma grande variedade de efeitos nocivos, entre os quais can-cer, leucemia e deformações congênitas (...)

Abro aqui um parêntesis para lembrar ao Senado comentário que fiz, desta tribuna, a respeito de caso ocorrido no Itália com relação a reformações congênitas.

Neste instante em que o problema da talidomida aparece como drega científica medicamentosa capaz de produzir nati monstros, isto é, crian-cas aleijadas, deformadas congênitamente, é preciso que voltemos nossa atenção também para o fator radioativo da atmosfera, para o ar que se respira, o ar dêste século de era atômica contaminado pelas explosões nucleares experimentais. Refiro me ao fato que denunciou desta tribuna, quando, pela primeira vez na história da teratologia, apareceu na Itá-

supor que a energia rádicativa, através de contaminação atmosférica, seja responsável, pela primeira vez na história na humanidade, por essa deformação, opinião, alias, já esposada na época por cientistas italianos.

Em vista da certeza, atualmente adquirida, de que se produzem complicações genéticas nos mais baixos níveis que se temais balaos invels que se te nham estudado, experimental-mente, até hoje, é de tôda pro-dência admitír que qualquer ra-diação, por mais fraca que seja, pode provocar um dano genético" (parágrafo 48). 2) "A radiação da espécie hu-

2) "A radiação da especie nu-mana por um número crescente de fontes artificiais, notadamen-te a contaminação mundial do meio ambiente pelos rádio-nu-sléides, a curto e longo prazo, resultantes das explosões nuclea-res, requer a maior atenção, es-pecialmente porque os efeitos de tado aumento de radiação poder pecialmente porque os éfeitos de todo aumento de radiação podem manifestar-se, plenamente, só depois de várias dezenas de anos com relação aos efeitos somáticos, e depois de numerosas gerações com relação às lesões genéticas" (parágrafo 51).

Estes itens citados no relatório do Ministro Roberto Assumpção de Araú-jo, são do Comité Científico da ONU e da mais alta importância para o conhecimento da Nação, per isso que transcrevo tais considerações em nos-sos Anais, sendo esta, como é, a mais alta tribuna do Parlamento bresi-

Adiante diz o ministro:

 "O Comitê insiste, pois, na necessidade de reduzir ao mini-mo ou de suprimir interramente mo ou de saprimir interramente tóda as formas supérfluas de radiação (...). Como não há medida preventiva eficaz contra o aparecimento dos efeitos nocivos da conteminação rádioativa generalizada, resultante das exploneras queles es a efetivação de

neralizada, resultante das explosões nucleares, a efetivação de uma interripção definitiva das explosões nucleares será benéfica para as gerarêos humanas presentes e futuras" (parégrafo 52).

Além disto, é necessário acentuar, Senhor Presidente, que essas conclusões do Comitê são baseadas em dados extremamente onservadores, como é natural em virtude da composição e do sistema de funcionamento deste órgão oficial des Nações Unidas.

Outros estudos publicados re-Outros estudos publicados re-centemente, fornecem-nos dados talvez não unânimemente acei-tos, porém muito interessentes. O dr. Hermann J. Muller, Prê-mio Nobel e e pecialista em ge-nética, por exemplo, cal·ulou, em abril passado, que as precipi-tações ràdicativas provocadas pe-la explosão de uma bomba de cem meratons devem causar na nonula explosão de uma bomba de cem megatons devem causar na população mundial mais de 100.000 cusos de leucamia, de câncer nos essos, e de 64t. as doenças fatais, elém de um milhão de mudanças nocivas, na prôtima geração. Ainda de acordo com o dr. Muller, 300.000 puscoas morrerão premajuramente por causa das expensivamente por causa das expensivamentes por causa da expensivamentes por causa da expensivamentes por causa da expensivamente lei, 300.000 passoas morrerão pre-maturamente por causa das expe-tiências nucleares realizadas até o comêço dêste ano, ou seja, nu-ma proporção de uma pessoa sô-tre 10.000, e isto sem falar nos efeitos sôbre as gerações futuras, rum período de dois mil anos. O cfeito é comparável, diz êle, ao de disparar tiros de fusil, ao aca-so, sobre uma multidão. Seria fácil multiplicar os exemplos dêste tipo, mas não gostaria de pro-longar os debates de nossa Co-missão, que tem uma agenda já sobrecarregada. As publicações especializadas são conhecidas nor todos nós, e sua leitura para de-monstrar a extraordinária im-grudência dos que com pleno conhecimento de causa, insistem em continuar suas exposições experimentais.

Senhor Presidente, a Delegação do Brasil tem sempre mantido a mesma posição no que diz respeito aos ensaios nucleares, consi-derados condenáveis por ela, qualquer que seja sua origem. Co-mo afirmamos sempre em Genequalquer que seja sua origem. Como afirmamos sempre em Genebra, no seio do Comitê das 18 neções, como afirmamos ainda, no dia 10 de outubro ultimo, diante da I Comissão, não reconhecemos a nação alguma o direito de realizar tais experiências Protestamos, em setembro do ano pasendo, quando a União Soviética recemeçou suas explosões. Protestamos, em abril passado, quando os Estados Unidos anunciaram sua intenção de iniciar nova série de ensaios, Protestamos ainda, em agosto, quando a União Soviética começou sua atual série de explosões. Nossa atuade e difada tanto pelos perigos políticos dos ensaios, incompantíveis com uma sa noção da paz e da segurança internacionais, como pelos perigos biológia con tentamos analesta ao loriga de la come com pelos perigos biológia de contrata com pelos perigos biológia expertante a partira a a la companta de la compa nais, como pelos perigos biológi-cus que frantamos analizar ao lon-go desta interverção.

Senhor Presidente, a República Argentina e numerosas outros potências submeteram à Con is potencias submeteram a Co-missão política especial um pro-jeto de resolução (documento A-SPC-L.82) rejativo ao item 30 da agenda da Assembleia. O tex-to, que aprovamos inteiramente, parece-nos, contrdo, aprosentar uma facuna. Embora chamando atenção para o parágrafo 51 do relatorio do Comitê científico, relativo acs perigos inerentes ensaios nucleares, não contem ele nenhum disporitivo recomen-dando sva cessação. Ora, parece à Delegação do Brasil que não hesta estudar de maneira cada vez mais detalhada os efeitos exates das explosões nucleares.

É preciso interromper, se possí-É preciso inferromper, se possi-vel para sempre, tais explosões. Di -sa-à que trato-se de tarefa à I Comissão, e que a Comissão política especial deve evitar inva-dir o dominio dejucle ôrgão da Assembleia Cerai. A Delegação do Brajil confessa não saber bem por que ressa Cortissão não po-ceria projunciar-se no sentido da condenção dos envaios. A I Copor que ressa con ma po-ciaria pronunciar-se no sentido da condenção dos ensãos. A I Co-missão acaba de proscrever as experiências em virtude, essen-cialmente, de seus perigos polí-ticos, epoiando-se na análise da situação política internacional. Elas as condenou porque punham em perigo a paz e a segurança internacionais. Não vemos por que a Comissão Pelítica Especial que estuda os encios, do ponto de vista científico, não as pode-ria condenar igualmente, não em ração de seas con equências po-líticas, mas por que constituem um risco real para a humanida-de, presente e futura. Parece-nos que o relatório do Comite científico fornece a nossa Comis-são as bases necessárias a uma ação dêste gênero. No ano passasão as bases inecessarias a una ação dêje gênero. No ano passa-do, alias, tinhamos menos preo-cupações técnicas, de vez que a Comissão política especial e, posteriormente, a Assembléia Geral teriormente, a Assembléia Geral terioveram uma resolução cujo primeiro parág afo operativo era o seguinte, cito: "Declara que a preocupação com o futuro da hu-manidade, bem como os princi-plos fundamentais do direito in-ternacional imporm a todos os ternecional impecin a todos os Estados uma responsabilidade quanto aos atos que, aumentando os níveis de precipitação rádicativa, poderiam ter consequências biológices nefastas para a geracio etual e pra os geracões futuras dos povos de outros Estados". O projeto de resolução L. 82 e, consequentemente, bem menos vigoroso que a Resolução 1.629 (XVI) aprovada no ano passado. Isto nos parece particularmente lamentavel, pois, de outubro de 1961 até o momento atual, o mundo assistiu a várias séries de explosões sem precedentes em número e potência.

Durante êste período, o número de explosões nucleares foi superior aos dos 17 anos anteriores, e isto sem mencionar a notência cada vez maior dos el genhos uti-lizados. A Delegação do Brasil teria preferido um texto que contivesse condenação formal dos ensaios, que scam, com base nas conclusões do Comitê. Todavia, respeitamos a opi-nião das delegações que prefiram deixar à Comissão política a exclusividade da condenação. A De-legação do Brasil se contenta, portanto, em apresentar uma emenda 20 preâmbulo do projeto.
L.82. Esta emenda, que, segundo cremos, não suscitacia oposições, consiste em acrescentar um parágrafo assim concebido: "Considerando sua resclução ... (XVII). (XVII) bem) de ... de novembro de 1962, que condena todos os ensaios de en-genhos nucleares". Fis aí, Senhor Presidente, um dispositivo que nos parece indispensável. A Comissão política especial, examinando o relatório do Comitê científico, uão pode ignorar que a fonte mais inquietante da radiações atômicas mais acaba de ser condenada pela As-sembléia-Geral.

Estende-se o relatório em conside-rações do mais alto valor cietífico para terminar com estas palavras:

Enfim. Senhor Presidente, o Brasil, que está representado no Comitê científico, cre seu dever observar que a opinião pública dos diversos países, nucleares ou não, e portanto a opinião mundial, não está devidamente informada das pesquisas científicas relativas às conseqüências das radiações atômicas, em geral, e das precipitações nucleares, em particular. Os elementos postus à disposição do público são rance, esparsos e contraditórios, e tão permitem cau as populações adquiram plana consciência dos perigos resultantes das experiências nucleares, a não ser sôbre uma base puramente emocional ou política. Cremos que os diversos gorannos têm obticaobservar que a opinião pública dos os diversos gorêrnos têm obrigação de remediar tal estado do coises. Dei, Fanhor Presidente, a justificacão da segunda, emenda aprecenteda pela Daleração do Bresil, secundo a cual a Accerableia-Geral recomenda aos Estados Membros que tomem providências no sentido de manter suas populações informadas, de forma acessivel a todos, por meio das técnicas modernas de comunionção — imprensa, rádio, cinema, televisão, e.c. - dos resultados das perquises cientificas enpreendidas a êsse respeito, com base nas conclusões do Comitê Cos Nações Unidas, das instituições nacionais de pesquisas e de outros estudos. Eis aí uma campanha de educação das massas que nos perece indispensável, pcis só pode contribuir para criar uma mentalidade construtiva com relação à questão que nos octua.

Relatório do Comitê vientific. Las Nações Unidas para o estud dos efeitos das radiações alômi

Brasil: emendas ao projeto d resolução A-SPC-L 82-Rev. 1

1. Acrescentar ao preambulo d resolução I um parágrafo assin concebido: Considerando sua re solução ... (XVII), de ... d novembro de 1962, que conden-todas as experiência_s com enge nhos nucleares;

2. Acrescentar ao dispositivo d resolução I um parágrafo 8 assin

concebido:

8. Becomenda aos governos do Estados membros que criem e rea lizem amplos programas de informação, relativos aos efeitos da radiações atômicas.

Sr. Presidente, estas as palavras de Sr. Presidente, estas es patavias de Sr. Ministro Roberto Assumpcão de Araújo, êste o seu brilhente relatório, êstes os comentários que fin para que nossos Anais os consigne, com as congratulações que envio ao nosso Ministro no Exterior e que, estou certo representam o pensamento do Sened da República (Muito bem; muito

DROEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE:

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno (nico, do Projeto de Lei da Camara nº 93 de 1962 (nº 4.240, de 1962, na Casa de origem) que estima a Receita e fixa a Desueva da Unita Receita e fixa a Despeta A Università o exercício financeiro de 1833, na parte referente ao Subanexo ao Anexo nº 1 (Receita) — Incluido em Ordem do Dia nos têrmes do art. 239, letra "h", de Regimento Interno — departem do de Parecer da Comissão de Figure 1839.

nanças. O SR. PRESIDENTE:

primeira matéria da Ordem es será considerada após o exerte demais, uma vêz que a Contiscompetente não remeteu o parerespectivo.

respectivo.

Discussão, em turno único, de Projeto de Lei da Carria a 1188 de 1902 (nº 3.030-B-11 na Casa de ctigem) que trassible carge de Quadro de Preori — Parte Permanente — do Misistério de Agricultura para igual Cuadro de do em Ordem do Dia em victue a telegramento do Section Significa a telegramento do Section Significa de Jacemento de Aguina, inclos da recentraciónel, sebinº 600, de 1950 de Cemissão de Santos Dialectos de Santos Dialectos de Civil. Civil.

Em discussão o projeto. (Per e).

Não havendo quem nota a pula o declaro encrerda a diferente.
Em votação.
Os Srs. Senadores que convert o projeto quelram parameter sen addes (Patra)

. פרינים מה פי Vai l' sanceo.

स' o seguinte o pos so कार्रे

PROJETO DE LEI DA CAMARA N 88 DE 1882

(Nº 3.059-B, DE 1981, NA CÂMARA)

Transfere cargo do Quadro de Pessoni — Parte Permanale de Ministério da Agricui un part igual Ovadro do Ministério Sa Aeronáutica.

O Congresso Nacional decrete:

Art. 1º Fica transferido, es-clifeio dade construtiva com relação à no interêsse da Administração, para nestão que nos ocroa.

Muito obrigado, Senhor Presidente — do Ministério da Aeronautica com o respectivo ocupante, Fran-cisco de Assis Gonçalves de Amorim Brandão, um cargo de Químico, Código FC-203, 17-A, de igual Quadro do Ministério da Agricultura.

Art. 2º Erta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dimerições em contrário.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 18°12 (nº 4.425-A-62, na Casa de origem) que autoriza o Poder Escoutivo a abrir, ao Tribunai Regional do Trabalho da 6º Região, o orédito especial de Cri 1.°91.28500 para custear as demesas com a instalação em nova sede daquela Côrte (incluido em Ordem do Dia em virtude de va sece laguesa Corte (inclusacem Ordem do Dia em virtude de dispensa do interstício concedida na sesso anterior, a requerimento do Senhor Senador Novaes Filho), tendo Parecer favorável, sob nº 677, de 1962, da Comissão de Finances Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo guem peça a palavra, leclaro encerrada a discussão.

Em votação, ~

Os Srs. Senadores que aprevam projeto, queiram permanecer senta-dos. (Pausa)

Está aprovado

Vai à sanção

E o seguinte o projeto aprovado:

do:

Artoriza o Poder Executivo a dir.r., ao Tribunal Regional do Trapalho da 6.º Região, o crédito especial de Cre 1.204.285,00 para custear as despesas com a instalação em nova sede daquela Côrte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Pica o Poder Executivo au-torizago a abrir, ao Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, o credito especial de Cr\$ 1.204.285.00 (um mi-pão, duzentos e onatro mil, duzentos

e oitenta e cinco cruzires), a fim de atender às despesas de instalação em

Artă, 2.º A presente lei entrară em vigor na data de sua publicação, re-vogadas as disposições em contrário.

Não tendo ainda chegado à mesa o parecer da Comissão de Finanças, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 93, submeto à deliberação do Plenário o requerimento de urgência para o Projeto de Lei da Câmara número 117 mero 117

Em votação o requerimento número 728.

Os Srs. Senadores que o aprovam,

Gueiram permanecer sentados (Pausa)
Está aprovado.

A. matéria a que o requerimento se refere será incluida na Ordem do Dia da terceira sessão ordinária subse-

quente a esta. Em votação o requerimento 729, de

urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1961. Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados aPausa). .. Aprovado.

A matéria a que alude o requeri-mento figurará na Ordem do Dia da terceira sessão ordinária que se seguir à presente.

Não tendo chegado à Mesa o Parecer referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1962, o qual, de acôrdo com o Regimento da Casa, tem tratamento especial para a sua tramitação, suspendo a sessão por trinta minutos.

(A sessão é suspensa às 11 horas e 10 minutos e reaberta às 11 horas e 40 minutos).

O SR. PRESIDENTE.

Está reaberta a sessão.

Sôbre a mesa parecer da Comissão de Finanças, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 93 de 1962, que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

E' o seguinte:

Parecer nº 700, de 1962

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nú-Da Comissao de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Camara número 93, de 1962 (n.e. 4.240-62, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercicio financeiro de 1963, n.e. 4.131, de 3 de setembro de 1962, cmitidas na Receita e no respectivo Ementário

Relator: Sr. Daniel Krieger.

O presente projeto, da iniciativa da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, retifica o Anexo da Receita, já aprovado por esta Casa, a fim de incluir no mesmo as rendas decorrentes da Lei n.º 4.131, de 3 de setembro do corrente ano (arts. 44 e seguintes), assim como, ao Ementário respectivo, a autorização para a sua cobrança.

De fato, verifica-se a omissão que se procura corrigir, para fiel cumprimento dos arts. 73 e 141, § 34, da Constituição Federal, que consagram os principlos da Universidade da Receita e da prévia autorização orçamentária para a cobrança de impostos.

Esta Comissão acolhe, assim, as modificações propostas pela Câmara dos Deputados, por se nos afigurarem tempestivas e indispensáveis.

De outro modo, havendo sido publicadas, dentro do limite temporal estabelecido pela Constituição (art. 74), as Leis ns. 4.153, 4.154 e 4.156, que alteram, respectivamente, a legislação dos impostos de Consumo e de Renda do Fundo Federal de Eletrificação — também de interêsse da Receita — não menos impositiva nos parece a sua inclusão no Anexo em reexame.

Diante do exposto, somos pela aprovação do projeto, nos têrmos da emenda

SUBSTITUTIVA

Emenda n.º 1 - CP

Substitua-se o Subanexo pelo seguinte:

I — No Sumário Geral da Receita, façam-se as seguintes alterações:

Impôsto de Consumo

Onde se diz:	
- Produtos nacionais e estrangeiros - Adicional sôbre bebidas - Patentes de registro	. 274.700.000.000 1.600.000.000 700.000.000
, .	277.000.000,000

Diga-Sc.	
Produtos nacionais e estrangeiros Adicionais sóbre bebidas Patentes de registro	
Împôsio de Renda Onde se diz:	352.375.000.000
 Impôsto de Renda de pessoas fisicas e adicionai Impôsto de Renda de pessoas jurídicas Impôsto de Renda arrecadada nas Fontes 	10.000.000.000 76.000.000.000 56.000.000.000
Diga-se: — Impôsto de Renda de pessoas físicas e adicional — Impôsto de Renda de pessoas jurídicas — Impôsto de Renda arrecadado nas Fontes	13.200.000.000 90.800.000.000 63.573.000.000
Impôsto único sôbre energia elétrica	167.573.000.000
Onde se dizi- Diga-se: Principal nacăn e Estimativa da Receita, facan	2.500.000.000 20.000.000.000

II - Na Discriminação e Estimativa da Re tes alterações:

IMPOSTO DE CONSUMO

Substituam-se a rubrica (total), alineas e subalineas pelo seguinte (em milhares de cruzeiros);

milhares de cruzeiros):	000
2.00.00 - Impôsto de Consumo	277.000.000
At an Indicate alimentares industributzados *******	5,500.000
An An Dun Suton formacellicos	3.300.000
An AA Amiron do hisiana a cuidanda ucasuuta *******	9.380.000
03.00 — Artigos de inglêtic à contacta production de la control de la co	31,000,000
04.00 - Tecidos e outros arteravas sensor	10.800.000
05.00 — Calgados	2.465.000
06.00 — Couros, peles e seus artefatos	9.656.000
07 00 - Romachia e sella Affelatos	7.595.000
08.00 — Celulose, papel e seus artefatos	3.750.000
09.00 — Artefatos de produtos de origem animal e vegeta	
10 00 - Cimento, mármore, pedras e seus arielatos	3.190.000
11 00 - Cerâmica e vidro e seus artefatos	5.250.000
12 06 - Resinas sintéticas, plásticos e seus arteratos	7.680.000
19 00 Produtos das indústrias químicas	16.800.000
14 00 - Produtos da indústria metalúrgica	64.235.000
15 00 — Máquinas e aparelhos mecânicos	8.550.000
16.00 - Veiculos automotores, bicicletas, barcas, "chassis"	
e carrocarias	11.315.000
17.00 — Equipamento elétrico ou eletrônico	
18.00 — Material de ótica, aparelhos e instrumentos téc-	
nicos e científicos	1.848.000
19.00 — Instrumentos musicais, aparelhos registradores e	— · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
reprodutores de som e seus pertences	1.008.000
20.00 — Armas e munições e artigos de pirotécnica	1.375.000
21.00 — Produtos diversos	1.952.000
	2.5021000
01 — Canetas tinteiro e lapiseiras de	
qualquer matéria 200.500	•
02 — Chapeus, bonés e semelhantes de	
qualquer materia 320.000	
03 — Artigos de esporte e jogos 101.000	
04 — Brinquedos 820.000	
05 — Guarda-chuva ou guarda-sol de	
qualquer matéria 105 500	
06 — Bijuteria 182,000	
07 — Isqueiros, acendedores e pedras	
. Që isqueiros	
08 — Barainos ou cartas de jogar de	
papei, de piastico ou de qualquer	
outra matéria prima, para qual-	
Quer film	
22.00 - Cafe torrado ou moido	1.400.000
23.00 - Movers	8.246.00n
24.00 - Fumo	89.000.000
25.00 - Fostoros	1.600.000
	1.300.000
27.00 — Bebidas e adicional	26.400.000
24 900 000	20.500.000
A? - Adiajonal	

IMPÔSTO DE RENDA

Substituam-se a rubrica (total), alineas e subalineas pelo seguinte (em milhares de cruzeiros): 3 00 00 Transata da band

2.400.000

1.400.000

167.573.000

3.00.00	· Imposto de Renda	
01.00 -	Impôsto de Renda de pessoas fi-	
	sicas e adicional	13/200.000
01	Impôsto de Ren-	
	da de passoas fí-	
	sicas 12.910.000	
/ 02	· Impôsto adicional	
	de proteção à fa-	•
	milia 290.000	•
02.00 -	- Impôsto de Renda de pessoas ju-	1
	rídicas	90.800.000
03.00	Impôsto de Renda arrecadado	
,	nas Fontes	63.573,000

02 - Adicional

Dexte	i-feira 30		DIARIO DO CONGRESSO	O NACIONAL (Seção II) Novembro de 1962 2515
01	Impôsto sôbre lu-			18 — Impôsto sôbre
	cros imobiliários		•	multas ou vanta-
	das pessoas fisi-			gens recebidas pe-
rass	cas	5.670.000		las pessoas físicas
02	Impôsto sôbre ju-			nos casos de res-
	ros de titulos ao portador de divi-			cisão de contratos 32.000
	das públicas	585,000		19 — Impôsto sôbre co-
03	Impôsto sôbre ju-	200 , 000		missões, bonifica- ções, gratificações
	ros de debêntures			ou semelhantes
	u outras obriga-	a .	•	pagos ou credita-
	ções ao portador	97.000		dos por socieda-
04 ~	Impôsto sôbre be-	<u> </u>		des anônimas a
	neficios resultan-			beneficiários não
	tes da amortiza-			individualizados, 607.000
	ção dos titulos de			IMPOSTO UNICO SOBRE ENERGIA ELETRICA
	capitalização	60.000		Substitua-se a rubrica (total) pelo seguinte (em milhares de cruzeiros).
05	Impôsto sôbre be-	,		5.00.00 — Impôsto único sôbre energia elétrica
**	nefícios dos por-			III — Na Legislação da Receita, inclua-se:
	tadores de títulos			J
	de capitalização			Impôsto de Consumo
	nos lucros das em-	<u></u> •		Lei n.º 4.153, de 28-11-62.
	prêsas emitentes.	25.000	•	Impôsto de Importação
06	Impôsto sôbre lu-			
••	cras decorrentes		•	Lei n.º 4.131, de 3-9-62.
•	de prêmios em di-			Impôsio de Renda
	nheiro obtidos em			Lei n.º 3.895, de 14-12-61.
	loterias, concursos			Lei n.º 4,069, de 11-6-62.
	desportivos e sor-			Lei n.º 4.069-B, de 12-6-62
	teios de qualquer	#00 000	•-	Lei n.º 4,131, de 3-9-62.
	especie	738,000		Lei n.º 4.154, de 28-11-62.
07 <u> </u>	Impôsto sòbre di-	•	*	Impôsto único sôbre energia elétrica
	videndos de ações			turbosto amen shork everally stemach
	ao portador e bo-			Lei n.º 4.156, de 28-11-62
	nificações a elas			
	atribuidas	7,850.000		E' o parecer,
08	Impôsto sôbre in-			Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1962. — Daniel Krieger.
	terêsses e outros			Presidente e Relator. — Filinto Müller. — Irireu Bornhausen. — Mem de
	rendimentos de		•	Sá. – Fausto Cabral. – Arlindo Rodrigues. – Fernandes Távora. – Eu-
	"partes beneficia-	-		genio Barros. — Barros Carvalho.
	rias" ou "partes	364,000		Em discussão o Subanexo, com a emenda da Comissão de Finanças.
	de fundador"	301,000		Não havendo nenhum Sr. Senador que deseje usar a palavra, declaro
09	Impôsto sôbre o	•	•	encerrado a discussão.
	valor das ações			Em votação o Subanexo , sem prejuízo da emenda.
	novas e os inte-	•		Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.
	rêsses alem dos			(Pausa).
	dividendos dos ti-			Está aprovado.
	tulares de ações	4 8 00 0		Em votação a Emenda da Comissão de Finanças
	ao portador	, 40 000		Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentedos.
10	Impôsto sôbre o			(Pausa). Esté aprovado.
	aumento de capi-			
	tal media-ntea			A matéria vai à Comissão de Finanças para redação final. (Pausa).
	reavaliação od			1 Stada ut untar a Mesa a redação final de emendo do conodo se
	correção monetá- ria do ativo imo-			Projeto de Lei da Câmara que estima a Receit e fixa a Despesa da Unico
	bilizado e incor-			para o exercício financeiro de 1963, a qual será lida pelo Sr. 1º Secretário.
	poração de reser-			E' lida a seguinte:
	vas tributáveis	12.700.000		Paragor no 701 de 100
11	Impôsto sôbre o			Parecer nº 701, de 1962
-	aumento dos fun-		;	Redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câ-
	dos de reserva das			mara que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exer-
	sociedades anô-	•		1 the financeiro de 1963, Nubanero do Apero do Receito delutivo de
	nimas além do			1 tenus decorrentes ad Lei nº 4,131, de 3 de setembro de 1962, omitidas
	valor do capital	1,810.000		u Receita e no respectivo Ementário
	social realizado	2,020,000		I — No Sumário Geral da Receita, façam-se as seguintes alterações:
J9	Impôsto sôbre			Imphoto de Const.
	rendimentos de			Onde se diz:
	residentes ou do-		•	- Produtos nacionais e estrangeiros
	miciliados no es-			- Adicional sôbre bebidas
	trangeiro e de re- sidentes no exte-			- Patentes de registro
	rior	23,369,000		7
	Impôsto sôbre			227.000,000.000
AU	"royalties" de re-			Diga-se:
	sidentes ou domi-			- Produtos nacionais e estrange
	ciliados no es-	·•	1	
	trangeiro	3,990,000		- Patentes de registro
14	Impôsto sôbre o			
	rendimento da ex-			Imposto de Renda 352.375.000.090
	ploração de pelí-			Onde se diz:
	culas cinematos		~	- Impôsto de Renda de pessoas físicas e adicional 10 000 000 000
	gráficas estran-	347 000		1 - Emposto de Renda de pessoas jurídicas 75 000 000 000
42	geiras			- Impôsto de Renda arrecadada nas Fontes
19	Impôsto sôbre			
	rendimentos do trabalho	3,800.000		142.000.000.000
16	Impôsto sôbre co-	0,000.000		Diga-se:
	tas-partes de mul-			- Impôsto de Renda de pessoas físicas e adicional 13.200.000.000
10	tas	262.000		- Impôsto de Renda de pessoas jurídicas
10				- Impôsto de Renda arrecadado nas Fontes 63.573.000.000
	Impôsto sôbre a			
				167.573.000.000
	Impôsto sôbre a remuneração de			Impôsto único sôbre energia elétrica
	Impôsto sôbre a remuneração de serviços prestados	1,219,000		

	AUDIOMAR (265%0 II)		Novembro de 1962
II — Na Discriminação e Estimativa da Receita, façam-se as seguin- tes alterações:	06 — Impôsto sôbre lu-		C
IMPÔSTO DE CONSUMO	cros decorrentes de prêm.os em di-		
Substituam-se a rubrica (total), alineas e subalineas relo reminte (em	nheiro obtidos em		
milhares de cruzeiros): 2.00.00 — Impôsto de Consumo	loterias, concursos desportivos e sor-		
01.00 — Produtos alimentares industrializados 5.602.000	teios de qualquer especie	738.000	±
03.00 — Artigos de higiene e cuidados pessoais	07 — Impusio sóbre di-	150.000	Fre
04.00 — Tecidos e ou res artefatos têxteis	vicchaos de ações ao purtador e bo-		
03.00 — Courcs, peles e seus artefatos	nifica ões a elas	ri csa nan	
07.00 — Porracha e seus artefatos	atribaddes	7,650,000	•
09.00 — Artefatos de produtos de calgem animal e vegetal 3.750.000 10.00 — Cimento, mirmore, pedres e seus artefatos	terês es e out os rendimentos de		
11.00 — Ceramica e vidro e seus artefatos 5.950,000	"pares beneficiá-		
12.00 — Resines sluttices, plactices e seus artefatos 7.690.000 13.00 — Produtos des úndés las químites 16.80 000	rias' ou "partes de fundador"	364, 60 0	• • •
14.00 — Produtos da indústria metalvagica	09 — Impôsto sobre o valor das ações		
16.00 — Veiculos automotores, bicicletas, barcas, "chassis"	novas e os inte-	•	
e carrocarias	rêssas além dos dividendos dos ti-		
18.00 — Material de ótica, aparelhos e instrumentos téc- nicos e científicos	tulates de ações ao portador	48 000	
19.00 — Instrumentes musicais, aparelhos registradores e	10 — Impôsto sôbre o	24: 33 2,	
reprodutores de som e seus partences	aumeato de capi- al mediante a		
21.00 — Produtos diversos	e a y a Hação ou correção monetá-	*	
qualquer matéria	ia do ativo imo-		
02 Chapeus, bonés e semelhantes de	oilizado e incor- poração de reser-		
03 — Artigos de esporte e jogos 101.020	vas tributáveis	12.700.000	
04 — Brinquedos	11 — Imposto sóbre o aumento dos fun-		.
mateur materia	dos de reserva das socie dades anô-		
06 — Bijuteria	nimas além do		
de isqueiros	valor do capital social realizado	1.810.000	
08 — Baraines ou cartas de jogar de papel, de plástico ou de qualquer	12 — Impósto sobre		
outra matéria prima, para qualquer fim	r e n d i mentos de residentes ou do-		
22.00 — Café torrado ou moido	miciliados no es- trangeiro e de re-	*	•
23 (fit — Wiggels	sidentes no exte-	23.369.000	
25 00 — Fósfotos 1.600.000	rior	23.303.000	
26.00 — Joins, chras de ourives e relégios	"royalties" de re- sidentes ou domi-	€	•
01 - Bebidas 24,000,000	ciliados no es-	3.990.000	•
02 — Adicional	trangeiro	3.380.000	•
IMPÔSTO DE RENDA	rendimento da ex- ploração de peli-		
Substituam-ce a rubrica (total), slineas e subalineas pelo seguinte (em	culas cinemato-		· .
milhares de cruzeiros):	g r á ficas estran- geiras	347.00 0	
3.00.00 — Impôsto de Renda	15 — Impôsto sôbre rendimentos do		
01.00 — Impôsto de Renda de pessoas fi- sicas e adizional	trabalho	3.800.000	
01 — Impôsto de Ren-	16 — Impôsto sôbre co- tas-partes de mul-		
da da pasoas fi- sicas 12.910.000	tas	262.000	
02 — Impôsto adicional de proincip à fa-	17 — Impôsto sôbre a remuneração de		
milia 290.000	serviços prestados por pessoa não		• • •
12.00 — Impôsto de Renda de pessoas juridices	empregadas na	1 010 000	
19 on _ Impôcto de Renda arrecedado	fonte pagadora 18 — Impôsto sôbre	1.219.000	
nas Fortes	multas ou vanta- gens recebidas pe-		
91 — Impôsto sôbre lu- cros impólitários	las pessoas fisicas		At a constant of
d-s presons fisi-	nos casos de res- cisão de contratos.	32.00 0	
02 — Fripisto sôlite ju-	19 - Impôsto sôbre co-		•
ros de títulos ao	missões, bonifica - ções, gratificaçõe s	5.	1+ **Ywg
postador de divi- des públicas 535,990	ou semethantes pages ou credita-	·	
03 — Impôsto sôbre ju- ros do decêntures	dos por socieda-	•	•
ou outras obriga.	des anônimas a beneficiários nã o		
cões, ao portad or 97.000 04 — Impôsto sôbre be-	individualizados .	607.000	**
noficios resultan-	IMPÔSTO ÚNICO S		
tes da amortiza- ção dos titulos de	Substitua-se a rubrica (total) 5.00.00 — Impôsto único sôbre e	pelo seguinte	(em milhares de cruzeiros). 20.000.000
capitalização 60.000 05 — Impôsto sôbre be-	III — Na Legislação da Rece	ita, inclua-se:	a
neffcios dos por-	Impós	to de Consum	• •
tadores de títulos , de c.a p i talizacão	Lei n.º 4.153; de 28-11-62		ia : –
nes lucros das em- prêsas emitentes. 25.000	Impôsto Lei nº 4.131, de 3-9-62.	de Importaçã	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
productivous action			

gent le la Cau, et la Jail de das el bout han, l'Addit alt a ball : calla;

b) o. Tomasii ti) r

1,00

5 de 1.70

. . . .

aram

Television of 12%

. (

Impôsio de P. nic.

Lti n.9 3.975, de 14-12-61. Lti n.2 3.003, de 11-6-62. Lti n.9 1.002-3, de 12-3-62. Lti n.9 4.151, de 3-3-03. Lti n.9 4.151, de 3-3-32.

In finite the the second of the first # 0 35 53777 #3 20:41-29.

Endly Tay of ... in porces

6 23, 20 July 1 mation consists of a first three

en) 1 Colored Cr. For the constraint of the colored Cr. For the colored Cr. To Co

Occided Private and A. See Comp. (C. P.) Está aprovade.

O projeto volte à Câmara dos Depaindus, e a l'explor en a compa-nher a maid le ra colte d'a do Congreido.

Nida mais horordo que tratar, vou encirrar a secilo, las jorado para a c. ci. ima a se in in

CHOTHE DO DIA

FECUTIO DE LEI DA CAMARA Nº 136, DE 1:01

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Cemera nº 183, de 1961 (nº 2.689-B-61, na Casa de origem). (nº 2.689-B-61, na Casa de origem), que assegura acs servicores des Departamentes de Segurança des Territórios Faderais es baneticies da Lei nº 3.313, de 14-11-127 (Prisão especial, aposantatoria aca 25 anos de serviço e promedão "post-mortent"), tendo Parcecres lavorá els sob números 442 e 443, de 1812, des Comissões:

— de Serviço Público Civil e de Findresa. nonças.

PROJETO DE LET DO SENADO Nº 28, DE 1981

Discussão, em 1º turno, do Projelo de Lei do Senado nº 38, do 1251, de autoria do Se. Senador Gilberto Marintora co en seminer Grierra Mari-nho, que dippés sóbre o horário de traha ho des sarvideres públicos fe-cercis da administração centralizada ou autárquica que, em caráter policial, lexeceem funtões de Guerda de Vi-rilância, tendo Parateres (ns. 411 a 113, de 1962) das Cerciseães:

🛶 de Constituição e Justiça, pela — ce Serviço Público Civil, favorê-

de Financas, favorável, F. tá encerrada a servio.

(Levanta-se a sessão às 12 horas)

ATA DA 170º SESSÃO, EM 29 DE ROVEMBBRO DE 1802 — 4º SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4ª LEGISLATURA

PRESIDENCIA DOS SRS. RUI PAL-MEIRA — GIUBLATO MARINHO

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se As it have a something the first of the cost of the co Toulo Fender. — Zacherias de L. sump:40. — Victorino recire. — Assumption — Victoritor Prefere —

Jubastico Archer. — Eugénio Baros.
— Leonidas Mello. — Eugénio Baros.
— Jorquim Parente. — Fausto Ca Reienia, en occides ou designation de Figuelio de Asimptio de Reienia, en occides du designation de Figuelio de Reienia, en occides du designation de Figuelio de Reienia, en occides du region de Piguelio de Capitalo. — Ruy Palmeira. — Suceste Périoles.
— Hourival Fontes. — Jorge Maymard.
— Herbaldo Vieira. — Oviálo Teigo Controlo de Controlo

-r

Englitate

PARECEPES

Parager nº 702, de 1962

Redação do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câ-mara nimero 98, de 1962 (número 4.131-B-59, na Cesa de origem).

Relator: Sorbor Seneder Podre Ca-

A Comissão apresenta a redação do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Cenera rúncio Es, de 1832 (núrica de 4.833-2-3), na Casa de origem), que di nova redació so artigo 3º, da Lei número 2.381, de 7 de janeiro de 1555.

Sale for Energy em 29 de nevembro de 1902. — Leurical Fontos, Pre-Eldence. — Pedro Coleman, Relator. — Ray Cole Nech

ANELIO AO PARECER Nº 702, DE 1932

Rein és finel do Substitutivo do Sando co Projeto de Lei da Câmara número 88, de 1832 (námero 4.835-B-50, na Casa de o i-ge...), que dá nova rederdo ao ar-tigo 3º da Lei nuvero 2.881, de 7 de janeiro de 1955.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo 19. O artigo 3º, da Lei nú-mero 2.391, de 7 de janeiro de 1355, passa a vigorar com a seguinte redacāo:

II - Marirha

Artigo 3. A Marinha compressue a seguinie idręa stiva.

a) os Oficiais constantes dos efetivos fixados para o Corpo da Arma-da e dos demas Corpos e Quadros da Marinos, de Cuerra, inclusive os da Reserva Ativa;

b) os Capeláis Militares do Serviço de Asilvelia Heligheli;
c) Os Lareita Heligheli;
c) Os Lareita de Irais e Chiciais
da Referen, er notados ou designaces para o servid alvo, estádo ou
periodos de in regio;
d) on Chardissa a nhas da Ativa;
e) 1.113 unil e quinhemes) elunos
da Escola notada e quinhemes) elunos
da Escola notada e Go felo Pavel;
f: 100 la tenta a la cunos des
Centres e lise s de Latruffo de
Oficiais da Referei

1. (1 2 3 i

O Sochon of Secretary of the control 1,777 to the series to

po de la compa kayos, composible de nos de la compa kayos, composible de nos de la compa del la compa de la compa del la comp

The ost province, contradicts designed in the second of th

mi) 1.000 (mil) concertes for naguo da retorna do Corpo do Prisoa. Subaltarna da Arraeda".

Artino co. ti le lei entrerà em vi-gor na dei die en profile eo, eve-gades as di ne infogrant e ntrado. gor na de

Parsoar nº 708 de 1889.

Reco to final to Projeto de 5 da Chuirra numero 137, do 11 (número 8 691-3-32, na Coco 1 origin).

Relator: Sunner Louival Fonds.

A Comissão opresenta a redação final do Projeto do Ivil da Cóma a videmero 181, de 1921 (número 3.009-7-53, na Casa do migero), que iserto mineradores de contribuição ou gatorio.

ANEXO AO PARECER N' 703, DE CER citulo;

Redação fixel do Projeto de Lei da Câme a ramaro 187, du 1931 de Câmara número 187, de 1991 | Farágento 2º. Nos casos de Edicado (número 3.000-B-18, na Casa de la dispetio no arego 130, a table for orige.), que iscula mineradores de Casa 2.000,000 (dois no i crurelorigent), que isenta mineradores de contribuição obrigates a 10

O Congresso Racional dicaviat

Artino 19. Os mineralidades cultural decentar acompresadidos culturalidas a amuser podersa, jun os dedicidas culturalidas a compresadidos culturalidas a compresa, jun os dedicidas con trada a compresa, formada de compresa a compres

Humsia . . E-51, no. 1 10 e st a me tion site to delite here las in the last to the delite and the last to guide, etc. of the last proof to the second

O Congresso Facilital dice in

Augo 10. Commentant over the Augo 10. Compensation of the first of the first of the compensation of the first of the compensation of the first of th and compared to a col versuo construction and construction as conversuo constructions and construction and allowed as a conversion of the construction of the construction of the construction of the construction as a construction of the constructi

dil as con india de la la dia-dienta erazeiron a Cidul, 1.09 (cin-co mil conselico), a film de la 1.08-A Commero 181, de 1921 (número 3.029-7-3), na Casa de magem), que iserte milatradores de contribuirdo ou gaturio, ao Instituto de Aposemadoria e Pensões des Engregaces sem Transportes e Cargas.

Eala dos Sassos, em 28 de novembro de 152. — Longua Fondes, Presidente, A V y Carneiro, Picturor. — Heritatio Viera.

ANEXO AO PARECER N. 733, ER etc.

b) nes esses de mindifinain.

de contribuição obrigates a no limitation de Apot estados e Personales de Cornes.

Parácrafo 3s. O promesse, no recluidad de Apot estados e Personales de Cornes.

Parácrafo 3s. O promesse, no recluidad differente de Santa de Control de Contro

Artico 21. Esta lei enimata em de cor na de a de sas professos, revo gadas as disposicións un coa el 15.

bro de 1962. — Lourival Fontes, Pre-Bidente. — Ruy Carneiro, Relator. — Heribaldo Vieira.

ANEXO AO PARECER Nº 706, DE 962

Redação final do Projeto de Resolução número 40, de 1961.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos térmos do artigo 64, da Constituição Federal, e eu, promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO Nº 1962

Suspende no todo e em parte, a execução de disposições da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

Artigo 1°. E suspensa, por inconsti-Artigo 1º. E suspensa, por inconsu-fucionalidade, nos têrmos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal em 22 de aoril de 1955, na Representação número 201; do Rio Grande do Sul, a execução das seguintes disposições da Constiuição de Rio Grande do Sul. do Rio Grande do Sul: Artigo 33 (totalidade);

do artigo 35, as expressões: Diretor do Departamento de Saúde da Viação Férrea do Rio Grande do Sul e de Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem e prefeito de nomeação do Governador";

Artigo 45, nº VI (totalidade);

Artigo 45, número XIX (totalidade)

do artigo 134, as expressões: "... a de resolver sõbre remoções, na forma da lei"; e

Artigo 216 (totalidade).

Artigo 2º. Revegam-se as dispost-₹ōes em contiário.

Parecer nº 706, de 1962

Da Comissão de Constituição e Justica, sobre o Projeto de Lei da Camara número 138, de 1962 (nú-mero 2.506-B-60, na Camara), jue dâ denominação de "Brilo Tereira" ao edifício em que junciona o Departamento de Impren-sa Nacional, nesta Capital.

Relator: Senhor Ruy Carneiro.

Pelo presente projeto, passa a de-nominar-se "Palacio Brito Pereira" I atual edificio em que funciona o Departamento de Imprensa Nacional, pesta Capital.

O deputado Medeiros Neto, Autor la proposição, justificou-a da tribuna da Camara, referindo-se a "modesta e nobre figura de Brito Pereira' e ao "trabalho sobremaneira exaltivo, e nobre figura de Brito Pereira' e ao "trabalho sobremaneira exaktivo, parcamente compensador, que vem éle exercitando na gestão do Departamento de Imprensa Nacional.

Após tramitação que se prolongou de dezembro de 1960 a agôsto de 1962, na Câmara, foi o projeto, com parecer favair pel da Camissão de Samise er favair pel da Camissão de Samise

na Câmara, foi o projeto, com parecer favoiével da Comissão de Serviço
Público daquela Casa do Congresso,
aprovado e remetido ao Senado.

Nada seria mais justo, no expressar o reconhecimento dos legisladores
brasileiros ao homem que dedicou a

sua vida à repartição impressora
oficial do que ligar-lhe o nome, para
todo o sempre, ao Palácio que se está
canstruíndo em Brasilia para sede
dêsse importante serviço.

Alberto de Britto Pereira é um raro
e comovente exemplo de devotamento à função pública. Difícil seria
igualá-lo. Impossível excedê-lo.

Tendo capacidade para encargos

Tendo capacidade para encargos que dão mais repercussão e mais gló-ria, fixcu-se à Imprensa Nacional— que êle ajudon a reestruturar, para a nova fase que se abriu a essa Casa de trabalho ainda no Estado Novo — laquela medida.

com carinho que raramente se encontra na pública administração. Deuthe tôdas as suas energias, em um Partido na formação do primeiro Ga-

monstitucionals pelo Supremo Tri-bunal Federal. | trabalho diário para o qual a expres-bunal Federal. | são tempo integral" perdeu o sen-tido, uma vez que até as escassas ho-bro de 1962. — Lourival Fontes, Pre-ras de repouso diário são interrompidas pelos reclamos do trabalho Recusando situações melhores, Brit-

to Pereira tem-se dado todo à Im-prensa Nacional, como pai que não

prensa Nacional, como pai que não mede sacrificios para preservar e proteger filho estremecido.

Essa sua atuação admirável tem sido inúmeras vêzes posta em relêvo no Senado, como na Câmara, através de eloquente depoimentos.

Vale citar, entre outros os da sessão de 5 de dezembro de 1960 do Senado, com as consagradoras palavras do Senador Lobão da Silveira, corroboradas pelas dos Senadores Lima Teixeira, Sebastião Archer e Paulo Fender. Fender

Também da Presidência desta Casa o reconhecimento do valor do Doutor Britto Pereira e da sua magnifica cooperação para o êxito dos trabalhos legislativos tem sido uma constante nos últimos anos.

Dando a nossa concordância ao Projeto, julgamos oportuno, todavia frizar que na sua formulação a ideia frizar que na sua formulação a idéia que levou o seu autor a apresentá-lo e a Câmara a aprová-lo — a de fixar nome dêsse grande servidor do país à obra a que tem dado tanto de si — não atingiu integralmente o seu objetivo. Dar o nome de Britto Pereira ao Palácio da Imprensa Nacional, é consagrar um nome de família — aliás familia ilustre e não o do individuo que mereceu a consagração. Inviduo que mereceu a consagração. Entendemos que o nome a ser dado deve ser o de "Palácio Alberto de Britto Pereira", que êsse é o do homenagea-

Nessas condições, ao propôr a aprovacão do projeto, sugerimos-lhe, a seguinte emenda da redação:

EMENDA Nº CCJ

"Artigo 1º. Em vez de "Palacio Britto Pereira", diga-se: "Palácio Alberto de Britto Pereira".
Sala das Comissões, em 22 de novembro de 1862. — Jefferson de Aguiar, Presidente. — Ruy Carneiro, Relator. — Silvestre Péricles — Heribaldo Vieira — Lourival Fontes — Menezes Pimentel.

O.SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do Expediente. Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nebre Senador
Jeão Villasboas.

O SR. JOÃO VILLASBÔAS:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, meu Partido, a União Democrática Nacional, em manifesto ultimamente civulgado, assumia a atitude que, no momento político, ihe compete — a de oposição ao Govêrno da República.

Essa orientação oposicionista assim tracada é a mesma que assumimos em tempos antericres, até o advento do Govérno Jánio Quadros, isto é, oposição construtiva, dando ao Govérno as medidas por éles solicitadas ao Congress. Nacional medides reconhecidamente de alto interêsse da Pátria e da coletividade brasileira. A União Democrática Nacional não pretendeu fazer oposição ao Govérno do Presidente João Goulart. Com a renúncia do então Presidente Jánio Quadros, e quando da instituição da nova forma de Govérno com bases no Parlamentarismo, a União Democrá-Essa orientação oposicionista assim

nova torma de Governo com nases no Parlamentarismo, a União Democrática Nacional, através de suas Bancadas nesta e na outra Casa do Congresso não hesitou em emprestar a sua solidariedade votando a Emenda no 4 denominada ata adicional como 19 4 denominada ata ad nº 4, denominada Ato Adicioral, com a exclusão do meu voto. — Atendendo a convicções presidencialistas, sentime no dever para comigo mesmo e para com a Pátria de xotar contra conscience madida.

binete, com dois representantes dos seus mais destacados políticos. E a--sim permaneceu dando interro apolo aguele Conselho de Ministros até a

sua demissão. Organização o segundo Conselho, organização o segundo consento, recusou a União Democrática Nacional o seu concurso, esquivando-se dele participar com elementos do Partido; mas nem por isso traçon oposição nesta e na outra Casa do Congresso.

desca e na outra Casa do Congresso.

Agora, considerando os rumos por que caminha a nosa Pátria, tendo em vista o caos que se desenha para o seu futuro, a União Democrática Nacional procurou resguardar-se de maiores responsabilidades no desenrolar da vida pública brasileira, afas-tando-se da administração nacional, para se conservar numa posição de

para se conservar numa posição de vigência ante a ação governamental.

O meu Partido não fará oposição sistemática nêsta Casa nem n aCâmara dos Deptdo, e disso deu a proprova mais cabal votando o Projeto de Reforma Tributária, concluído na manhã de hoje. Fê-lo, nos mesmos têrmos da explicação dada ontem da tribuna desta Casa pelo nobre Senador Mem de Sá, que assim se expressou, com aquêle alto critério, descortinio e patriotismo que todos lhe reconhecemos: conhecemos:

O Sr. Mem de Sá — Muito agra-decida V. Exa.. Acabo de chavar e decida V. Exa.. Acabo de chegar, e estou ouvindo encantado as referências feitas à minha pessoa por tão eminente colega.

O SR. JOÃO VILLASBOAS — Sim-

plesmente faço justiça acs méritos de V. Exa.

Lendo).

"Todos nos ouvidos com acatamento e apreço, a exposição do ministro da Fazenda. Todos nos passamos a conhecer, pela palavra oficial do Governo, a exten-são e a profundidade do carcinoma que corrói as finanças na-cionais. Venho, por isso, dedurar à Casa que volarei a favor dos projetos pedidos sem me deter na análise dêles, sem examinar na análise dèles, sem examinar os pontes merecedores de alteração, porque não o posso fazer. Darei tudo que o governo pede, sem vacilar, porque o governo, pela palayra honrada do ministro da Fazenda, afirma que estes instrumentos se estendial paris o trumentos são essenciais para o plano de combate à inflação, que o governo pretende sustentar".

Vê V. Exa., Sr. Presidente, que a Bancada da Oposição, a bancada minoritária nesta Casa, se colocou na situação clara e definida de mão recusar as medidas propostas pelo Govérno como imprescindíveis, para opór um dique à inflação e melhorar consequentemente, as condições de vida do povo brasileiro.

Sr. Presidente, não me enquadro entre os que consideram essas projetos como medida salvadora da sinaciaca financeira do Brasil. E isto porque estou de pleno acôrdo com o que sinda ontem afirmava, na Associação Comercial do Rie de Janeiro, o Contelheiro Luiz Cabral de Menezes.

"O aumento de impostos em Bancada da Oposição, a bancada mi-

"O aumento de impostos em tôrno de mais 25% ou 30% está muto longe de compensar o deficit muto longe de compensar o deficit astronômico de Crs 800 bilhões e que será ainda elavado com as majorações de salários. As emis-sões de letras do Tescuro, cuja autorização já atinge a Cr\$ 491 bilhões, não terão qualquer recep-tividade no mercado financeiro. A sua desvalorização poderá atingir até 30% do valor nominal, desde que esses títulos de renda fixa, que poderão ou não ser resgatados em dinheiro no vencimento, em vista de jamais o terem sido ou-tras obrigações do Tesouro em curso nas Bolsas de Valores, não fiteram a ma cámento. tiveram uma cáusula de reajustamento de valor de acôrdo com a desvalorização da moeda e para ser cumprida. O decreto de abril

de 1933, que proibiu no país qual-quer contrato com clausula-ouro, terá que ser revogado se o govêr-no pretender que o público possa vir a financiar com garantias, através de titulos oficiais, o caos financeiro que atravessamos".

Inanceiro que atravessamos".

Efetivamente, Sr. Presidente, diante do deficit astronómico com que deparamos, o aumento de impostos agora, pieiteado pelo Govêrno, e concedido pelo Congresso, não será suficiente, de modo algum, para recompor a situação do País. E não são apenas oitocentos bilhões de cruzeiros, como afirma o Conselheiro da Associação Comercial. O Relator da Despesa da Câmara dos Deputados, o ilustre Deputado Leite Netto, em declaração feita em relatório apresentado perante a Comissão de Finanças daquela Casa Legislativa, diz o seguinte:

(Lendo):

"A elevação substancial da des-"A elevação substancial da despesa correu, em grande parte, até mesmo em quase a sua totalidade, por responsabilidade do Executivo, que, ao remeter a Proposta Orgamentária, não incluiu os quantitativos necessários ao pagamento das despesas de pessoal — executivos necessários ao pagamento das despesas de pessoal — executivos necessários ao pagamento das despesas de pessoal — executivos necessários ao pagamento das despesas de pessoal — executivos necessários ao pagamento das despesas de pessoal — executivos necessários ao pagamento das despesas de pessoal — executivos necessários ao pagamento das despesas de pessoal — executivos necessários ao pagamento das despesas de pessoal — executivos necessários ao pagamento das despesas de pessoal — executivos necessários ao pagamento das despesas de pessoal — executivos necessários ao pagamento das despesas de pessoal — executivos necessários ao pagamento das despesas de pessoal — executivos necessários ao pagamento das despesas de pessoal — executivos necessários ao pagamento das despesas de pessoal — executivos necessários ao pagamento das despesas de pessoal — executivos necessários ao pagamento das despesas de pessoal — executivos necessários ao pagamento das despesas de pessoal — executivos necessários ao pagamento das despesas de pessoal — executivos necessários ao pagamento das despesas de pessoal — executivos necessários ao pagamento das despesas de pessoal — executivos necessários de pessoa de to das despesas de pessoal — ex-plicou o representante sergipano — acrescentando "que yolumosas emendas foram solicitadas pelo próprio govêrno, prevendo-se um deficit potencial da ordem de 92 bilhões de cruzeiros".

Estamos, Sr. Presidente, diante de um amontoado de cifras que está preocupando o espírito dos homens públicos da nossa Pátria. Estamos diante de um problema que conside-ramos insolúvel, se não tomarmos medidas drásticas de compressão de des-pesas, de modificação da nossa orientação governamental neste momento, de prodigalidade nos gastos públicos. O Deputado Leite Netto mostra-se

tão apreensivo que receia uma revo-lução consequente dêsse estado de coisas, e diz:

"Ou nos enganamos - ou estamos nos aproximando acelerada-mente do fim. As emissões seráo astronômicas e a inflação galo-pará como cavalos puro-sangue. A classe média será esmagada. As classes trabalhadoras também As instituições de assistência so-cial gerarão, enfim, a revolução, se medidas heróicas não forem adotadas pelo govêrno e pelo Con-gresso. Confio, porém, na adoção de medidas saneadoras, na magnifica e surpreendente capacidade de recuperação da reprenda nacio-nal. Confio, finalmente, na inte-ligência, no senso de responsabili-dade e no patriotismo dos homens públicos dêste país".

Dêsses receios, dessa preocupação pelo sombrio futuro que se depara diante de nos, também narticioa o nobre Senador Mem de Sá, quando, no seu discurso, diz:

"Eu queria então, afirmar de uma forma muito solene que o Congresso lhe val dar aquito que , dentro de um plano, mas que pede, dentro de um plano, mas que o Congresso, ou pelo menos eu virrel diàriamente à tribuna reclamar o que o covèrno fizer contra ésse plano Realmente, o govèrno pede impostos 20 povo, pede sacrificios ao contribuinte e o Congresso que representá os contribuintes e o povo cede à exortação, tendo em vista o objetivo, mas o mesmo govêrno, enquanto que com uma das mõos divire a moção ao mesno governo, enguanto que com uma das mãos dirize a mocão ao Congresso, com a outra inutiliza todos os planes de saneamento financeiro, absorve todos/os aumentos de receita com a nolleca demagásica, a política de ou itanimidade com que, procurando a

popularidade fácil, cede às pres-sões mais absurdas que se levan-tam neste país, da parte de determinados setores de trabalho".

Efetivamente, Sr. Presidente, sentimos que o Governo — e quando digo o Governo não me refiro apenas ao Poder Exscutivo, pois incluo, principaimenie, o Congresso Nacional — yem cedendo permanentemente às imposições de aeterminadas classes do Pais, no sentido de aumentar astronômicamente as despesas públicas. E já não tica sòmente ai. Os sindicatos já não tica somente ai. Os sindicatos de trabalhadores assumem atitudes verdadeiramente agressivas: já não mais se limitam a solicitar; impõem a satistação da sua vontade!

O Sr. Pedro Ladovico — ..ermite
V. Esa. um aparte?
O SR. OAO VILLASBOAS — Com todo prazer recebo o aparte de Vossa

O Sr. Pedro Ludovico — Tôdas as vēzes em que faio, nesta Casa, sem-pre me renro a situação crítica que o Pais atravessa. Lembro-me mesmo de que, muitas vêzes, me referi ao pon-to apordano por V. Exa., neste ins-tante. O Congresso Nacional é um dos matores cupados desta situação, porque vota orgamentos deficitários, consignanco acspesas perfertamente adiáveis, não rais de fundo eleitoreiro. O Executivo, nesse particular, não e tão cu pa lo assim porque, muitas vézes, vela certos dispositivos da Lei de Melos, mas o Congresso rejeita esses vecos. V. Exa. oiz muito bem: e necessário uma atitude energica, uma atitude drancea para combater a hi-per-inflaça), como a denomina o atual Ministro de Fazenda. Apesar de tudo, entretanto, tenho espranças de que o Brasil ainda se recuperará. Temos o exemplo da Italia e da França que, saidos arranadas da guerra e sem contar com atxilio substancial da América do Nerie, se restabeleceram da anemia tremenda de que sofriam seus organismos econômico-financeiros. Já não precisi mos falar da Alemanha, que foi providencialmente ajudada pelos Estados Unicos, porquanto só de auxilio financeiro a América do Norte lhe deu 4 bilhoes de dólares. A Italia França, porem, apesar de não tão generosamente scorridas e de terem sido empoorceidas da guerra, hoje têm suas moedas - a lira como o franco - em plena eutoria. Os dois paises, na verdade levantaram-se nienamente do cios em que se encontravam. Espero que também o Brasil, se adotadas meditas drásticas, sérias, profundas, se salvará do abismo em que vimos ci indo.

O SR. COAO VILLASBOAS Agradeço muto o aparte com que vem ilustrar o meu discurso o nobre representante de Goiás, meu prezado amigo Senador Pedro Ludovico, cujo nome declino com a máxima admira-

ção e respei o

Sr. Presicente, a responsabilidade da propesta organentária é do Exe-cutivo, mas lo Legislativo cabe a vo-tação da Lei de Moios. Como faz sen-tir o nobre Deputado Leite Neto, no seu relatorio o Governo já envia as propostas de Orgamento com deficit de cerca de 300 bilhões de cruzeiros. mas o Congresso, ao invês de reduzir dotações, ao invês de cortur verbas, de diminuir Esse deficit, de buscar o equilibrio orcamentário entre a despesa e a arrecadação, o que faz? Por um excesso de emendas que sobem. cada ano, a meis de vinte mii, na Câmara dos Deputados, e a muitas mil. nesta Casa, eleva êste de/icit, estabelecendo um lesemilibrio de que ja-mais poderemos nos libertar. E, ain-da mais, no decorrer do ano, são vo-tados inúmeros prejetos de lei abrindo creditos e dotações para diversos fins, que representam um orçamento paralelo, agra ando o deficit nacional.

Nosso último Orcamento equilibra-

para ca, êsse dencit foi-se elevando de tal forma que nos hoje verificamos no relatório do Deputado Leite Neto da despesa da Camara dos Deputados, da despesa da Camara dos Deputados, guerra com a Argélia, com dispêndios cifra verdadeiramente assombrosa de excessivos além das previsões orça-

Mas, Sr. Presidente, é preciso que uma aragem de bom senso circule nas duas Casas do Congresso. E' preciso que cada um de nós se compenetre da esponsabilidade que tem para com a Pátria e evite abrir as torneiras da despesa pública, para satisfazer a interesses sentimentais ou demagógicos.

A primeira vez que apareceu nesta Casa, vindo da Camara dos Depu-tados, o projeto melhorando os ven-cimentos de funcionários no qual se incluiu também o aumento de vencimentos dos servidores das autarquias combati esta última parte, demons-trando que, sendo organizações com autonomia financeira e administrati-va, deveriam viver dentro dos seus orçamentos. Nestas condições, não era permissivel ao Congresso Nacional aumentar os vencimentos dos seus fun-

Fui membro do Conselho Nacional do Trabalho. Aquele tempo, as pro-postas orçamentárias referentes aos Institutos de Aposentadoria e Pensões, eram por êle examinadas com alto critério, e só aprovava aquelas que, estudadas pelo serviço atuarial da Casa, se enquadravam, precisa-

mente, nos preceitos da autarquia.

Naquela oportunidade, combati tambem o dispostivo que se referia a equiparação de vencimentos dos Procuradores de autarquias, aos dos Procuradores da República. O Senado aceitou minhas ponderações e inscrevi na emenda, que não desejava fron-talmente rejeitada: "dentro das possibilidades orçamentárias da Autarquia.

Depois disso, porém, Sr. Presidente, a demagogia se alastrou de tal forma, que o Congresso foi levado a votar e permanentemente está votando, a par dos aumentos de vencimentos dos funcionários públicos, aumento de-vencimentos dos servidores de auar-quias e também dos empregados das emprêsas de economia mista.

O Sr. Fernandes Távora — V. Exa. da licença para um aparte?
O SR. JOAO VILLASBÔAS —

Com todo prezer. O Sr. Fernandes Távora — As autarquias só são livres e autônomas, quando se trata de gastar desmedidamente o dinheiro que deveriam conservar e que, realmente deveria ser melhor empregado.

Mrs, o derramam abundantemente sôbre seu funcionamento em condições que não têm mais limite. Quanco elas não têm mais dinheiro então abrem mão da sua autonomia para, clamando ao Govêrno dêle receberem todo o resto de crédito ou de recursos que

a Nação ainda possui.
O SR. JOÃO VILLASBÔAS —
Muito grato pelo aparte com que me honra o nobre Senador Fernandes Távora.

Sr. Presidente, o representante de Goiás, Senador Pedro Ludavico, em seu aparte, referiu-se à recuperação das Neções europeias taladas pela querra, com suas economias in eira-mente desbaratadas em consequência das Neções européias da grande catástrofe mundirl.

Presidente, percorri a Europa em 1931. Poucos anos havia transcor-rido do término da Guerra Mundial. onde verifiquei os vestigios da grande

Estive na Alemonna, França, Itália, hecatombe, do fur cão que por elas passara, destruindo tudo. Pensei que sua recomposição econômico-financeira ofereceria arandes dificuldades, pois tratava-se de países velhos, de economia já restrita. No entanto, poucos paralelo, agra sando o deficit nacional i moma la restrita. No entanto, pontos Nosso último Orcamento equilibra- anos passados, voltando à Europa vi, do foi o de 1946. No ano seguinte, o com grande satisfação, que todos éles deseguilibrio se manteve entre sete haviam se recuperado. Ainda êste e dez milhões de cruzeires, o que não ano, visitando a Franca e a Itália.

cidade de recuperação da economia e das finances publicas

Vi a França, depois de 5 anos de novecentos e quarenta e quatro bilhoes, mentárias normais, hoje, é poderosa-de cruzeiros.

mente rica, e pode oferecer apoio financeiro aos países subdesenvolvidos.

O Sr. Fernandes Távora — Permite
V. Exa mais um apante?
O SR. JOAO VILLASBOAS —
Com muita honra.

O Sr. Fernandes Távora — A França e a Itália, além do mais, têm para fortalecer a sua econom.a o auxílio dos que viajam e que lhes deixam bi-Those todos os anos. Mos. independente do auxílio que o turismo presta a es as velhas nações, elas possuem, sobretudo, o sentimento de responsabilidade. Seus estadistas sabem que pora o gasto dos dinheiros públicos há margem, há limites. Se ultrapassados, a Nação chama à conta os que exorbitam de suas atribuições por não defenderem como devem, os interesses de sua Pátria.

SR. JOÃO VILLASBOAS

Muito grato a V. Ex^a.

Eletivamente, Sr. Presidente há
nesses países profunda noção de patriotismo e responsabilidade,

O Sr. Padre Calazans — Permite V. Exa um sparte?

O SR. JOÃO VILLASBĈAS - Com muito prazer.

O Sr. Padre Calazans — E multo interessante episódio de que porticifende. Gostaria de contar a V. EX.
Interessante episóidio de que porticipei no ano passado, na Alemanha. Visitava aquéle Pais, a convite do seu Govérno, quando, voitondo de Colo-nia, meu intérprete pedira alguns minutos para visitar a noiva, no jardim da residênija de a, em pequena jidade, onde paramos. Ali ficamos, eu. o sacerdote que me acompanhava na viameu molorisia. Este me prreceu homem muito inteligente e culto, embora muito môço, no maximo com vinte e cinco anos de idade. Falava quatro idiomas e cava explicações, com segurança e profundidade, sobre todas as coisas. Em dado mo-mento, diante da simpatra e genero-sidade do rapaz, resolvi dar-lhe um sidade do rapaz, resolvi dar-lhe um conselho; — "Você devis ir para uma universidahe." Ele, então, vi o est para uma para mim e respondeu: — "Senador, informo a V. Ext que sou encentration da recultado e estou cursando o terceiro arquiteto e estou cursando o terceiro ano da Faculdade de Medicina, Figura meio desapontrdo. Não entendi muito meio desapontrdo. Não entendi muito de construción em um pais cuia reconstrución con consequencia de um momento para aquilo em um pais cuja reconstrução me espantava. Vi Berlim Oriental e Berlim Ocidental. Enquanto em Berlim Oriental a miseria era total, ate mesmo sem ilum:nação, no lado Ocidental apresentava tôda aquela majest'de, principalmente com respeito à dignidade humana e à liberdade.
Não entendi que rum pais que purena bem recuperado, um engenheiro arquiteto tivesse que procurar outra escola e se tornasse motorista. D. seescola e se tornasse motorista. D. se-me o rapaz: "Eu explico, Senador. Nossos periodos de férias são dife-rentes. Temos dois, menores e um maior. E nós, na Alemanha Octoen-tal, quer universitários, medios, pro-fessoras ou operários, quando entrafessores ou operários, quando entramos em férias ,oferecemos, gratuit: mente nosso tempo ao Governo, pela reconstrução e progresso da Alema-nha. O Govérno tendo convidado V. Exe, que é Senador, quis colocar à sua disposição alguém que, alem de mi-torista, pudesse dar a V. E.ª tectos os esclarecimentos de que necessitas.! se." Respondi-lhe: — "Agera entendo por que a Alemanha é o que c so nos estudantes da micha Pátria, os da UNE, como são diferentes. Tive Penonortunidade de visitar a Jordânia, a Grécia e a Síria, cue nos as ombram tivo existente na Alemonha para aten-

propresentava grande colsa. Mas de 1947 entusiasmei-me diante da sua capa- (cas que surgem, são nações que se estão reconstruindo totalmente, nações nobres como a Jordânia, quase tôca dividida. A própria Grécia nos oferece espetáculo de equilíbrio impressionente. E' triste pensar que no Brasil, com têdas as suas riquezas e pos-i-bilidades, nos encontramos na difícil econômico-financeira situação

> O Sr. Fernandes Távora — A Ale-manha Ocidental é a organização personificada, a Nação mais organizada do mundo.

atrawessamos.

O SR. JOAO VILLASBOAS - Efetivamente, êsses povos têm o sentimento de patriolismo muito, mais apurado.

Notei, naquela primeira vlagem, os restrições, em cada um dêsses países, às colsas necessários ao povo; limites traçados para o que terio de utilizar na vida cotidiana, e era de todos admirar o respeito com que achtavam as determinações das autoridades governamentais.

O Sr. Pedro Ludovico - Permite V. ix? um aparte?

O SR. JOÃO VILLASBOAS - Com muito prazer.

O Sr. Pedro Ludovico -- Sempre que V. Exa fala, ouço-o com a maior atenção, principalmente pela simpa-tia que sempre me inspirou pelos seus argumentos, aliás sempre patrióticos, ponderados e úteis.

O SR. JOAO VILLASBOAS - Obrigadi a V. Exa.

O Sr. Pedro Ludovico - Se o atual overno se dispuser a empreender Governo se dispuser a empreend uma ação profundamente patriótica doa a quem doer, aborreça a quem aborrecer — não sairemos da atual crise econômica, que aninge proporções talvez nunca vistas neste Pais. Se não houver planejamento racional e que atinja a tôdos as camadas da sociedade, principlmente àqueles que ganham milhões à custa do sacrificio do povo, tudo será perdido e caminharemos na mesma senda na mesma rotina de êrros que leyarão o Brasil a uma revolução em que nincuem escapará, em que todos sofrerão.

O SR JOÃO VILLASBÔAS

se recuper ram de um momento para outro, com tanta admiração do resto do mundo, o povo obedece às auroridades, às determinações legais. Anvi há uma reação natural contra se ordens emaradas da autoridade.

Fracessaram todos os meios que o Congresso atribuiu ao Poder Execulivo para realizar a política de con-tenção de preços. Ninguém respeita o bolamento feito pela COFAP. e ando há uma certa energia ne exi-ènc a dessa obediência, o Poder Judiciório litera, sacrificado as determinações administrativas.

Precisamos de patriotismo clhar pela nossa Pátria e, ao invês de exauri-la de suas fôrças, concor-rermos para fortalecê-la.

Ainda há pouco, noticiave um jor-al alema que a Alemanha sent a nal alema que a Alemanha sent a dificuldede ou, mesmo, se sentia im-nd da de dar auxílio finenceiro aos r. kas da América Latina, entre os quals se destacava o Brasil, como o m iem e nois poderoso, porque nos bances e transciros da Europa e dos Estados Un dos a soma dos denésitos brasileiros era superior ao quantitapelo que estão realizando, com calma der oos empréstimos externos. E' que e trangüllidade. São estredas e fébri- o brasileiro prefere ter o seu capital

guardado num banco estrangeiro, fore la matiria pare, emitir o seu voto, predo pela, do que eplicá-lo está, no de-sample mento de nersa Fixia.

semiole menio de nersa estana. O modo falorem presidera, nefri-relimento ma refro não à tetritora, nas sim à milia que, encorredo a vi-da pelo lado principale utilitátio, mo-nostratim recles de fracresta e eso-nomia de Reção com a en como des nomia da Mação com a ou tormo dos seus capitais, preferindo guarde-to, co. temos en languirde, "com rooms de consciolide des languirdes, "com rooms de conscionde de mois exazolio.

A Alemanha, que pagou e vem papardo as despuis cont es alecatica de ocurreção, que tota destruida as suas principais cidadas, recourta cas cinxas e hoje oferece emprifuma a paises que, como o nesso, naca se copares (ne, erito e nevo, neve se re-rem com a guerra. Ao conte rlo, ter-minado o contino, tinhamos en dend-sito nes honcos emericanos selvintos milhões de dólares, riem do que pos-suíamos em Bancos franceres e inclêsos, em dólores, francos e libros, quo forum desparatados logo após.

Sr. Presidente, estou de plono coôrdo com o nobre Senador Pedro tedovico-quando diz que precisamos de um Governo energico, autoritário, patro-ta. Não podemos continuar a super-tar um deficit anual de cento e vinte a cento e trinta bilhões de cruzeiros, na manutenção das nossas empresas de navegação e das nossas estradas de ferro. Urgem modidas drásticas. Impõe-se ainda a supressão do exnessa emprésas. O desempregados nessas emprésas. O desempreguismo não deve ser para nos metivo de apreensões.

O Sr. Pedro Ludovico — Só nas estradas de ferro há dezessete mil excedentes

O SR. JOAO VILLASBOAS Muito me auxilia o nobre representante de Goiás, Senador Pedro Ludo-

Por que continuarmos a monter êsses excedentes? Por que não dispen-sá-los dentro da legislação trabelhista, pagando-lhes as indehizações a que têm direito?

Preferivel seria desde logo, dispencarmos esses excedentes, indenizandoes, do continuarmos a suportar evasão desses milhões de cruzei cruzeiros anualmente.

Causa-nos surprêsa. — segundo noti-ciario da imprensa — que um comandante de navio mercante ganhe três vêzes mais do que o Comandante em Chefe da Esquadra Brasileira.

Sem equilibrar essa situação, sem restringir êsse excesso de de nesas, nada é possível realizar, Sr. Presidente

Arreceie-me de que jamais chegue-mos a uma atitude energica para por têrmo a esta situação. Determinadas classes, notadamente os trabalhistas, através de seus sindicates, crescem. cada dia, de audácia na imposição da sua vontade.

Noticiou, há pouco, a imprensa, que um comando de greve de Santes, com-parecendo ao Tribunal Superior Eleitoral, intimou ao Presidente dequela mais alta Côrte de Justica Eleitoral, eleitos e considerados comunistas.

Houve, da parte do ilustre Presi-dente daquela Casa, segundo relato dos jernais, enérgica reação, fazendo sair de seu gabinele os atrevidos.

Outra notícia estarrecedora, Senhor

a metiria para emitir o seu voto, pre-vando o Sr. Ministro o desficho da-grala ducida, in avelo diretamento de salvar la mesas fivancas e a nas a para escalvar que se o Tibural não eccapada. (Hu to bent Mutto bem al natura de constante de salvar escala de sal al ndure re o varior, a decisio não cola curprida.

Recito, acces, Sr. Prisciple, una reacts, vinua da apis in libra que

"The Various of the Cheboth

O Pretion of the Confidential Mederal as The Confidential The Market of the Cheboth

Machine as The Confidential Individual Confidential as the Confidential C o philip one conduct o aidal Granata."

Sr. Presidente, assistimos dibriamontes a faics classe genera, que de-monstram a ausência completa de autoricada no Pris. Não há pulição, não se vê uma atituda enérgica por parte das orioridades públicas, no sentido de colbir tels ebuser. O Sr. Ministro do Trabelho, eri vez de intrvir no sentido de coactar aditidos dessa natureza, dirige-se ao Tribunal Tratalhista para juntur a sua palavra às amenças dos trabalhadores!!!

Sr. Presidente, vejo sombriamente o futuro da nossa Pátria. Sem restaurar-re o principio da autoridade, sem que as Casas do Congresso, sam que o Govérno — Presidente da República, Ministres, altos dirigentes das autarquias e do serviço público — se compenetrem da necessidade urgente de, zelando pela grandeda diste Pais, defender os finanças públicas dos assaltes que vêm sofrendo constânte-mente; sem que haja punição dos culpados, sem que haja, da parte das autoridades públicas, o empenho de-cidido de obrigar no respeito da Constituição, das leis e dos princípios da hierarquia funcional; sem isso, Sr. Presidente, não sei para unde caminharemos.

Vejo um futuro tenebroso para os destinos da nossa Pátria. De tudos os lados anunciam-se revoluções e motins; ouço o grito de desespêro dos que não podem mais suportar o custo de vida, para atender as necessidades do seu lar, a sua subsistência e a da familia.

O Govêrno peda medidas como esta qu eo Congresso acaba de conceder o aumento dos impostos. São gravao almento dos impostos. São grava-mes que vão pesar diretamente sobre toda a Ntção. Antes mesmo de apro-vada a lei, quando apenas era anun-ciada, antes mesmo de ser decretado o novo salário-mínimo prometido aos o novo salario-minimo promesiuo aus trabalhadores, já o comércio e a indústria elevaram de trinta por canto ou mais os preços das utilidades! O povo já está pagando, retribuindo ao comércio e à indústria despesas que also cindo não fizaram. Onde está a electribuindo por fizaram. êles ainda não fizeram. Onde está a autoridade, onde está a ação punitiva das repartições incumbidas exatamente de repor os coisas nos seus devidos eixos e equilibrar o custo de vida?

mais alta Côrte de Justica Eleiforal, O aumento de selários não repre-a que não desse provimento ao Re-curso interposto contra candidatos nário, quer para o funcio-eleitos e considerados comunistes. os preços das utilidades cada dia cres-ce mais, de tal forme que cobre de muitas vêzes os aumentos obtidos pelos assalariados.

Er. Presidente, sou otimista, e sempre fui, em relação ao futuro do Bra-Olitra noticia estarrecedora, Senhor pre iti, em relação ao luturo do BraPresidente. Durante o julgamento de sil, país riquissimo, com tôdas as possil, país riquissimo, com tôdas as possil país riquissimo, com tôdas as possil país riquissimo, com tôdas as possil pre iti, em relação ao luturo do Brasil, país riquissimo, com tôdas as possibilidades de ser no Sul dêste Consinente o que os Estados Unidos são,
no Norte. Tenho esperança, portanto,
que uma aragem de bom-senso invada e foi isto o que levou René Sand, a intercessãos no caso. No momento da a consciência dos homens públicos do conceituá-lo um tanto entusiásticavotação, quando os juízes discutiam Fais, que restauremos, antes de tudo, mente, como "cultura integral do ho-

economia. (itu to beni Muito hemi Palaces. Corolor é cumprimentan).

O S. Z. TORSUMBER . Ex-

O Tr. Servich Jacker Marcali o prima di Picca di curso a fina de la lilecció, no ferma do dispeto do line, 2 2, do Regimento Id. 1910. 3. Il do será otordido.

DO ER. Director in the fitters for the fitters respeito à personalidade dos clientes e d can literate de consciencia. Não the é sufficiente curry, procura previnir os males sociais. Não the boota currigir, necessite, aindo, estimator o deservely imento da personalidade ham tall

E" evidente que um trabalho desca notureza e dessa relevância, exige mais noturera e dessa relevancia, exige mais oue hon vontade, dedicação e intellador de 1902. — Long Telxeira — Li gencia; exige um prepa o adequado, o der de Maioria car enercício. Gilberti estudo da natureza humana, dos productivos. estudo de natureza humana, dos pro-cessos e relações sociais como dos problemas do meio, uria sólida for-mação teórico prática que comprende o preparo profissional propriamente diso, formação inielectual, moral e contrinária. Dei a necessidade, por parie dos poderes públicos, da cria-ção de Fscolas de Servico Social, e de essimulo à iniciativa priveda a rès-peito. Surgindo nos principios do nosso seculo junto às universidades ame-ricanes e ingresas, as escolas de Ser. viçə Social existem, hoje, um número crescente em vários países da Europa e do continente americano, preparando técnicos para acender às dificuldades dos problemas sociais e às exigências de so istação dos direitos do homem.

Não cabe nos limites dessas considerações a descrição des técnicas de ação do Serviço Social, diente da diversidade dos problemas. Mas é precko aminaler, què do pento de vista. de um rendimento mellior, sua teoria, sua técnica e seus agentes são imprescindiveis em toda e qualquer ob a social: nos serviços de proteção à Maternidade e à Lufancia; nas obras edu-cativas, nes Escolas — o Serviço Social escolar — nas vilas operárias ou con-juntos residencials; no serviço de me-ligado de la contra del contra de la contra del contra de la contra del contra de la contra de la contra de la contra de la contra de l nores abandonados e delinquentes e dos menores egressos de reformatórios; no tratamento hétero-familiar desses problemas; nas instituições fechadas, asilos, orfanatos; nos melos fabris; nas penitenciárias, nenhuma obra de assistência social - educativa, económica, de defesa de saúde, e.c., poderá dispensar sua colaboração.

E' desta importância o Serviço Social: trabulho de ajustar o indivíduo so mejo e trabalho de melhorar as condições ambientes, em favor dos grupos onde o indivíduo se desenvolve e se realiza.

mom, respeitadora de suo personali de le geradora de sua producividade"

O State Transfer and Transfer

" Sobre o mosa roqueli nentes que vá ser littes.

בירות בא הי מוריביו

Ministratio (8.7.3, to 183

in 18, For a discuss a line of the color of the color of forms do dispose to the color of the co guri e da Luerra do Pare juzi.

Sala das Sersões, em 29 de outubr de 172. — Jejjarson de Aguier -Cibario Eccristio.

Techinonto El 731, de 182

Nes termos do ert. 330, letra C, d Nes têrmos do ert. 330, letra e, d Regimen o Interno, requeromos ur gância para o Projeto de Lei do Se nado no 25, de 1957, que cria o Consecil do Brasil e dá nova organização ao atuais Fseritérios de Propaganda Expansia Comercial Expansão Comercial.

Sala das Sessões, em 29 de novem

O SR. PRESIDENTE:

Os requerimentos lidos serão vola des no fim da Ordem do Dia, nos têr mos do Artigo 328, do Regimento In-

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, de Projeto de Lei do Senado nº 38 de 1961, de avtoria do Senhor Se de 1361, de avioria do Senhor Sendor Gilberto Marinho, que dispos sôbre o horario de trabelho do servidores públicos federais da administração centralicada ou autárquica que, em caráter policial exercem funções de Guarda ou Vigilancia, tendo Pareceres (números 411 a 413, de 1962) das Comistões de Constituição e Justica pela constitucionalidade; de Serviço Público Civil, favorável, de Finanças, favorável.

Em discussão. (Pauca).

Não havendo quem queira fazer uso da palayra, encerro a discussão.

votação, nos têrmos do Regimento Interno, deve ser realizada em es-crutínio secreto.

Os Senhores Senadores que votarem

O SR. PRESIDENTE:

Voterem 33 Srs. Senadores. Val-sc preceder à apuração. (Pausa). Votaram a favor 17 Senadores; vo-taram contra 16.

O Projeto voltará à Ordem do Dis para o segundo turno regimental.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmaro nº 186. de 1961 (nº 2.689-B-61, na Casa de origem), que assegura aos ser-vidores dos Departamentos de Sepurança dos Departamentos de Se-gurança dos Territórios Federais os beneficios da Lei nº 3.313, do 14-11-1957 (Prisão especial, apo-sentadoria aos 25 anos de serviço e promoção post mortem), tendo Pareceres favoráveis sob ns. 442 o 443, de 1962, das Comissões: do Serviço Público Civil e de Finna Serviço Público Civil e de Finan-

Volument 12 Sea, Senadores, Vui-se moceder à anutiono, (Pausa) Volument à la un 15 Ses, Senadores

contra, 1'.

O pre ela foi rejeilado. (Pausa).

Vou submerar à apreciação da Casa es dois requerim ntos de urgencia, da autoris des nobres Sonadores Jeniersen de Agrier e Gilberto Marinho, li-les na harr do expediente.

Em votação o requerimento nome-ro 730, do robre Senador Jei erron de Aguiar. Os Srs.

Scandores que o enrogem queliam conservar-se sentados.

(Parsa)

Istá rprovado. O projeto figurará
na Ordam do De da terceira sessão
ordinário s ibsequente a esta.

Em votreso o requerimento número 731, do nobre Senador Gilberto Ma-

rinho. Os Srs. Sencdores que o aprovom, queiram conservar-se sentados. (Pausa)

Está aprovado. O projeto figurará na Ordem do D a da terceira sessão ordinária subsequento a esta. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE:

Sôbre a Mesa requerimento que vai ser lido pe o Sr. 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte:

Requerimento Nº 732, de 1952

Nos têrmes do art. 211, letra n, do Regimento Interao, requeiro dispensa de intersticio e previa distribuição de avulsos para o Frojeto de Lei da Câmara nº 133, de 1962, a fim de que figure na Ordera do Dia da sessão seguinte.

Bala dos Seislos, em 29 de novembro de 1661, — Giberto Majinho.

O SR. PARRIDENTE:

Comunico ao Pienério que, aten-dendo a pedido da Mesa da Câmara dos Deputados, esta Presidência deliberou tornar sem efeito a sessão conjunta que devia realizar-se hoje, às 21 horas e 30 minutos.

A mati e que estava programada para con semio era constituida dos vetos prosidenciais aos projetos de lei — que argula o exercicio da profisió de esimilo es prosidencia per intrese secial; — que fixa as diretrizes e bases da educação recional.

educação racional.

São os três fillmos projetos veta-des cua mindim de propunciamento do Con tra e o a Flora do Senado en-trade do maior conveniêncie que se-junt apresenta cinde na casado levis-letina em muno, que à final de legis-

iclura.

No certa qui noclhé vel que essa matéria de contre de ser vitimada pelo
presente Contre co.

L' do se acculure que o terceiro
projeto o não - o que fira sa direidas e ha-es da educação — teve o
seu veto proferido em dezembro do and period.

A sue totata foi interrompide em

junko úliitao.

Houve dois dispositivos vetados que o Congresso menteve. Terão que in-corporar-se so trato da lei, pela pro-mulgação. Este, porém, só se deverá fazer quendo concluída a votação, que cinda deverá processar-se sóbre 13 itens.

A Presidência — tendo em vista tôdas essas circumstâncias, está promovendo entencimentos com a Mesa

Desisto da palatre, Sr. Po in nie.

0 CR. FLEEDE....

S. Ex^a desiste de político. Tem a palevra o político Seroloc

mento nacional, que é a contrução da usina de Urubupungá, que em guaraní quer dizer "morada do mubú".

ram quer dizer "morada do urubú".

Depois de termos ouvido o discurso a dideia interessava a uma vásta realista e inevitàvelmente sombrio do rama de la laca de lac nobre Senador João Villasboas, cujo por mais grandiceo, por demeis ambieisso.

tado nesta Casa, em face da situação nacional, não é demais que amenizemos um, pouco nossas aprensões e essas negras perspectivas, falando do que temos de positivo, e que é tudo quanto nos alimenta para nos reabasado do mebre senador João de a Empira de Dando de a Empira de Como de Residente da Richita de Como de Residente da Richita de Como de Senador João de Senador João de Como de Residente da Richita de Como de Senador João de Como de Residente da Richita de Como de Residente de Richita de R tecermos em esperanças em razão do fututro nacional .

fututro nacional.

Visitando, domingo passado, Urubupungá na fronteira de São Paulo com Mato Grosso, onde se leventa a grande construção, contaram-me ali uma lenda: um indio, desentendendo-se com sua apaixonada, matou-a e jogou-a nas águas do rio. Um crime passional. Não contento com isso câpassional. Não contente com isso, sô-bre ela atirou uma enorme pedra. A pedra fendeu-se e a água que passava por entre a fende da pedra, fez a Ca-choeira de Urubupunga, como se crorasse caudalosamente o assassinio da índia. É a lenda!

Mas a verdade, Sr. Presidente, fóra da lenda, é que o que se está reali-zendo em Urubupunga, é quelquer

coisa que empressione. Espera-se que em 1966, cu seja,

O Sr. Fernandes Ténora — Fra 1014
OIRPU desidirem premover a criação
por consião da incumento da Francis de contrata de contra

Aproclando naviata, paranactiva admirável, impainel o ana serje um dia a Brasil se mudeccomos aminuciar o Bresil so miderarmos aminualica aquila motencial pletular que se ner-Cia inuitiments. Terfama- realmonts not retirements. Tertirement recirements, podido mudar a nossa sonto. Untal elimenta, concretente essa tinal. Piera a Deus que o Pranti consider recimente, checcar fanela fricidada com que eu sonhit há que se cinque anos!

O SR. GUIDO MOTTON - Trass Fxe, com scu aparte, me lova a cordesar o meu discurso, pero bistoriar um nouco o empreendimento. Antes Circi que com a conclusão da Central da Tiba Solteira, também parte do sis-tema, completa-se o conjunto de obres de Urubupunga, num potencial da ordem de três milhões de quilovots trete pontêncial corresponde a cêrca nica indispensí veis so empreendide setenta por cento do potencial de mento

A votação tembém sará feita em secutivo a secutivo secutivo a secu Governador de Pario Chesco, Douter Califo por decreto do Cantillo (el Fernando Collega da Casag que hoje in a res. 2 8 de junho clite ano, for la propieta da Casag que hoje in a res. 2 8 de junho clite ano, for la propieta de Californa de a que hace a se una morante a que se de como en esta como en el como U SR. GUIDO MONDIN:

(Não foi revisto pelo ceador)

Senhor Presidente, serei hreve na tribuna, mas não peacria delxer de regivirer assebseiv. Cors e alguns espector em tôtao de grance emorer dimento nacional, que é a contração da usina de Unidad. Uncount, E foi insummente inche Conformeta des Core nodores de astrato plus de montres dos Cores nodores de astrato plus de la constitución de montres de contratos de astratos plus de la constitución de montres de contratos que tota nota el de la consciención de primeira vez, en orde efect, tento e tal de colta, consejum a montre se primeira vez, en orde efect, tento e tal de colta, consejum a montre se primeira vez, en orde efet, tento e tal de colta, consejum a montre se primeira vez, en orde efet, tento e tal de colta, consejum a montre se primeira vez, en orde efet, tento e tal de colta, consejum a montre se primeira vez, en orde efet, tento e tal de colta de contrato en orde el contrato emovoltamento do, Salos 63 Deno pungá.

contuno, muitas esperanças se de-positavam no empreendimento que pouco a poveo começava a gaunar cotornos de rialidade. Assim, após trabalhos preliminares, três nos após, em 1954, a Comissão Interesad-dual da Bacia Parani-Uruguai inficiava os estudos necessários e, já em 1955, o Governo do Estado de São ciava Paulo contratava a elaboração do pro-jeto concencional de Urubugungá com a Edison de Milão S.A. emprêsa altamente reputedo em todo o mundo.

No que targe so financiamento ou recursos encontrados para o emple-

para o sprotte et la constant de la pura-Urubupunga Complexialido nos clos Tieth e La rub, l'a eco de Sko Peulo, divise com o Essão de Mato Grorso'

Tal emprésa era eraquivada final-Tri emprésa cra cranivata finalmente sia 1731, curndo se relitou no Palácio dos Cimpos Ellicos a solenidade da Constituição Oficial da CELUSA, Centrais Elécticas de Urubupungá S. A., cuja estruturação se tornou possíve em decomencia do planejamento idicalizado pelo Govêrno Carvalho Pinto que assegurava os recursos finaceiros e a cobertura técnica indispencíveis so empreendi-

Composition of 2 or magnification of the desired conditional of the desired conditions of the de

as fariairmento que e-Situates Unit to Ca B, ponto un riď.a. Tida e di

71

um pouco de reanimento dipois do discurso do nebre Senador 1040
Villasbasa. O empreendimento de Urubupungá, terá um po enciál correspondente a sentenca por cento da potência de energia elétrica instancia em todo o país no momento atual, e é mais grandiase do que a famesa Représa de Assuf, no Egato.

Contudo, muitas esperanças se depositavam no empreendimento que pouco a pouco começava a gaunar cotornos de rialidade. Assim, após trabalhos preliminares, três anos após, em 1954, a Comissão Interesamonte.

A cor ducão da Jupiá permitirá a amordização dos debitos files n sua construção, dos seus en mentos, e perimtirá — o que é m de mine — o financiameto o de mine da Ilha Selteira, 10 octo a renta illidede de Uruhana de 1030, al ngirá à casa des 22) bi Espera-se que em 1966, cu seja, No que terre so insulamento ou cinco anos após o infeio das obres, em 1961, a usina de Jupiá, que é um respecto de tal Grupo, mencio apositado de Urubupunção e faz notado dos efectos um contrato con esistema, iniciará sua produção; co escuena dos Estados interesar los cingir a plena canacidade, terá a petência de 1.253.00 entitoral.

O Sr. Fernandes Tárora — Pormite Infos de dólares.

O SR. GUIDO MOYDIN — Com moto por casa dos contratos de cingira a casa dos 170 bil se cursos encontratos on estados interesar los contratos de consciención de contratos el constitução de Jupiá — 70% de constitução da Jupiá — 70% de constitução da Jupiá — 70% de constitução do perque nacional será grademento de conferencia dos Co

fore constitui pento de honra de nitritades des Centrals Flétrices de ferenciamente. Pento de henra qua

fo Come extonsa região do Brasi.
Considerando enenas as nesersilefes do Estado de São Paulo e não
lovendo om conta a pressão que non
mebnarte a moior oferta de eletricid di enerce sob a demanda, sômenta
om 1937 já havera um "deficit" do
ordem de 700.000 kw a ser precachi-

de per Trubupunga,
Lombrando que es éreas attugidas
pelo sistema de Urubupunga eprecentam potencialidade para se tornerem grandes consumidores de ener. a zona mineralizada do Estado. O centro-sul de Mato Grosso, já apresentando ritmo razoável de desenvolvimento o norte do Paraná, em plena esconse a com granda escodorte de escensão e com grande excedente de

"industrializável", capital. das exportações de café, além da ca-rência de energia já apontada em São Paulo podemos avaliar, como, em curto prazo, o potencial da Usina de Jupiá estará totalmente utilizado. Em quem irá consumir a capacida-de final de 3.000.000 kw?

O mercado da zona de influência congrega áreas que apresentam um rendimento de 53% do otal da renda nacional.

Realmente, parecia um objetivo por demais ambicioso porque é mais grandioso do que a famesa Reprêsa de Assuá, no Rio Nilo.

Vou repetir, porque é necessário um pouco de reanimação depois do um pouco de reanimação depois do discurso no nobre Senador João Villasbôas. O empreendimento de Urubupungá terá um potencial correspondente a setenta por cento da potência de energia elétrica instalada em todo o país no nomento atual, e é mais grandioso do que a famosa Reprêsa de Assuá, no Egito.

Contudo, muitas esperanças se depositavam no empreendimento que pouco a pouco começava a ganhar contornos de realidade. Assim, após trabalhos prelimanares, três anos após, em 1954, a Comissão (CIBPU) Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai iniciava os estudos necessários e, já em Paulo contratava a elabração do projeto concepcional de Urubupungá com a Edison de Milão S. A., emprêsa altamente reputada em todo o mundo.

No que tange ao financiamento ou recursos encontrados para o empreendimento de tal Grupo, mencionamos que se efetivou um contrato com os Governos dos Estados interessados na iniciativa, além do Govêrno Federal e os recurses encontrados alcançaram o valor de cinquenta e seis milhões de dólares.

Nessa área em franco desenvolvi-mento, a CELUSA atenderá a um mercado diversificado, pois que a proem niveis sempre crescentes, de vez que o próprio dinamismo do proces-so de desenvolvimento, com a instala-ção, em curto prazo, de grandes subsetores industriais propicia o apare-cimento de outras indústrias que, por sua vez, possibilitam a instalação de outras e assim por diante. Além do mais, o crescimento econômico da região eleva a renda per capita regio-nal, melhora o nível de vida das populações que passam a procurar mais conforto a consumir mais eletricidade, a comprar e utilizar mais e mais aparelhos elatrodomésticos e muitos outros. Essa ampliação do mercado regional passa, por sua vez, a atuar no parque industrial local, forçando sua ampliação, num processo acumutivo que favorece a expansão plena de

tivo que favorece a expansao piena que tôda a atividade econômica da região.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, bastam êstes dados para têrmos uma idéia do que seja a obra que se espera concluir em 1966.

Trouxemos de Três Lagoas e Urubupungá, a melhor das impressões. Foi como se tivéssemos ido, nobres colegas. reabastecer-nos de esperan-

colegas, reabastecer-nos de esperan-ças e de coragem em relação ao fu-turo dêste País.

Quero dizer, em tôrno do discurso que é verdade tudo quanto S. Exa afirma, mas é também uma de nos-sas verdades o que relato sôbre Urubupungá.

E' preciso que nos convençames também — apesar de não deixarmos de observar o que temos de negativo de que somos um povo com capacidade. Com essa qualidade é que investiremos ao encontro de nosso fu-turo, e com os nossos próprios esfor-

O SR. PRESIDENTE:

Em virtude de energia elétrica, vou encerrar a sessão. Antes, convoco os Senhores Senadores para uma sessão extraordinária, hoje, às 21 horas e 30 minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 138, DE 1962

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 1962 (nº 2506-B-60, na Casa de origem) que dá a denominação de "Brito Pe-reira" ao edifício em que funciona o Departamento de Imprensa Nacional incluido em Ordem do Dia em virtu-de de dispensa de interstício concedida na sessão anterior, a requerimento do Sr. Senador Rui Carneiro) tendo — Parecer, sob nº 706, de 1962, da Co-missão de Constituição e Justiça, favorável, com a emenda de redação que sugere.

REDAÇÃO FINAL — PROJETO D DECRETO LEGISLATIVO Nº 5, - PROJETO DE DE 1962

Discussão, em turno único, da reda-ção final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 655, de 1962) do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1962, originário da Câmara dos Deputados (nº 32-A, de 1959 na Casa da Origon) na Casa de origem) que aprova o Acôrdo sôbre Transportes Aéreos Re-gulares entre os Estados Unidos do Brasil e a República Oriental do Uruguai.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 22, DE 1961

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1961, de autoria do Sr. Senador Cunha Mello) que exclui da classificação de-clarada no artigo 1º da Lei nº 121, de 22 de outubro de 1947, o Município de Manáus, no Estado do Amazonas, ten-Manaus, no Estado do Amazonas, ten-do Pareceres (nº 666 e 667, de 1962) das Comissões — de Constituição e Justiça, pela rejeição; — de Segu-rança Nacional, pela rejeição. de Segu-

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 30, DE 1962

Discussão em turno único do Projeto de Resolução nº 3º, de 1962, que suspende a execução da Lei nº 8, de 12 de fevereiro de 1959, do Estado do Paraná, julgada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal (Projeto oferecido pela Comissão de Constituição e Justiça, em seu Parecer nº 641-62)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, DE 1962

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 1962, de autoria do Sr. Senador Afrânio Lages, que acrescenta parágrafo ao art. 173, do Código Civil, tendo Parecer, sob nº 673, de 1962, da Co-missão de Constituição e Justiça, pe-

la aprovação. Está encerrada a sessão. (Levanta-se a sessão às 16 horas e 35 minutos)

ATA DA 179ª ŠESSÃO EM 29 DE NOVEMBRO DE 1962 4ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4ª LEGISLATURA

(Extraordinária).

PRESIDENCIA DO SR. RUI PALMEIRA

As 21 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — Paulo Fender — Zacharias de Assumpção — Victorino turo, e com as nossos próprios esfor- Zacharias de Assumpção — Victorino lidade de registro de diploma fei-ços salvaremos o País do futuro negro Freire — Sebastião Archer — Eugênio to na Reitoria, em determinadas

oriundo anunciado hoje, de forma tão amar-Barros — Leonidas Mello — Mathias da ca-ga, pelo nobre Senador João Villas-ada em boas. (Muito bem; muito bem. Patto Cabral — Fernandes Távora — mas prolongadas). Menezes Pimentel — Dix-Huit Rosa-do — Argemiro de Figueiredo — Ruy Carneiro — Novaes Filho — Jarbas Maranhão — Barros Carvalho — Ruy Palmeira — Silvestre Péricles — Lou-Palmeira — Silvestre Péricles — Lourival Fontes — Jorge Maynard —
Heribaldo Vieira — Ovidio Teixeira
— Lima Teixeira — Aloysio de Carvalho — Ary Vianna — Jefferson de
Agliar — Arlindo Rodrigues — Gilberto Marinho — Benedito Valadares
— Pedro Ludovico — Frederico Nunes — João Villasboas — Filinto Müller — Alò Guimarães — Saulo Ramos — Irineu Bornhausen — de Sá — Guido Mondin (41) Mem

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença registra o com-parecimento de 41 Srs. Senadores. Ha-vendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata. O Sr. 29 Secretário lê a ata da

sessão anterior, que, posta em dis-cussão, é aprovada sem debate.

O Sr. 1º Secretário dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Aviso nº GB-227, de 19 de novembro, do Sr. Ministro da Fazenda — Transmite o pronunciamento do Ministério a seu cargo contrário ao Projeto de Lei da Câmara nº 67-62, que dilata a contagem do prazo de 20 anos a que se refere o art. 199 da Constituição Federal, atinente à execução do plano de valorização da Amazônia.

PARECERES

Ns. 707 — 707-A — 708 e 709 nos seguintes têrmos:

Pareceres

Nºs 707 e 707-A, de 1962

Da Comissão de Constituição Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 19, de 1960, que regula o exercício da Odontologia.

Relator: Sr. Lobão da Silveira.

O presente projeto, de autoria do eminente Senador Paulo Fernandes, tem por objetivo regular o exercicio da Odontologia e está convenientemente justificado.

Sôbre a matéria, de indiscutível relêvo e oportunidade, foi solicitada audiência dos Ministérios da Saúde e de Educação e Cultura.

A primeira daquelas duas Secreta-A primeira daquelas duas secretarias de Estado examinou exaustivamente a proposição, através do Serviço Nacional de Fiscalização de Odontologia, propondo à mesma diversas alterações, com o objetivo de melhor ajustá-la à realidade nacional do exercício da odontologia, tenda e accumdo ou seia o Ministério do a segunda, ou seja, o Ministério da Educação e Cultura, sugerido modificações no art. 3º e o acréscimo de um parágrafo único ao art. 1º.

II — O projeto, conforme acentuam os Ministérios citados, é de todo oportuno e versa matéria da maior importância, adotando soluções há muito pleiteadas pelos dentistas, a bem da melhor disciplinação e de suas atividades.

atividades.

III — A proposição, conquanto bem fundamentada; contém certas falhas, inclusive, no que tange à sua juridicidade, eis que, em alguns pontos, incide em matéria própria do Código Civil, do Código Penal, do Estatuto dos Servidores Públicos, e, ao fazê-lo, ora apresenta redundâncias, ora propícia desigualdades injustificáveis de direitos para profissionais liberais de direitos para profissionais liberais em, idênticas situações.

TV — Assim, tendo em vista o dis-posto no Decreto nº 48.939, de 14 de setembro de 1960, cabe admitir a va-lidade de registro de diploma fei-

circunstâncias, o qué poderá ser feito com o acréscimo de um parágrafo ao art. 10

art. 19.
O art. 39 precisa ser modificado, pois, segundo parece, pretende referir-se aos beneficiados pelo Decreto-lei nº 7.718, d 9 de julho de 1945, que favoreceu, excepcionalmente "portadores de diploma de dentistas expedido até 31 de dezembro de 1944"; medida que já produziu os seus efeitas convindo portanto a sua revogatos, convindo, portanto, a sua revegacão.

O art. 6º, que trata da competência do cirurgião-dentista, contém alguns itens — VI e XI — que ver-sam atribuição de médico — e outro — o VI — que diz respeito à ativida; de farmacêutica.

O art. 7º está mal redigido, haven-do um disparate na concordância do verbo inicial com o que está escrito

na letra "g".

O art. 8º dispõe que a ação do círurgião-dentista, para cobrança de honorários, prescreve em cinco anos, o que constitui um privilégio injustificável, uma vez que é de um ano, apenas, o prazo de prescrição da ação correspondente dos médicos, cirurgiões ou farmacêuticos.

Acontece que na expressão rurgiões" — empregada pelo Código Civil, estão compreendidos os dentistas, sendo desnecessário, por conse-guinte, cuidar-se dessa questão no projeto.

Os artigos 9º e 10 cogitam dos pro-Os arugos y e 10 cogitam dos pro-téticos. Não vemos nenhuma conve-niência em se incluir o protético em lei que regule o exercício da odonto-logia pois êle desempenha uma simples função de auxiliar do cirurgião dentista.

Nos artigos 11, 12 e 13, que dispõem Nos artigos 11, 12 e 13, que universidos sóbre os dentistas práticos licenciados não se fêz menção, entre os decretos citados, ao de nº 23.540, de 4 de dezembro de 1933, que limitou até 31 de junho de 1934, o prazo para o licen-

ciamento permitido.

O artigo 15 prescreve pena para o funcionário que, em função do cargo, concorrer para a violação desta lei, o concorrer para a violaçõe desta lei, o concorrer para a violaçõe desta lei, o conc que se nos afigura superfluo, uma vez que as penalidades aplicáveis ao ser-vidor público estão estabelecidas no

Estatuto dos Funcionários Públicos. Os artiogs 14, 16 e 17 são inade-quados, pois versam matéria do Código Penal, cujo art. 282 contém dispositivo que permite as medidas nêles estabele-

v - Ante o exposto, e ressaltando mais uma vez, a excelência do traba-lho do ilustre Senador Paulo Fernandes, opinamos pela aprovação do projeto, nos têrmos do Substitutivo abainistérios da Saúde e de Educação Cultura e se ajusta melhor à técnica legislativa e às prescrições dos códigos civil e penas cabíveis na espécie.

E' o seguinte o

SUBSTITUTIVO

Art. 1º. O exercício da Odontologia, no território nacional, só é permitide eo cirurgião-dentista, habilitado por escola ou faculdade oficial ou recoor nhecida, após o registro do diploma na Diretoria do Ensino Superior, no a Serviço Nacional de Fiscalização de as Odontologia e na repartição sanitária estadual competente.

estadual competente.

Parágrafo úsico. Quando se tratar
de diploma expedido por escola ou fa.
culdade integrante de Universidade
Federal, o registro feito na Reitoria
desta, de acôrdo com o Decreto no....
48.938, de 14 de setembro de 1960, tem
a mesma validade dos registros na
Diretoria do Ensino Superior

Diretoria do Ensino Superior.
Art. 2º. Poderão exercer a Odonto.
logia, no território nacional, os habili.

revalidação e registro do diploma.

Art. 3º. E' assegurado o direito ao exercício da Odontologia, com as res. trições legais, aos diplomados nas con-dições mencionadas no Decreto-lei p 1.718, de 9 de julho de 1945, que egularmente se tenham habilitado ara o exercício profissional, sòmente 10s limites territoriais do Estado onde

uncionou a escola ou faculdade. Parágrafo único. Fica revogado o Decreto- lei nº 7.718, de 9 de julho de

.045. Art. 4º. As carteiras sociais, forne-idas pelos sindicatos de Odontologia, repois de visadas pelo Serviço Nacio. al de Fiscalização da Odontologia e pela repartição sanitária estadual competente, constituem prova de re-sistro do diploma de cirurgião dentisа.

Art. 5°. E' nula qualquer autoriza-zão administrativa a quem não fôr egalmente habilitado, para o exercizio da Odontologia.

Art. 69. Compete ao cirurgião-den-

I — Praticar todos os atos necessá-los e pertinentes à Odontologia, in-lusive a cirurgia e prótese buco-má-

cilo faciais; II — Prescrever e aplicar especiali-lades farmacêuticas de uso interno e nedicamentos de uso externo, indica-

os em Odentologia; III — Atestar, no setor de sua ati-idade profissional, estados mórbidos e

outros;
IV — proceder à pericia odonto-legal em fôro civil, criminal, trabalhista

em sece administrativa; V — aplicar a anestesia local e tron-

VI — empregar a analgesia e a hip-iose, quando constituirem meio eficaz ie tratamento;

VII — manter, anexo ao consultório, aboratório de prótese, aparelhagem e nstalação adequadas para pesquisas e análises clínicas relacionadas com os casos específicos de sua especialidade, cem como aparelhos de Raios X, para liagnóstico e aparelhagem de fisiote-

rapia.
Art. 7º. E' vedado ao cirurgião-dentista expor, em público, trabalhos adontológicos e usar de artificios de propaganda para captação de clientela, bem como anunciar:

a) cura de determinadas doenças. para as quais não haja tratamento seguro; b) exercício de mais de duas espe-

ialidades;

c) consult as mediante correspondên. cia, rádio, televisão ou meios análogos: d) prestação de serviços gratuitos em consultórios particulares; e) agradecimentos recebidos de

:lientes:

 f) preços de serviços, modalidades e pagamento e outras formas de conercialização da clinica ou de compeição desleal;

g) expor, em público, trabalhos adontológicos e usar de artifícios de propaganda para captação de clien-

Parágrafo único. A infração dêste urtigo será punida com a multa de zinco mil cruzeiros, elevada ao dóbro, ao triplo e ao quadruplo, no caso de eincidência: .

Art. 8º, Prescreve em um ano a ução do cirurgião dentista, para co-prança de seus honorários profissio-nais, contado o prazo do último serviço restado.

DOS DENTISTAS PRATICOS LICENCIADOS

99. Aos dentistas práticos licencia los de acôrdo com os Decretos ns. .. 10.862, de 28 de setembro de 1931; 11.673, de 22 de fevereiro de 1932; 12.501, de 27 de fevereiro de 1933 e 3.540, de 4 de dezembro de 1933, é edado:

a) praticar quaisquer intervenções angrentas, salvo as meras exondotias a região gengino-dentária;

b) prescrever e aplicar outra especie de anestesia que não seja a local; c) prescrever ou aplicar medicamen.

tos ou especialidades farmacêuticas de

uso interno;
d) prescrever ou aplicar especialidades farmacêuticas de uso externo injetável:

e) ocupar, como profissional, cargos públicos ou outros, em instituições as-sistenciais, como associações, preventórios, asilos ou casas de saúde e, igualmente, em colégios, fábricas e sindicatos

Parágrafo único. A infração dêste artigo será punida com detenção de seis meses a dois anos, e multa de

cinco mil cruzeiros.

Art. 10. Os dentistas práticos são obrigados a mencionar, em seus impressos, anúncios ou placas, a qualida. de de dentistas práticos licenciados.

Parágrafo único. A infração dêste artigo será punida com multa de cinco mil cruzeiros, elevada ao dôbro, ao triplo e ao quádruplo, no caso de reincidêre, ia

Art. 11. Relativamente ás formas de propagandas, aplica-se ao dentista-prático licenciado, no que couber, o disposto no artigo 7º desta lei.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12. O Poder Executivo baixará decreto, dentro de noventa dias, regulamentando a presente lei.

Art. 13. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a Lei nº 1.314, de 17 de janeiro de 1951, e demais disposições em contrario.

Sala das Comissões, em 23 de março de 1962. — Jefferson de Aguiar, Presidente — Lobão da Silveira, Rela. tor — Silvestre Péricles — Nogueira da Gama — Lourival Fontes — Aloysio de Carvalho - Heribaldo Vieira.

Nº 707-A, DE 1962

Da Comissão de Educação e Cultura sóbre o Projeto de Lei do Senado número 19, de 1960, que regula o exercício da Odontología. Relator: Senhor Saulo Ramos.

O projeto em exame, de iniciativa do nobre Senador Paulo Fernandes, tem por objetivo regular o exercicio da Odontologia.

A proposição, de inégável impor-tneia, reveste-se, ainda, da maior oportunidade de vez que visa a corrigir antinomias, êrros de técnica le-gislativa impropriedades terrainoló-gicas e outras imperfeições reiteradas vezes apontadas pelos técnicos, con-tidas em numerosos dispositivos da Lei número 1.314, de 17 de janeiro de 1951.

Outro mérito do projeto reside no reconhecimento das novas aquisições no terreno da técnica, resultantes do progresso da cirurgia odontológica e da perícia odontológica.

Diante da superação reconhecida da legislação em vigor, o atual projeto, que recebeu competente colaboração de especialistas e se inspirou nos preceitos da boa técnica legislativa, recebeu apoio, quanto à sua oportuni-dade, dos Ministérios da Saúde e de Educação e Cultura.

Depois de examinar minuciosamente a matéria, através do Serviço Na-cional de Fiscalização da Odontologia, o Ministério da Saúde reconheceu a necessidade imperiosa e urgente de uma reforma geral da legislação em vigor sobre a disciplinação do exer-cíclo da Odontologia no Brasil, acen-tuando a inteira conveniência de seu

A esparsa e fragmentária legisla-ão sobre a matéria, desde o Decreto iúmero 19.852, de 11 de abril de 1931 até a Portaria número 101, de 28 de junho de 1951 vem constituindo, no entender dos órgãos competentes, obstáculo não é sô às atividades regu-

lares da Odontologia, como até, ação das próprias autoridades sant-tárias, mormente nos Estados. Em tarias, mormente nos Estatos. Em consequencia, a odontología se apresenta como a única profissão liberal, com aspectos negativos e de certo modo desoladoras, quanto às classes ou grupos de profissionais que u exercem, correndo perigo com isto a própria saúde pública.

Como resultado de seus estudos sôbre a proposição, o Ministério da Saú-de sugeriu várias alterações, com vistas a um ulterior substitutivo.

Por sua vez, o Ministério da Edu-cação e Cultura, não obstante declarar que a regulamentação do exercício profissional dos odontólogo está cicio profissional dos odoniolego esta afeto ao Serviço Nacional de Fiscalização de Odontologia, órgão do Ministério da Saúde, julgou a matéria
contida no projeto de tôda conveaiência e oportunidade, tendo mesmo
proposto duas sugestões, respectivamente, aos artigos 1º e 3º, que dispõem sôbre assuntos de interesse para
ansire superior decido profissão

o ensino superior daquela profissão. Ao ser examinado pela Comissão de Constituição e Justiça, o relator da matéria, baseado nas ponderações do, Ministérios da Saúde e da Eduação e Cultura, ofereceu um Substitutivo, que, a nosso ver, melhor, atn-de às normas da técnica legislativa e as prescrições legais implicadas em varios dispositivos do projeto além de se ajustar do maneira mais condi-zente às necessidades e ao interêsses da regulamentação de uma profissão, cujo exercício, em virtude de sua re-conhecida deficiência legal, ressentese até hoje de instrumentos adequa-dos para a sua rápida e eficiente atuação.

Manifestando-nos de acôrdo com a emenda substitutiva da outra Comissão de Constituição e Justica, entendemos, apenas, que se faz neces-sária a apresentação de uma medida altemente oportuna, em face da emissão em lei de dispositivo que regule a situação dos "peritos-odontólogos"

De fato, as instituições oficiais ainda não dispõem de peritos-odontólogos, eis que a categoria profissional "odon-to-legistas", não foi, ainda, incluída no quadro do funcionalismo público.

Em consequência, as pericias odon-Em consequencia, as pencias ocon-to-legais solicitadas aos Institutos Médico-legais, pelas autoridades ju-diciárias, não sempre procedidas pelas cátedras de Odontologia, Legai das Faculdades de Odontologia, como ocorre, sobretudo, nos Estados mais populosos da Federação.

Tal omissão deixa em situação inferioridade, com evidente prejuizo para a Justiça, o interior dos Estados, onde não há instituições médicolegais, mas que, muitas vêzes, são assistidos por Faculdades de Odonto-logia, em que lecionam mestres com-petentes cujos laudos periciais carecem de fé pública unicamente por não serem peritos oficiais.

Ora, o volume das perícias odonto-legais já é de tal monta, que urge uma solução legal definitiva.

Julgamos tê-la encontrado ao definir em lei que se deve entender por perito-odontólogo oficial, com as atribuições que lhe são cometidas.

Em face do exposto, somos de pare-cer favoravel ao Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, com a seguinte sub-emenda número 1-CEC

SUB-EMENDA Nº 1-CEC

Acrescente-se onde convier:

Artigo Consideram-se peritos-odon-tólogos oficiais:

I — Os odonto-legistas nomeados na forma da lei;

II — Os professôres catedráticos, 4. A disposição do artigo 2º, que adjuntos e docentes-livres de Odon- é justa e correta, interessa não so-

tologia Legal, das Escolas ou Faculdades de Odontologia, oficiais ou reconhecidos.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1862. — Menezes Pimentel, Presidente. — Saulo Ramos, Relator. — Arlindo Rodrigues — Padre Ca-lazans — Mem de Sá.

Parecer Nº 708, de 1962

Da Comissão de Constituição e Justica, sobre o Projeto da Lei do Senado nº 43, de 1962, que dispõe sôbre o plano de obras federais a ser executado no Distrito Fe-deral e no Estado de Goiás.

Relator: Sr. Lourival Fontes. Dispõe o presente projeto que o Po-der Executivo deverá encaminhar ao Congresso Nacional, dentro em 120 dias, o plano de obras federais a serem executadas no Distrito Federal e no Estado de Goiás, prevendo os meios indispensáveis à sua execução. Essas chras são relacionadas no cor-

po do artigo 1º e dizem respeito a construção de rodovias e ferrovias no Planalto Central, tendo como centro Brasilia, assim como estudos sôbre a navegação do rio Tocantins, locação dos parques naionais das Emas e Tocantins (inclusive desapropriação das áreas), construção da barragem de São Félix e respectiva usina hidrelétrica, do plano de desenvolvimento econômico e scoial do Estado, a ser executado por êste executado por êste.

A proposição, determinando prazes e impondo tarefas de específica ini-ciativa do Poder Executivo, enseja invasão de competência, o que é vedado pela Constituição Federal.

Somos, assim, pela rejeição do pro-jeto, quanto à sua constitucionalidade, que nos parece duvidosa.

Sala das Comissões, em 14 de no-vembro de 1962. — Jejerson de Aguiar, Presidente. — Lourival Fontes, Re-lator. — Heribaldo Vieira, Ruy Viana, João Villasboas, Menezes pimentel.

Parecer Nº 709, de 1962

Da Comissão de Legislação Social sobre o Projeto de Lei da Câ-mara nº 157, de 1962 (nº 3.464-B-61, na Casa de origem), que extingue o trabalho aos sábados nos estabelecimentos de crédito.

Relator: Sr. Vivaldo Lima.

O presente projeto, de autoria do inlustre Deputados Floriceno Paixão, determina que os estabelecimentos de crédito não funcionarão aos sábados, seja em expediente externo ou inter-no (art. 1º).

Estabelece, ainda, o artigo 29, que as obrigações em cobrança, cujos ven-cimentos estiverem marcado para um sábado serão pagáveis no primeiro dia útil imediato.

2. O autor do projeto, em sua justificação, diz que a medida proposta, dada a sua natureza, se impõe. Afirma que "em nosso País, várias emprêsas de seguro privado e capitalization de la contra para seus ampresa. ção já adotam, para seus empregados, a semana de cinco dias. Isto para não se falar em várias organizacões de outros ramos, que vêm ado-tando, como pleno êxito aquêle sistema"

3. Realmente, a razão está com o autor do projeto. A medida proposta, além do mais, já existe na maior parte dos países.

Por outro lado, verifica-se que a extinção do trabalho aos sábados, na prática, já é realidade em face dos acôrdos existentes entre empregados e empregadores.

mente aos particulares, senão, tambem, a industria e ao comércio.

5. Em face do exposto, a Comis
860 de Legislação Social opina pela ap cvação do projeto.

Saia das Comissões, em 29 de no-vembro de 1962. — Lim aTeixeira, Fresidente. — Vivaldo Lima, Relotor. — Menezes Pimentel, Ruy Car-neno, Sebastião Archer.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a "hora do expediente". Há, sôbre a mesa, projeto que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido o seguinte:

Projeto de Emenda Constitu-cioonal Nº 7, de 1962

Art. 10 Ficam revogados a Emenda Constitucional nº 4 que instituu o sistema parlamentar de Govêrno, e o artigo 61 da Constituição Federal, de 18 de setembro de 1946.

Parágrafo único. E' mantida a extinção do cargo de Vice-Presidente da República.

Art. 2º Os artigos 63 e 7º da Cons-tituição Federal, de 18 de setembro de 1946, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 63. Também compete privati-yamente ao Senado Federal:

- aprovar, mediante voto secre-I — aprovar, mediante voto secreto a escolha de magistrados, nos casos estabelecidos por esta Constituição, de Procurador-Geral da Repúbica, dos Ministros do Tribunal de
Contas, de Prefeito do Distrito Federal, dos membros do Conselho Nacional de Economia e dos chefes de
missão diplomática de caráter permenante. manente:

II — aprovar, mediante voto secre-to e por maioria absoluta, a nomea-cão ou a exoneração dos Ministros de Estado;

III - autorizar os empréstimos externos dos Estados, do Distrito Fe-deral e dos Municipios.

Art. 79. Em caso de impedimento ou vaga, o Presidente da República será substituído. sucessivamente, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, pelo Presidente do Senado Federal ou reco Presidente do Senado Federal ou reconstruir de Senado Fe pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

8 19 Ocorrendo a vaga do cargo de Presidente da República, far-se-á eleição de sucessor sessenta dias depois de aberta a vaga, de acôrdo com as seguintes normas:

I — em dia designado pelo Tribu-nal Superior E eltoral, se a vaga ocorrer até o terceiro ano do periodo presidencial;

II — pelo Congresso Nacional, se a vaga ccorrer nos dois últimos anos do período presidencial, na forma estabelecida em lei,

§ 29 Em qualquer dos casos, o eleito deverá completar o período do an-

tecassor, L Art. 3º Ficam excluidas do texto-dos artigos 66, IX 80 — 81 — 82 — 83 — 84 — 85 — 86 — 139 — I, letras a e b, 140 I e letra a, e 197 da Constitulção Federal as expressões "e Vice-Presidente", "e o Vice-Presidente", te". "ao. Vice-Presidente", "ou Vice-Presidente", "o Vice-Presidente", "e do Vice-Presidente" "e ao Vice-Pre-

sidente".

Art. 4º O parágrafo único do artigo 213 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinto redação: Paragrafo único. No intervalo das sessões legis ativas, a autorização será concedida pelo Presidente do Senado Federal ou Presidente da Câmara dos Deputados, conforme se trata de uma ou de outra Câmara, nas ad referendum da Câmara com-

petente, que deverá ser imediatamente convocada para se reunir dentro em quinze dias.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1962. — Jefferson de Aguiar. — Victorino Freire. — Lima Teixei-ra. — Saulo Ramos. — Meneces Pimentel. — Leônidas Mello. — Guido Mondin. — Silvestre Péricles. — Jorge Maynard. — Pedro Ludovico. — Mathias Olympio — Arlindo Rodri-gues. — Padre Calazans. — Heribalgues. — Pare Causans. — Herion-do Vicira. — Paulo Fender. — Ruy Carneiro. — Jarbas Maranhão. — Gilberto Marinho. — Eugênio Bar-ros. — Vivaldo Lima. — Novaes Fi-lho. — João Villasboas. — Fernan-des Távora. — Sebastião Archer. — Fraderio Vivalo Luriral Fonte. Frederico Nunes. — Lourival Fontes. — Ovidio Teixeira. — Dix-Huit Ro-

Justificação

O Ato Adicional adotou o sistema parlamentar de govêrno, no auge de crise oriunda da inesperada renúlticia do ex-Presidente Jânio Quadros. Mas as divergências políticas a a intromissão de fatôres outros nas ar-ticulações administrativas tumultuaram o sistema governamental, inclu-sive com a adoção de soluções evi-dentemente inconstitucionals, no atá em que todos se encontraram para dar deslinde compatível com a dignidade daqueles que elaboraram a re-forma constitucional e com as aspirações daqueles que reivindicavam a retomada de poderes anteriormente consagrados na Constituição Federa! de 1946. Nesse descompasso de alvos e na divergência frontal de ações a Nação tem ficado à mero? de contingências aleatorias, que não podem persistir, sob pena de ingressar o pais nos quadros trágicos da subversão desatinada e das revoluções sangrentas, de imprevisíveis conseqüências. O Congresso Nucional deve ter e

manifestar sua sensibilidade nesta hora difícil da história nacional, na busca e na consagração dos anseios populares, de paz, de tranquilidade, de trabalho e de desenvolvimento econômico, nos quadros normais da damocracia e das liberdades huma-บอร.

A emenda constitucional ora apre-sentada visa esses objetivos relevan-tes acolhendo o interesse nacional, em busca da harmonia das forcas políticas e dos Poderes do Estado, sem desdoiro para qualquer dos grupos em

Nela se consubstanciam reformes sem as pampas das modificações ra-dicais; porém, nela estão as garan-tias indispensáveis ao funcionamento do resime, com o diálogo fundamental entre Lezislativo e Executivo, para que realmente exerçam a sua missão histórica nesta hora diffeil da Nação, quando as incompatibilidades passoais e as intransigências grunais não têm partinência ou oportunidade de considerações malores. É momento de congraçamento e de

entendimento, porque se trata de selvação nacional, empenhando-se to-dos em servir à Nação e ao povo bra-

A extinção do eargo de Vice-Presi-dente já foi consagrada na Emenda Constitucional nº 4, com aplausos co-rais. A rovegação do Ato pura é simriesmente restabeleceria o cargo ex-tinto por via de consequência, na riprist natoria determinação. Mas a ateração dos textos dos ar-

tigos 63 e 75 da Constituição defi-nem responsabilidades e atribuem ao nem responsabilidades engravada dos Legislativo, na ação engravada dos dois poderes, perfeita dentificação e distribulção de interesses entre o Pre-sidente da República e as duas Casas do Congresso Nacional

mação e exoneração. A condicional não elimina ou restringe os Poderes do Presidente, mas lhe assegura a vantagem de impedir ou tolher a exigência dos afoitos ou audazes, sem as qualidades para o exercício do cargo de os que submetidos a outro Poder a escólha pessoal e prefencial do Executivo. Servirá para justificar a eliminação dos amigos fieis, na contrapartida obrigacional que queiram impêr, e, no mesmo passo, divide a responsabilidade da escólha com o Senado Federal, cujas cautela e prudência devem ser presumidas e reiteradamente estámuladas.

Na sucessão do presidente da República, o Presidente da Camara terá primazia, dividindo-se entre as duas Casas do Congresso Nacional direitos e obrigações, que bem exaltarão a comunhão de interêsses daqueles que terão a obrigação primacial de zeiar pelos interêsses da Nação.

As modificações subseqüentes re-

terão a obrigação primacial de zelar pelos interêsses da Nação.

pelos interêsses da Nação.

As modificações subsequentes resultam da extinção do cargo de Vice-Presidente da República inclusive a revogação do art. 61 da Constituição, que assegurava ao Vice-Presidente a Presidência do Senado Federal.

No mais, os doutos darão so ução compatível com os interesses nacionais, na tramitação da emenda, cujo merecimento será afinal decidido soberanamente por ilustres Congressistas tendo por alvo o bem comum e os direitos sagrados da Nação brasileira.

Sa a das Sessões, em 29 de novembro de 1962. — Jefferson de Aguiar.

O SR. PRESIDENTE;

O projeto lido, subscrito por mais um quarto dos membros do Sede um quarto dos membros do Se-nado, sausfaz os requisitos estabele-cidos na Constituição (art. 217, pa-rágrafos 19, 5º e 6º) para ser recebi-do e submetido à consideração do Congresso Nacional, com a trami-tação prevista nos arts. 358 a 379, do Perimento Interna. ďe Regimento Interno.

Será publicado e encaminhado, oportunamente, à Comissão Especial que foi eleita para sobre êle emitir parecer. (Pausa).

Há, sóbre a mesa, dois requerimen-tos de urgência que vão ser lidos pelo Sr. 17 Secretário.

Nos térmos do art. 230, letra "e", do Regimento Interno, requeremos un aencia para o Projeto de Lei da Cainara nº 97, de 1958, que cria, no D.N.O.C.S. o 6º e o 7º Distritos e o Quadro Própno do Pessoal; altera o de extranumeranes-mensalistas e de outras providências.

da outras providências.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1962. — Jefferson de Aguiar,
Lieler da Maioria em exercicio.

Requerimento Nº 734, de 1932

Nos têrmos do art. 330, letra "c", do Regimento Interno, requeremos urgência para o Frojeto de Lei da Camara nº 91, de 1002, que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazonda, o crédito espe-cial de C13 883.240.00 para atender a despesas da Comissão de Reparaa desposas da Comassa de Repara-ções de Guerra, de 1º de janeiro a 31 de dezarabro de 1960. Sala das Sacrões em 29 de novem-bro de 1962. — Jefferson de Aguiar,

Lider de Maioria em exercicio.

O SEL PRESIDENTE:

Os requerimentos que acabam de ser lides, nos térmos de Regimento Interno, serão votados após a Ordem do Dia

-Há oradores inscritos, Tem a pala-vra o nebre Senador Paulo Fender.

O SR. PAULO FENDER:

Varias vēzes altercamos nos -Várias vêzes altercamos nos — éle homem da nova geração de intelectuais, e eu, de uma geração interme diária ainda marcada das geraçõe passadas que fizeram literatura e ar te tão diversas das que hoje como vem, movem e grientam os jovens Mário Faustino integrava, no Ri de Janeiro, um movimento literárino qual pontificam as maiores ex pressões da poeta moderna, capita neado por Manuel Bandeira e Carlo Drumond de Andrade. - éle

O "Correio da Manha" de hoje no ticia-lhe a morte através uma boni ta crônica de Jaime Mauricio, d qual lerei pequeninos trechos. Di no necrológio sentimental que faz de poeta, o articulista;

A primeira vez que vi Mário, fo em 54, creio, na Brasileira, apre sentado polo Harry Laus. Ma terminaram as palavras de apre sentrção, gomeçou a gozação sentrção, gomeçou a gozação "Fatão é vocé. JM, assim tão ves tido, tão detalhado, tão flagran temente índio querendo ser in

Harry Laus era pseudônimo. Brasileiro de cara de índio, que para se snob no movimento literário que de desento de la companio del companio de la companio del companio de la companio del companio de la companio del companio de la companio del companio del companio de la companio de la companio de la companio del companio de la companio del co Há, sobre a mesa, dois requerimento de urgência que váo ser lidos pelo farce. E Mário Faustino, autêntica mente um amazônida, fazia o que carticulieta chama de gozação palavra muito moderna, muito ao gosti dos jovens intelectuais brasileiros.

Adiante dis o cronista:

Os últimos meses foram maus Revezes profissionais, sentimen ta's e familiares & tôda sorte Ninguém podia ajudar, não admitis, qualquer sentimento de sol deriedade. Estava preocupad maguado, desapontado, mas nã permitia comentários. Finalmer te, conseguiu o que desejava: via jar para fazer trabelhos jornaliticos. Tudo renascia naque tempremento forte, naquels em sibilidade privilegiada, neque fecunda infeligência. E Már partiu feliz para morrer com cuerta — môço ainda, de repent estourando... Os ultimos meses foram maus

estourando...
Não vemos continuar. Faltame o ta ento e a serenidade messários para faler de tão râvel mêço e da migua profund da morte do amigo, tão querida Ele mesmo dizia preciser morre primeiro para que não lhe estragassemos a lembrança cor um medoaho necrológio sent mental. Figuemos agui com lembrança da sua exuberante figura otimista e êste seu be "Romance".

A seguir transcreve o cronista m

dos poemas de Mério Faustino. Sr. Presidente, se Mário Faustir fôsse vivo, e eu tivesse a oportunidad Ao Senado fora atribuída mi são (Sem reviseo do orador) — Senhor rante o Senado no assunto, de cert nistros de Estado, no que tange a no- residente. Srs. Suadores, registro estaria amanha contestando-me,

ponto de eu me sentir quase acovar-dado por fazê-lo. Mas como entendo que ele está integrado em todo o movimento literário da poesía brasileira, sejara quais forem as suas fases, tendo transposto o limiar das dissidências para se colocar muito alto, onde pai-ram os astros do Espírito, acredito que estará harmonizado agora comigo.

As escolas de poesia não formam os poetas, plasmando-lhes o verso com a matéria prima da inspiração. Informam-se deles, ao serem fundadas e descobertas. Ou, então, os procuram, descoperas. Ou, entao, os procuram, através da crítica, para situá-los ou disputá-los, numa filiação lato sensu aceitável, mas a rigor inautêntica. É em vão que os movimentos literátios, pelo cu to obstinado de implactiveis exegetas, tentam identificar os filos prédices parametres.

os filhos pródigos, porventura perdi-dos nas gerações, porém, ao que se julgi, traídos dos caracteres de grujulg: traídos dos caracteres de gru-do, fàcilmente reconhecíveis pelo padrão esco ástico.

Há, na obra de um poeta, sentido transcedente, intimista a impon-derável, que refoge à simples preocupação de quaiquer sistemática e em cuja essencielidade tóda a revelação está. Esse, mensagem de tão profundas origens é que o afirma ou nega, conferindo-lhe ou não autenticidade licerária.

É um contemporâneo, trazendo fór-mulas românticas e carregado do li-rismo provençal do século XII? Não imperia.

Leiamos o poeta, para senti-o na inde inição de sua maneira de ser e no milagre do deslumbramento que suscita. Isso ou virar a página, na frustração proustiana da busca inúvoltando ao nosso mundo, qual antes era, sem o menor sinal da presença do mensageiro, de mãos vazias, que então nos visitou.

Dave prevalecer sobre a arquitetura do poema aquela harmonia, que não é nova nem velha e se exprime na circunstância, abrindo passagem para a alma, berço de plumas do êx-tase. Secundário torna-se, pois, o meio de expressão, que adotará cri-térios: o verso branco dos gregos, a ourivesaria parnasiana, as formas váris dos caminhos rítmicos, que pode achar o pensamento poético.

Havia de vir, no conceito crítico, a libertação da poesía com a deli-quescência de tôdas as escolas, me-ras e a dificioras instituições, criadas para aprisionar nas grades do entendimento formal as asas da inspiracão criadora, o descuidado Pégaso do sentimento puro.

Nem o plástico e monumental so-nêto de Heredia ou o verso inventi-vo, imagistico e monstruoso de Hugo. antes ou depois de 1850, nem o de Leconte, Prudhome ou dos simoo is-tas Mallarmé, Verlaine e Rimbaud, para só ir aos francêses, eternos idolos de nossa religião literária — di-gam-no, de escola, todos os parnagam no, de escola, todos os parna-sianos bresileiros! —, nenhuma des-sas criações da alma perderá sua universal essência, mercê de uma es-colatidade insistente e incapaz de ecmineencer no seu âmbito a poesia e os phelas.

Q. é é poesia antiga ou moderna? O classico e o romântico são indife-tentes à cistinção. Em tese, consente-se no classico e reage-se contra o no classico e reage-se moderno, posição mais do que natural, pela aceitação do que é simples lat, pela acertarato do que e simples e a recusa do que é complexo. Não haverá ai ida, dissidência estética na interpretação do que parece clássico ou simples? Basía assinalar que as intenções do artista não chegom sequer a expressor-se na plenitude, por qualquer manifestação de arte.

Evidencia-se, contudo, que a maio-Evidencia-se. Contido, que a maio-ria dos que fazem literatura moderna são os que mais se torturam no afá intercional de não serem simples. A proc tra do absurdo, cade vez mais proc tra do absurdo, cade vez mais absurda, é o fito de subjetivistas de series de mente lugar para tudo, menos para sequer ao moção e para o êxtase. Este necrológio, su quero concluí-lo com o grande vate nacional e po-lítico, que é o sr. Augusto Frederico de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Projeto de Lei da

uma laboriosa e sofrida poesia, que que nos convençamos de que devemos aspira a constante renovação temática, por meio do inin*elegivel. Ideal de frustração, de que se nutre, necessàriamente, a arte vária e imortal, que anda a realizar-se e não para! uma laboriosa e sofrida poesia, que que nos convençamos de que devemos

Dá-se que, na poesia clássica ou de consentimento, o tema versado de forma objetiva não está impedido de encontrar sentido novo em plena luz da razão, consoante a reveladora sensibilidade do leitor, o que difícil-

sensibilidade do leitor, o que dificilmente consegue a maioria dos poemas da linha hermética, mergulhados de propsito nas trevas de um
subjetivismo egoista e incomunicável.
Fazer versos com o coração, que se
queda no delirio verbal com que o
traduzimos, surpreendendo-o, não raro, na contemplação do espírito —
imenso ominresente — eis a rota polro, na contemplação do espírito — imenso, onipresente —, eis a rota palmilhada por tantos e sonhada por muitos outros, entre estes o orador, que sentimento e idéia não saberá nunca distinguir em sua poesia.

Sr. Presidente, Mário Faustina era um poeta autêntico. Daria, talvez, rostorar goveralhadas a lesta fora mera.

gostosas gargalhadas se lesse êsse meu conceito de poesia, porque êle era um irreverente, um iconoclasta. Dava-se ao trabalho de destruir todos es ido-

los de nossa literatura do pasado.

Certa vez, escreveu no Jornal do

Brasil essa cousa incompreensível:

"Li — dizia éle — tôdas as poe-"Li — dizia êle — tôdas as poesias, tôda a obra poética do Sr. Olavo Braz dos Gumarãos Bilac, e não encontrei um só verso que lhe justificasse o imerecido renome."

Assim são os jovens da poesia atual, do Brasil e do mundo: irreverentes, autocratas de uma literatura que transmitem com enfase, mas encontrando naquelas que não fazem a sua arte, reservas enormes para per-doar-lhes e compreende-los

O Sr. Guido Mondin — Permite V. Exa um aparte?

O SR. PAULO FENDER - Pois não.

O Sr. Guido Mondin - Antes de mais nada, trago a V. Exª a minha solidariedade nas homenagens que presta a Mário Faustino. E quando V. Exa analisa os trabalhos literários do jovem morto, cabe muito bem ler, à guisa de aparte, uma das suas poesias, cujas imagens são belissimas sas, cujas imagens são benssimas co-mo vamos observar, remindo ao mo-derno muito do clássico. Oiçam Vª Exª e a Casa o que disse num de seus últimos poemas Mário Faustino:

Para as Festas da Agonia chegar, como havia Sonhado já que chegasses: Vinha teu vulto tão belo Em teu, cavalo amareio. Anjo meu, que, se me amasses, Em teu cavalo eu partira Sem saudade pena, ou ira; Teu cavalo, que amarrara Ao tronco de minha glória E pastava-me a memória Feno de ouro, gramas raras. Era tão cálido o peito Angélico, onde meu leito Me deixaste então fazer, Que pude esquecer a côr Dos olhos da vida e a dor Que o Sono vinha trazer. Tão celeste foi a Festa. Tão fino o Anjo, e a Besta Onde montei tão, serena, Que posso, Damas dizer-vos E a vós Saphores, tão servos De outra Festa mais terrena Não morri de maia sorte,

Morri de amor pela morté. O SR. PAULO FENDER — Muito obrigado a V. Ex², Senador Guido Mondin. Realmente. os últimos versos do poeta "Não morri de mala sorte, morri de amor pela morte?" são os que intitulam o recrológio feito pelo "Correio da Manhã" olac "Correio da Man'ıã".

Sr. Presidente, não falta sequer ao

A propósito, o grande poeta brasi-leiro Augusto Frederico Schmidt faz uma crônica intitulada "Réquiem pa-ra João Teotônio Moreira Salles", cujo final lerei para encerrar êste comentário, pedindo perdão aos meus nobres colegas por não cantar a musa política que tantos poetas tentaram fazer surgir, sem resultado.

O Ruy Carneiro - Permite V. Ext um aparte?

O SE, PAULO FENDER - Cim prazer.

O Sr. Ruy Carnetro -- Trago meu apoio à Bancada do Pará, representada por V. Ex³, nesta homenagem ao brilhante poeta paraense que foi Mário Faustino, exaltedo por V. Ex³ e choredo por todos os literatos do Paralla de Paralla d e choredo por todos os literatos do Brasil. A Paraíba, neste momento de tristeza, solidariza-se com o Pará, tão brilhantemente representado por brilhantemente representado por V. Exa. O nobre coisga féz uma referência a Joao Teotônio Moreira Salles, falecido há dois dias em outro desastre de avião, êste em São Paulo. Aproveito a oportunidade, já que V. Exa aludiu ao brilhante artigo de Augusto Frederico Schmidt, artigo que fambém il para diver que João Teotambém li, para dzer que João Teo-tônio Moreira Salles era uma das be-las esperanças do Brasil. Moço de grande inteligência, sobrinho do ex-Ministro Walter Moreira Salles, com êle privei e pude de perto comprovar suas excepcionais qualidades.

O SR. PAULO FENDER - Muito obrigado a V. Exa

Como vê V. Ex³. Sr. Presidente, mais uma inteligência brasileira é arrebatada por um desastre de aviacão. Mas os poetas continuarão a viver, continuarão a surzir neste País de românticos que é c Brasil,

O Sr. Pedro Ludovico - Permite. Fxa. um curto aparte, um aparte tout court?

O SR. PAULO FENDER - Pols não.

O Sr. Pedro Ludovico falando com a inspiração do poeta que é, lembra-me uns versos de Alfred de Musset:

"Qu' importe le flacon.
"Qu' importe la maitresse.
Pour X vu qu'on ait l'ivresse?".

O.SR. PAULO FENDER -- Muito

O Sr. Pedro Ludov'co — Bondade de V. Exa.

O SR. PAULO FENDER — ... e muitas vêzes, em conversas literárias com S. Exa., tenho tido ocasião de constatar as louçantas do seu espírito e quanto sua memória é referta de coisas belas das páginas from como Inglatorro de muitas racisar como Inglatorro de muitas para fundamenter rosso pensamento: "Só quanto não fôr possível proporcionar às cruentes um ambiente familiar é que se deprira colocá-las em asilo". Tem se verificado em várias nacisar como Inglatorro de muitas para fundamenter rosso pensamento: "Só quanto não fôr possível proporcionar às cruentes de colocá-las em asilo". ferta de coisas belas das páginas fran-cesas, Lembra S. Exa, muito bem. "Que importa a bebida! Que importa a amente! Se se tem a embriaguês! Estará a poesia verdadeira nessa con-cepção boêmia do transporte, da li-bertação espiritual, a qualquer preço?

Sr. Presidente, peço perdão aos meus colegas por havê-los tirado, neste meus colegas por havê-los tiredo, neste instante, da meditação dos problemas políticos da Pátria, na qual eu mesmo me encontro empenhado, para fazer o elogio da morte de Mário Faustino. E' muito grave a matéria que nos ocupa mas na alma humana há sempre lugar, para a emocião, para a comoção e para o êxtase moção e para o extase.

"Os que morrem antes do meio-dia são recolhidos pela impaciên-cia de Deus, pelo desejo impaci-ente de Deus".

Morreu um jovem de 32 anos, recolhido pelo desejo impaciente de Deus.

> "Os que se vão antes de linda jornada nos afligem por um instante, mas depois nos pecificam.

> Os que não atingem as horas de sombras se identificam com a poesia e se transformam em fonte de amor a esta ingrata vida humana".

Era o sue tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem!).

O SR PRESIDENTE:

O Sr. Senador Jarbas Ma.ar. 60 enviou à Mesa discurso a fim de ser publicado, na forma do disposto 10 art. 201, § 2º, do Regimento Interno.

S. Exa será atendido.

É O SEGUINTE O DISCURSO DO SR. J'RBAS MARANHAD.

Na proteção hétero-familiar ϵ a que a experiencia recomenda como mais aconselhável.

O internamento de menores abandonados, deve ser o mais possíve evi-tado. Gera vícior e poderá ser neta o se não fôr racionalmente conduzido. Em seu livro — Serviço Socia — Infancia e Juventude desvalidas - diz a senhora Maria Isolina Pinheiro: "O que impressiona sobretudo na situação dos abrigados pelo Estado e continuarem quase nas mesmas condições se Ebandono moral em que viviam, tendo a mais um teto apenas, tanto que, co sairem, se encontram desapprelhados de qualquer elemento para o incio de vida".

O melhor ambiente para assistência zo menor é o do lar.

O trabalho é o de: Ou reogarnizar c lar desequilibrado moral ou conomicamente — e esta é tarefa es en-cial e imprescindível na proteção aos cial e imprescindivel na protega des menores — ou seleciorar e preparar famílias para tão nobre e delicada rnissão — abrigar a criança abando-nada, Nos países onde a assitérata sos "sem família", no seu conceito mais amplo, vem se realizando por meios técnicos e aperfeiçoados, a con-cação em internatos, tem sido substituida, progressivamente, pelos trom -sos de colocação familiar, tutela, adoção, à soldada, etc.

Na "Declaração de Oportunicade obrigado a V. Exa. O Senador Pedro para e Criança à vida no seio da fa-Ludovico é um aprofundado cultor míja", divulgada pelo Oitavo Cen-das letras franceses... gresso Pan-Americano da Criança, entre outros itens encontramos o se-

> mento de menores. Dai, o estimula às funlia que colaboram naquela chia de reeducação, estímulo que vai "la redução de impostos até recompenses

ma'eriais".

O SR. PRESIDENTE:

Sôbre a mesa requerimento de dis-pensa de interstício que val se: lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

Requerimento nº 735, de 1962

Of merg no 157, do 1632, que extingue e plo publicação dos etes de Admio trabalho e as sérados nos embelenicimentos de créduce, e fim de que figure na Ordem do Dia da sessão segu dia.

O pr. Paulo Feater — Fermite V.

La La Exité?

O ER. RUY CARNIGEO — Pois
bro do 15 T. — Non Tolporo

therefore, and the state of the order of the

da emenda.

(Para encancinhar a votação. Sem revisão do orado.). — Er: Presidente, este projeto, de ratoria do nobre Deputado do Partido Social Democrático de Alagors, Padre Medeiros Neto, e relatado por mias na Comissão de Constituição e Judiça, tem por fina-Er: Preside Le gado lidade homenagear um dos grandes e desclados servido es públicos do País, o Ex. Alberto Brito Pereira, homem

Minha emenda visa a denominar o Palácio da Imprensa desta Capital, de "Dr. A.berto Brito Pereira" uma vez que o projato apenas consigna "Errto Pereira", o nome de familia.

Os que vivem, trabalham e se inte-ressam pela coisa pública em Brasilia, poderão endossar os concellos que faço do homena seado.

O Sr. Fernandes Távora - Permite V. Exa um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO - Com prazer.

O Sr. Fernandes Távora - Sintome satisfeito e feliz em corrotorar as palavras de V. Ex3 porque o Dr. Al-berto Brito Pereira, honrado e eficiente funcionário, é realmente um paradigma, tendo trabalhado extraordinariamente na construção do Palácio que receberá o seu nome, a ponto de surpreender mesmo àqueles que já o conheciam como trabalhador. Por conseguinte, a homen-gem a que folgo Essociar-me é perfeitamente justa.

O SR. RUY CARNEIRO — Muito obrigado a V. Exa.

Devo ainda acrescentar que a Secretaria do Senado, a da Câmara dos Deputados, os servidores dos Tribunais, do Palácio do Planalto e dos Mi-nistérios sabem da luta titánica, de verdadeiro gigante, que o Dr. Alberto Brito Pereira ven mentendo, para que não haja colapso na vida do País, com Redação.

O SR. RUY CARNICZO — Pota pro de 11 ... — Non Telegro de 11 ... — Non Telegro de 11 ... — Non Telegro de 12 ... — Non Telegro de 12 ... — Non Telegro de 12 ... — Non Maria de 1 encerro a discussio.

lima corque seria sufficiente publicar
lim votarac o Projeto, sem prejuizo abenas os manas gerais, os que real-inente do umentam o pieto, e não os

O SR. RUY CAENERRO - Obrigado pela valiosa comerbaição de V. Ex^a.

O Sr. Sebustião Archer — Po mite V. Ex^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO - Com todo o prazer.

O Sr. Sebastião Archer — Quero que fêz sacrificios imensos para que la linorersa Nacional funcionasse em Brasilia, desde os primeiros dias de Cepital da República.

| O m. Securido Archer — Quero associar-me à homena em que V. | Rua. presta a Alberto Brito Pereira, que na verdade, tem ofcrecido ao Brasil, os grandes serviços a que V. | Exa... se refecto. Exa., se referlu.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço ao nobre Senador Sebastião Archer a gentileza do seu aparto.

Sr. Presidente, estou absolutamente convicto de que o Senador, por una-nimidade, aprovará o projeto ora em votação e aproveito a oportunidade para congratular-me com o nobre repara congratular-me com o nobre re-presentante de Alagoas na Câmara dos Deputados, Padre Medeiros Neto, autór do projeto pe la feliz idéia que teve de homenagear o Dr. Albedto Brito Peteira, dando seu nome ao Palácio da Imprensa Nacional, (Muito bem! Muito bem) l

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o projeto, sem prejuizo da emenda.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se Stecos. (Pausa)

Está aprovado.

Em votação a emenda, redigida nos seguintos termos:..

"Em vez de Palacio B.ito Pe-sira". Isla-se: "Palacia Aleberto rsina'. Icia-se: Brito Pereira.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram conservar-se seniados. (Pausa).

Está aprovada. Vai à Comissão de

Direct sea, em turno único, de reco lo fin i conceira pola Outro lo fin i conceira pola Outro lo fin i conceira pola fin i conceira de la conceira de la colorada de Comant cos i conceira (n.º 88-4, de 107), na conceira (n.

(G. R.) . James & ROC 500 Thest.

The firm to entity point a related, care to a related,

La va. 15.

Os findio is findiones give a apro-ve a cus our personness sen allos. (Pasto).

Ella procide. O provide vai à pro-

de Projeco de Lei Co Senado número de Projeco de Lei Co Senado número del Colle de Projeco de Lei Co Senado número del Colle Carda Mello, que enclui da cles fifecção declerada po act. 1.º, da Lei n.º 121, de 22 de contrar de 1947, o Município de Previus, no Estado do Anasence, tendo Pareceres (ns. 666 e 637, de 1952) das Comissões — de Const. victo e Justiça, pela rejeição — de Segurança Nacional, peta refeição. pela rejcição.

Em discussão o projeto.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Não foi revisto pelo orador) Senhor Presidente, solicito a V. Exafaça chegar as minhas mãos o processado. (O orador é atendido).

Sr. Presidente, requererel a volta do projeto à Comissão de Constituição

e Justica, para que esta se manifeste sôbre o appecto de constitucionalidade referida no parecer da Comissão de Segurança Nacional, parecer êsse pos-

reitr.

Pelo que verifiquel do processo, há contredição nes dois pareceres que opinem pela rejeição. O projeto apreopnismi prio saudoso colega, Senador Curha Mello, é datedo de 7 de julho de 1981, e procurava excluir o muni-cípio de Lienáus do número de muni-

cipio de Manéus do número de muni-sípios, cujos prefaitos são nomeados, por força da Constituição Federal. A Lei de 1947, logo depois da Cons-ituição de 1948, havia estabelecido uma longa relação de municípios em que não haveria eleição de prefeitos por seiem conciderados bases railita-

Ésse critério de base militar perdeu, depois, seu sentido, e as Capitais foram passando tédas a eleger seus prefeitos, atrevés de uma lei de 153. O Parecer da Comissão de Constituição e Justica, faz referência a essa lei, e considera que o projeto deve ser rejeitado/ porque a cidade de Manáus, desde 1953, já deixaia de ser base militar, para efeito de nomeação de prefeito pelo Governo.

O Sr. Vivaldo Lina — Permite V. Exè um esclarecimento? (Assentimento do orador) Devo dizer a Vossa Exè que já existe Prefeito eleito em Manaus. Esse critério de base militar perdeu,

Manaus.
O SR. ALOYSIO DE CARVALHO O SR. ALOYSIO DE CARVALHO

— Então verificaremos que pelo menos o parecer da Comissão de Constituição e Justiça terá de ser refundido, e ésse parecer é recente, porque
é. de julho dêste ano, quando Manaus já tinha Prefeito eleito.

O Sr. Vivaldo Lima — Em faneiro
dêste ano já havia eleições para Prefeito.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO — Diz o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça:

"Acontece entretanto, que medida precenizada pelo projeto, já foi atendida pela Lei nº 1.878, de 5 de junho de 1953, que excluiu a cicade de Manaus da relação contida no art. 1º da Lei número 121. de 1947.

Apreses notar, cirido, que têdas as dumeio cidades já ferem igual-mante eminidos de referida rela-ção nos legislação posterior."

the fee legislepte pesterior."

1.0 5 1010, all is, um argumente, la the locas as so entitled, e harmys and financiar than the locas of their beautier where the entitle that the entitle the projete at the locas and the locas of their decimals that continue the projete at the locas and the locas of their the first count situated first the locas and the locas of the locas and the locas of the l

a conficience es Comissos de C'ustituleão e Justiça e a de Se-

A Comissão de Seguranço Nocional, por sua vez, também cai em contratio, o políque depois de referir o objetiro do Projeto Cunha Mello, e de declarar que a Lei nº 121, de 1947, havia inextino o Município de Manana entro os de nomeação do Profelie, afhma:

"Tvidentemente, portento, o fim celimado pelo projeto, excluindo o Edunicipio de Manaus das cidades mencionades na Lei nº 121, de 1947, é o de permitir serem rea-lizadas eleições para a Prefeitura do referido Município. Acontece, do referido Municipio. Acontece, porem, que a medida preconizada pelo projeto — como salienta a Comissão de Constituição e Justica — já foi atendida pela Lei nº 1.878, de 5 de junho de 1953, que excluiu a cidade de Mancus da relação contida no art. 1º da Lei nº 121, de 1947. Acresce notar, ainda, que tódas as demais cidades já foram, igualmente, excluídes da referida relação por legislação posterior."

"O Prefeito de Mancus, no entento — avança a Comissão de

"O Preietto de Manaus, no en-tanto — avança a Comissão de E gurança Nacional em terreno sôbre o qual em inada se mani-feste a Comissão de Constituição — centinua a ser nomeado pelo Governador..."

É éste o parecer da nobre Comissão de Segurança Nacional, sendo relator meu muito prezado colega, Senador Silvestre Péricles, datado de 21 do notembro deste ano, que acrescentar

"O Prefeito de Manaus, no entanto, continua a ser nomeado pelo Governador, uma vez que a Constituição Federal, em seu artigo 28, § 19, diz que "poderão ser nomeados, pelos governadores dos Estados ou dos Territórios os prefeitos der canitais." reitos das capitais ..." — e a Constitução do Estado do Amazonas, baseada neste dispositivo constituçional, colocou entre an atribuições privativas do Gover-nador do Estado a nomeação do Prefeito da Capital".

O projeto, assim, encontra-se supe-1rd3, porque seus dispositivos pro-cu am conseguir eleições para a Pre-feitura que só poderão realizar-se mediante alteração da Constituição do Estado do Amazonas, e não por in-termédio de lei federal.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Ex³ uma explicação?

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO - Com todo o prazer.

O Sr. Vivaldo Lina — É para poder explicar a razão por que sòmente agora foi possível a Manaus eleger seu Prefeito pelo voto direto. É que a Constituição do Estado, por um dêsses equívocos, diz que as emendas constitucionais só pederão ser aprovadas em duas legislaturas, ao invés de em duas resease legislaturas. de em duas ressões legislativas. Isso fêz com que a emenda constitucional tivesse de ser renovada na segunda legislatura, e não na segunda sessão

legislat va. Daí a razão por que não de prescrição fôr igual ou superior a critício de prazo, mas posso afirmer foi pos ável realizar eleições antes de quinze (15) anos (artigos 177 e 179) que e mucra inferior a sais mastes: 1957, mas abmente agora, quando missa a prescrição somente poderá ser interveu, se a membria não me falho, perada daquela exigôncia. Por isso foi proceder-se à eleisperada daquela exigôncia.

O St. Aloysio DE CARVALHO
St. Pretiente, como và V. Excelência da e vilcação que nos da o
bemado Senador Vivaldo Lima, o as-Creio que o Senacio, assim, pridicia cento e ofienta dias (180) da data volar o projeto, es te projeto, en resultanto, nao tum a memor importunata, posições em contrário. E cu il sisto no requerimento para que la Sala des Sescões, em 20 de novamsunto esté suficientemente esclarecido. as curs Cornisões, revendo a meteria, emitam carceer já agora de aronria, emitain carraer ja agota de do com o que atualmente existe.

En D, verificames nesta defa que o projeto está superado pela circunstância inclusive de Manaus la ter cledo, peia primeira vez, o se'i Perfeit) pela velo circo. Lia o que tinha a dizer. (Muito

E' aprovado e lido o seguinte:

Requerimento Nº 735, de 1982

Nos têrmos dos arts. 212, letra "l", e 274, letra "a", do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 22, le 1912, a fim de que sôbre êle seja novamente ouvida a Comissão de Contilução. Luctiva con fissão de Contilução.

Em consequência, a maféria volta è Comissão de Constituição e Justiça.

> Discussão em turno único do Projeto de Resolução n° 30, de 1962, que suspende a execução da Lei nº 8, de 12 de fevereiro de 1959, do Estado do Paraná, julgada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal. (Projeto oferecido pela Comissão de Constituição e Jus-tiça, em seu Parecer nº 641-62).

Em discussão o projeto. (Pausa).

Não havendo quem queira fazer uso de pajavra, encerro a discussão. Em vetação.

Os ilirs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentádos. (Pansa)

Está aprovedo.

O projeto irá à Comissão de Redacêo.

Discussão, em primeiro turno, do Prejeto de Lei do Senado número 5t, de 1962, de autoria do Sr. Seirdor Afrânio Lages, que

Há ementes que vão ser lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintas:

FIRNDA Nº 1

Recipro o artigo 1º assim:

Art. 19 Fica acrescido ao artigo 173 do Cádigo Civil o seguinte:

EMENDA Nº 2

Redija-se assim o art. 23:

Art. 2º Fsia lei entrará em vigor cento e oitenta dias (180) da data

bro de 1982. - Alogsio de Carvalho Filho.

O SR. PRU CORNETE:

Na forma do Regimento, dou a patayra ao nobre Eunador Aloysio de Carvalho para justificação das emendas que acebem de ser lidas.

O ER. ADOTEIO DE CARVALMO:

O ST. STATE (Não foi revisto paro orador) — Sr. Presidente. O Sanador Afrânio Lacuria a mais requerimento que vai modifica o Códiro Civil, acrescendo ser lido palo Sr. 19 Secretário.

"A prescrição sòmente poderá ser interrompida uma vez é pela metade do prazo ouendo éste fôr igual ou superior a 15 anos. Arts. 177 e 179".

A modificação está dentro da tendência do direito moderno de redu-zir os prazos de prescrição.

Constituição e Justiça em face das considerações que fiz da Tribuna.

Sala das Sessões, em 29 d novembro de 1962. — Aloysio de Carvalho Filho.

O SI: PRESIDENTE:

A Lei nº 2.437, de 7 de março de 1855, reduziu uma série de prescrições estabelecidas pelo Código Civil. Acontece, entretanto, que a redação do parágrafo único pode se prestar a interpretações no sentido de dividir se hinóteces.

dir as hipóteses. A prescrição somente poderá ser interrompida uma vez uma hipótese.

A prescrição interrompida uma vez, se-lo-á pela metade do prazo, quan-do êste for igual ou superior a quinze anos.

A ressalva final do parágrafo único parece que dá maior clareza ao tex-to, e deve vir no seu inicio para que abranla as duas hipóteses. Então a modificação seria a seguinte:

"Quando o prazo de prescrição for igual ou superior a quinze anos (A.ts. 177 e 179), a prescri-ção somente poderá ser interroma quinze pida uma vez e pela metade".

A outra emenda modifica o Art. 2º do Projeto. Diz o projeto Afrânio Lages.

"Esta lei entrará em vigor trin-ta dias da data de sua nublica-ção, revogadas as disposições em contrário." contrário.

mero 5t. de 1962, de autoria do Sr. Shirdor Afrânio Lages, que ecceci ta parágrafo ao artigo 173, do Código Civil, tendo Parrier. seb nº 673, de 1962, de Comissão de Constituição e Justiça, pe a eprovação.

La amentas que vão ser lidas pelo 1º Set effeio.

Este prazo, parece-me, é muito pedivano nara modificação dessa natureza. Não é possível que trirta dias depois entre em vigor uma lei que estabelece to profunda modificação relativamente à renovação de preserição. E' preciso um largo prazo nara que os interessados se aprecibam a modificação feita. A outra emenda modificação faita. A outra emen-da entro determinada:

> "Esta lei entrara em vigor cento e oitenta dias de sua publi-cação, revocadas as disposições em contrário."

São precises seis mesas. Não me

depois de sia publicação, quanco pro-sumidencia e todos os interesse da in tenham c ancomento das lactices introduzidas. (Muito ban).

C SR. TARRIDATIVE

As emenias dependem de en be-

men.o.

Os Senhores Unedores que de applant, que am perduntativo des. (Pousa).

Et.o appladas.

dis ustão o projeto com as Em emendos. Pausa).

Não hayendo quim paga a palavas, destero a encerrada. O Projeto voltará à Comis 30 de Justing para se pronunciar seora as emender. (Pausa).

Na hora do enpediente foram lides

dois requerimentos de urgência. •
Em volvado o requerimento nº 723.

de urg neia para o Projeto de Lei da Cémara nº 97, ce 1932. Os Senhores Senadores que o apro-

vam, queiram permanecer scutados. (Pausa).

Fstá aprovado. A matéria a que se refere será incluída na Ordem do Dia da turcoira sessão ordinária que se seguir à presente.

Em votação o requerimento nº de urgência para o Projeto de Lei da Cômara nº 91, de 1932, Os Srs. Senadores que aprovem queiram permanecer s'ntados —

(Pausa).

Está aprovado,

A materia de que êle trata figurará na Ordem do Dia da terceira sessão subsequente a esta. (Pausa).

O SR. PRESIDENTE:

Na sessão da tarde a Presidência, ao dar conhecimento ao Senado da deliberação que tomara, a pedido da Mesa da Câmara, de cancelar a sessão conjunta que deveria realizar-se hoje, às 21 horas e 30 minutos, teve oporas 21 noras e 30 minutos, teve opor-tunidade de comunicar que estava em entendimentos com a direção da ou-tra Casa, para a convocação de outra sessão conjunta, destinada à aprecia-ção dos vetos presidenciais constan-tes da Ordem do Dia que ficava adiada adiada.

Não foi possível à Mesa da Câmara

tim de se aprovettat o quotum cas-tente nas duas Casas para a volação da matéria programada para hoje. Dos entendimentos havidos resultou a convocação, que esta Presidência ora faz, das duas Casas do Congres-so Nacional-para se reunirem em a ssão conjunta na próxima quarta-feira, dia 5 de dezembro, às 21 horas e 30 minutos, com a finalidade cilada.

- o que regula a profissão de p.i-

No último caso o veto é de dezembro do ano passado e a sua votação foi iniciada em 13 de junho do ano em curso, tendo havido manutanção. Parigraio único. Quando o prazo a Lei nº 2.437 estabeleceu para novo de dois dispositivos, que aguardam i

publicação, se possível quendo a vo-

Cumpre ao atual Congresso ultim e o trabalho por ête inicido.

A Presidência formula cos Serhores Senadores o mesmo apêlo já dilicido à Camara dos Deputroes alterios de seu Broidento de conservadores en conservadores de conserv sido a Camara dos Espectores esta-cis do seu Presidente; o de que por-sibilitem, com a sua presença à ses-s o conjunta de 5 de dezembro a vo-tación da matéria em col a. Hada mais havendo que "atar, von librarar a sessão de den a o para a misão ordinária de sinavita.

CREEM DO DIA

Sessão de 39 de novembro de 10 d (Sex) .-frira)

Haléria em Regime de Uig . : 1

Discussão, em turno suplemento (art. 275-A do Regimento Interno) co su istitutivo da Comissão de Ingala de Caracteria de Ingala de Caracteria de Ingala de I ra nº 35, de 1932 (nº 3.161, de 1631, na Casa de origem), que estateles condições mínimas de conforto aquitales que trabalham em estabe ecimentos comerciais (em regime de u , ência, nos têrmos do art. 330, letra c de Re-imento Interno, em virtua do recurrimento nº 708, de 1962) tendo Parecer da Comissão de Redarác seb nº 704, de Redação, com a redeção do vencido.

Discussão, em turno suplementar (a.t. 275-A, do Regimento Interno) do substitutivo da Comissão de P.ranças, aprevado em 28 de novembro, ao Frigito de Lei da Camara nº 58 de 1932 (nº 4.836-59 na Casa de origim) que altera a alínea "j" do art. 3 da Lei nº 2.394, de 7 de janeiro de 1955. que fixa os efetivos des Forças armadas em tempo de paz cem regime de uigência, nos têrmos do art. 330, leria c, do Regimento, em virtude do Requerimento nº 703, de 1852, apri-vaco em 22 do mesmo mes), tenco Priecer, sob nº 702, de 1952, da Comissão de Redação, com a relação co variado. ver cido.

Discussão, em turso único, do Projeio de Lei da Câmara nº 38 de 1953 (nº 201-50 na Casa de crissa), que insitui normas gerais para e aprima-ção dos orgamentos da União, dos Estados e dos Municipos (en. 1241-me de urgência, nos tirmos do ert. 330, letra e, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n de 1962, aprovado na sessac de 24 do mês em curso), tendo Parecer nº 174, de 1958, da Comissão de Finances, fovorável, nos têrmos do subviblico sugerido pelo Ministério da Fazenda e dependendo de pronunciamento da Comissão de Constituição e Justique.

Maté la em tramitação normal

Os vetos a serem apreciedos nesse proportunida de dizem respeito a tres projetos de certa importância:

— o que regula a profissão de pio que regula a profissão de pilcóloges;

— o que dispõe sobre a desapropriação por interêsse social e o oue
fixa as diretrizes e bases da ecucação nacional.

No último caso o veto é de dezembro do ano passado e a sua votação.

Está er cerrada a sessac.

(Levanta-se a sessão às 23 1:0ras e 50 minutos).